

RELATÓRIO & CONTAS 2022

FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS



SIMARSUL

Grupo Águas de Portugal

"FAZEM DIFE NA VIDA PE

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE | 5

2022 EM DESTAQUE | 6

Destaques do Ano / Principais Acontecimentos | 7

Síntese de Indicadores | 9

A EMPRESA | 10

Quem Somos | 10

Missão, Visão e Valores | 10

Descrição, atividade e presença | 12

Cadeia de Valor | 13

Gestão do Capital Humano | 13

Organização | 17

Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais | 17

O nosso propósito | 20

Carteira de Participações e Sucursais | 24

Reconhecimento / Prémios / Certificações | 24

A envolvente | 25

Contexto macroeconómico | 25

O Setor | 27

A energia | 32

Contexto Regulatório | 40

Orientações Estratégicas | 42

OS A ERENÇA DAS SSOAS"

GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

O NEGÓCIO | 46

Introdução | 46

Saneamento em Alta | 48

Outros Negócios | 50

Atividade Operacional | 50

Sustentabilidade | 65

Risco e Controlo Interno | 69

Desempenho económico-financeiro | 79

Eventos Posteriores ao Fecho | 85

Anexo I – Cumprimento das orientações legais | 85

Perspetivas Futuras | 103

Considerações Finais | 104

Proposta de Aplicação de Resultados | 105

Relatório dos Administradores Não Executivos sobre o
desempenho dos Administradores Executivos | 107

Anexo ao Relatório | 108

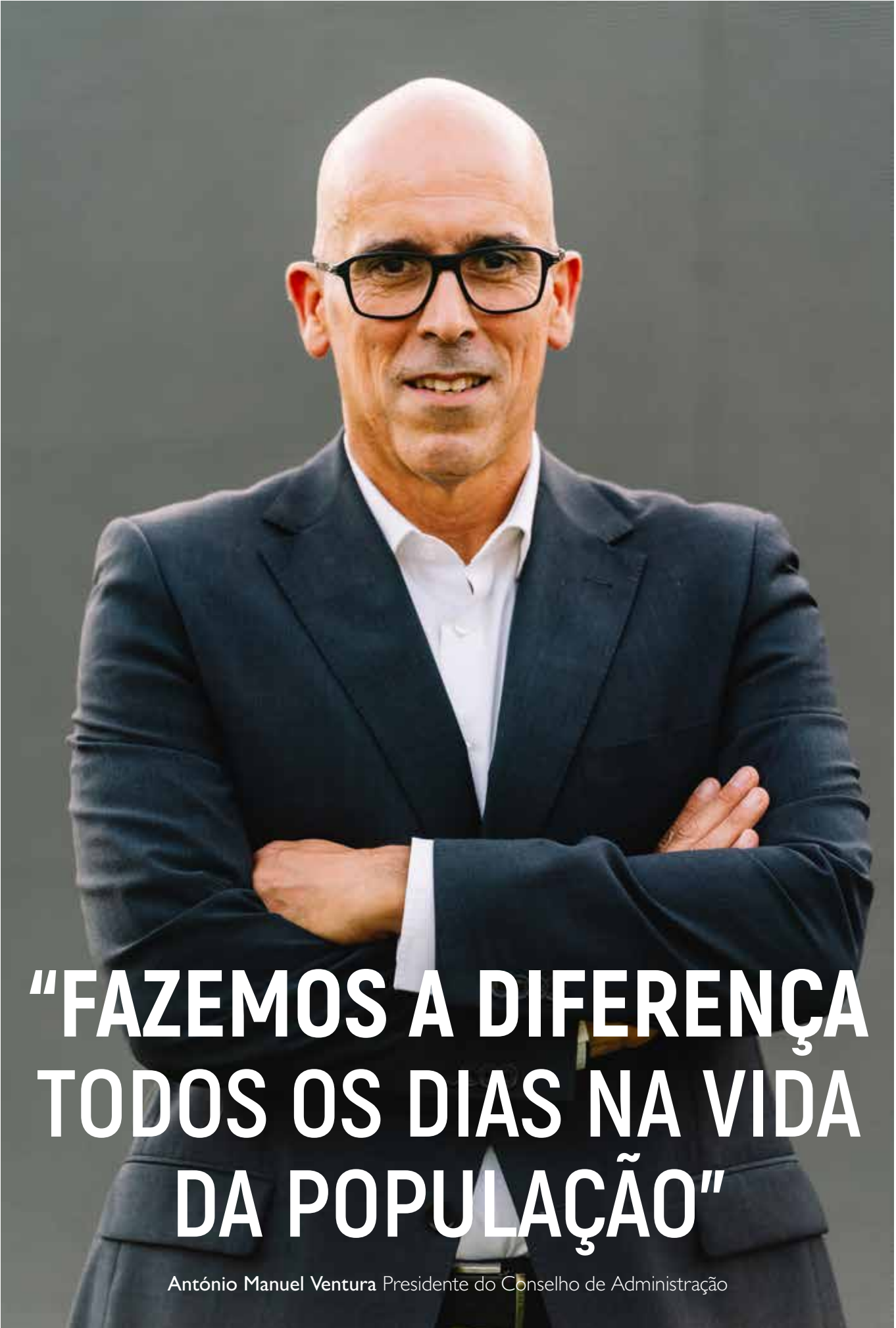
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022 | 110

Contas Individuais | 112

Notas às Demonstrações Financeiras | 114

Relatório e parecer do Conselho Fiscal | 163

Certificação legal de contas | 165

A portrait of António Manuel Ventura, a middle-aged man with a bald head and black-rimmed glasses. He is wearing a dark blue suit jacket over a white collared shirt. He has his arms crossed and is smiling slightly. The background is a solid dark grey.

**"FAZEMOS A DIFERENÇA
TODOS OS DIAS NA VIDA
DA POPULAÇÃO"**

António Manuel Ventura Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2022 representou para a SIMARSUL um marco. A integração plena do Município de Setúbal no Sistema Multimunicipal assinala, também, cinco anos do reinício da sua atividade com gestão autónoma, numa renovada parceria entre a Águas de Portugal e os Municípios da Península de Setúbal.

Comprometida com os princípios de Integridade e de Sustentabilidade para fazer a diferença na vida das pessoas, a empresa reforçou o compromisso da sua governação com os mais elevados padrões éticos, de transparência e excelência nas práticas de gestão pública, de defesa da igualdade do género e de integridade do serviço essencial que presta.

Os efeitos ainda sentidos nas cadeias de fornecimento, provocados pela pandemia e a instabilidade geopolítica, resultante da guerra na Ucrânia, afetaram a atividade da SIMARSUL devido aos impactos nas na inflação, no aumento dos custos com matérias-primas, na mão-de-obra, nos equipamentos e na contratação pública, nomeadamente de empreitadas, com o regime excecional de revisão de preços.

Contudo, conseguiu-se em 2022 um incremento da atividade desenvolvida, destacando-se um acréscimo do investimento executado em empreitadas em cerca de 60% em relação ao ano anterior, e a prossecução dos investimentos para reduzir as afluências indevidas no Sistema e melhorar a sua resiliência.

Pela sua importância ambiental e energética, destaca-se também a renovação da certificação energética da frota para uma mobilidade mais sustentável, a obtenção pioneira da Classificação em Economia Circular no âmbito do projeto-piloto da Agência de Energia ADENE, a instrução de processo da ETAR da Quinta do Conde para certificação da instalação de produção de energia elétrica destinada ao autoconsumo e ligação à Rede Elétrica pública.

Complementarmente, e prosseguindo a estratégia da inovação, foi implementado o Plano de Trabalho para a Inovação da SIMARSUL e que compreendeu, para além de um diagnóstico interno, diversas iniciativas para a participação e o envolvimento dos trabalhadores/as.

De destacar, também, a parceria com a Global Biosciences Center da SGS Portugal para desenvolver e monitorizar novas metodologias de deteção de agentes infecciosos em águas residuais.

Estamos conscientes dos desafios com que ainda nos deparamos, designadamente no que respeita, para além do continuado contributo da empresa para a conservação e melhoria da condição das massas de água da região, a continuação da renovação de um vasto parque de equipamentos capazes de responder às necessidades da reutilização de água residual tratada e da neutralidade carbónica, permitindo, assim, incrementar a qualidade de serviço e promover a adaptação e mitigação à Emergência Climática.

É, também, merecedor um reconhecimento especial à permanente cooperação dos municípios acionistas que continuaram a acompanhar de perto a atividade da empresa, contribuindo, de forma articulada com todos os intervenientes, para que a SIMARSUL pudesse continuar a prestar um serviço público de qualidade não obstante os obstáculos acrescidos por uma crise geopolítica com contornos económicos, energéticos e sociais.

Continuaremos a assegurar com qualidade, e em segurança, o serviço público essencial de saneamento que prestamos aos municípios e à região para, juntos, traçarmos um caminho de sustentabilidade assente na vontade de Trabalhar com Propósito, de agir pelo Clima, de acelerar a Economia Circular da Água, de Valorizar os Territórios, de Inovar e de Educar para a Sustentabilidade, e de contribuir para atingirmos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e garantir o bem-estar das gerações futuras.

Por último cabe-me dirigir-me aos nossos/as trabalhadores/as, a quem é merecida uma palavra de reconhecimento por diariamente, com eficiência e determinação, garantirem a segurança e a continuidade da prestação do serviço público essencial.

Em nome do Conselho de Administração, agradeço a todos e todas, trabalho e esforço desenvolvidos, assim como a responsabilidade e a capacidade com que assumiram e ultrapassaram as dificuldades e os constrangimentos.

António Manuel Ventura

Presidente do Conselho de Administração

DESTAQUES DO ANO PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

2022 EM DESTAQUE

Relevam-se neste capítulo os principais factos do exercício, embora o seu relato integral e toda a atividade desenvolvida pela Empresa estejam explanados, e com mais detalhe, nos capítulos correspondentes à atividade operacional e à atividade das diversas áreas funcionais e de suporte.

Em 2022 a atividade da Empresa ficou marcada ainda pelo impacto da pandemia, com a manutenção de algumas das medidas de proteção aos/às trabalhadores/as e pela situação geopolítica resultante da guerra na Ucrânia, com impacto no aumento excecional dos custos com matérias-primas, materiais, mão-de-obra, equipamentos e na contratação pública, especialmente nos contratos de empreitadas de obras públicas, com a entrada em vigor do regime excecional e temporário de revisão de preços.

Em 2022 importa destacar os trabalhos realizados para concretizar a integração e início da exploração das infraestruturas dos subsistemas do Município de Setúbal no Sistema Multimunicipal da SIMARSUL, concretizada no dia 18 de dezembro de 2022, no âmbito do Contrato de Concessão. Tratou-se de um processo complexo pela definição das infraestruturas de saneamento a transitar para a Empresa, pela realização de visitas detalhadas às mesmas para levantamento de informação necessária e a respetiva análise e a identificação dos processos e das atividades críticas a desenvolver.

A par da integração plena do Município de Setúbal, a “nova” SIMARSUL assinalou também, com uma campanha pública e interna - “Ontem e Hoje a Tratar o Futuro” -, os cinco anos do reinício da sua atividade com gestão autónoma, numa renovada parceria entre a Águas de Portugal e os Municípios da Península de Setúbal, que se traduz no tratamento e valorização da água residual produzida de forma segura e contínua, e na defesa dos valores ambientais da região.

Apesar do cenário desafiante, foi possível prosseguir com a execução de investimento em empreitadas programadas, num valor total

3.503
MILHÕES DE EUROS
INVESTIMENTO EM EMPREITADAS

o que representou um acréscimo de valor de 60% em relação ao período homólogo de 2021, fundamentalmente na atividade de saneamento e onde se destacam, pelo seu valor; a execução das empreitadas de reabilitação do Emissário de Corroios; reabilitação do Intercetor Arrentela; reabilitação dos Decantadores Secundários da ETAR da Zona Industrial da Autoeuropa; ligação Gravítica do Sistema de Cárcamo Lobo à Estação Elevatória do Lavradio e o Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL para todos os subsistemas de saneamento.

No âmbito da “Empreitada de Execução da Ligação Gravítica do Sistema de Cárcamo Lobo à Estação Elevatória do Lavradio”, a SIMARSUL apresentou uma candidatura ao Aviso de Concurso POSEUR-12-2022-02 para apresentação de candidaturas em regime de overbooking condicionado, do Fundo de Coesão. A mesma foi objeto de decisão de aprovação condicionada a disponibilidade orçamental, por parte da Autoridade de Gestão do POSEUR, com uma taxa de cofinanciamento de 85%.

Merece especial destaque a prossecução do plano de atuação e da execução dos investimentos com o objetivo de redução de afluências indevidas no Sistema, em articulação com as demais partes interessadas.

A Empresa prosseguiu, também, medidas de eficiência e preparação da implementação do Programa de Neutralidade Energética ZERO, através do qual, juntamente com as Empresas do Grupo, até 2030 pretende ser energeticamente autossustentável, através da produção de energia 100% renovável e da adoção de medidas de eficiência energética. Mais se destaca a instrução de processo da ETAR da Quinta do Conde para certificação da instalação de produção de energia elétrica para autoconsumo e ligação à Rede Elétrica pública.

Pela sua importância no desempenho energético e ambiental da Empresa destaca-se a renovação da certificação energética da frota da SIMARSUL como frota certificada pelo MOVE+ e que reforça o compromisso da Empresa com uma mobilidade mais sustentável.

A nível ambiental foi dada continuidade ao Projeto ENVITEJO, desenvolvido em parceria com a APA/ARH Tejo, para monitorização da qualidade da água dos meios recetores do estuário do Tejo, em parceria com a Águas do Tejo Atlântico. De salientar, também, a obtenção pioneira da Classificação em Economia Circular pelo projeto-piloto da ADENE - Agência para a Energia.

A Empresa continuou a participar em projetos de investigação e de inovação, a nível nacional e europeu, destacando-se do relato constante do capítulo dedicado neste relatório, entre outros, o desenvolvimento da participação, em consórcio com a AdP e outras Empresas do Grupo, no “Projeto SARS Control - Avaliação dos impactos de SARS-CoV-2 no ciclo urbano da água e dos efeitos a jusante em Saúde Pública”, financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, cuja divulgação do projeto e dos seus resultados foram realizados em 2022.

De salientar, também, a ação da Empresa no Projeto-piloto com a Global Biosciences Center da SGS Portugal para desenvolver e monitorizar novas metodologias de deteção de agentes infecciosos em águas residuais, assim como a apresentação do estudo “Determinação do Carbono Orgânico Total (COT) como parâmetro indicador da eficácia do tratamento de uma ETAR” nas Jornadas de Engenharia do Grupo AdP, e na sequência da aquisição e instalação de uma Sonda COT para a ETAR da Quinta do Conde.

Prosseguindo a prioridade estratégica de Digitalização dos serviços na SIMARSUL, releva-se o início da empreitada para colocação em funcionamento do Sistema de Telegestão, no âmbito do processo de reconfiguração e uniformização das suas plataformas tecnológicas e reforço da instrumentação, abrangendo a reformulação do atual Sistema de Telegestão com a integração das instalações ainda não monitorizadas, bem como a requalificação dos sistemas de supervisão e automação locais, por forma a responder às necessidades da atividade de exploração, de gestão de ativos e gestão da energia de todo o sistema de recolha, transporte, tratamento e rejeição final de águas residuais a cargo da SIMARSUL.

Em termos de projetos estratégicos é de referir a prossecução de trabalhos para a implementação das normas de Energia (NP EN ISO 50001) e de Gestão de Ativos (NP ISO 55001); a determinação do impacto da revisão da Diretiva de Águas Residuais Urbana; a participação no desenvolvimento de estudos para a “Digitalização dos Serviços Ambientais”, “Economia Circular”, “Neutralidade Energética” e “ApR – Água para Reutilização” para o desenvolvimento sustentável do Sistema Multimunicipal, assim como a Revisão técnica do Regulamento de Exploração de Água Residual (AR).

A Empresa reforçou o compromisso da sua governação com os mais elevados padrões éticos, de transparência e excelência nas práticas de gestão pública e de integridade do serviço essencial que presta à população, prosseguindo o seu Compromisso de Integridade e o Global Compact das Nações Unidas para reforçar a responsabilidade Empresarial ao nível dos Direitos Humanos, do Trabalho, da Proteção do Ambiente e de Mecanismos Anticorrupção.

Ao nível dos Recursos Humanos realizou-se a integração e contratação de 18 trabalhadores/as provenientes do processo de integração das infraestruturas de Setúbal e a conclusão de dois processos de recrutamento decorrentes das aprovações do PAO - Plano de Atividades e Orçamento 2021 e de 2022. No final do 2022 a Empresa registava 120 trabalhadores/as, tendo sido realizada a sua atualização salarial em dezembro, conforme tabela vigente no Grupo AdP.

Reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais, bem como na vida familiar, a SIMARSUL prosseguiu o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade. Neste sentido, foi realizado o Plano para a Igualdade de Género 2022 e a planificação para 2023, bem como foram promovidas ações de sensibilização e formação temáticas aos/as trabalhadores/as.

Relativamente a campanhas públicas de sensibilização ambiental, destacam-se, entre outras, a campanha regional dos 5 anos – “Ontem e Hoje a Tratar o Futuro” - que assinalou a celebração do reinício da atividade da “nova” SIMARSUL com ações internas e externas; a campanha nacional de sensibilização para a seca “Fechar a Torneira a Seca”, entre outras já existentes e promovidas no âmbito da educação ambiental e em estreita parceria com as partes interessadas da comunidade educativa e dos parceiros municipais.

A SIMARSUL realizou a auditoria de concessão para a Qualidade, Ambiente e Segurança, tendo obtido a certificação dos referenciais NP EN ISO 14001:2015 e NP EN ISO 9001:2015, pela entidade certificadora Associação Portuguesa de Certificação (APCER). Para a conclusão da auditoria de concessão da NP ISO 45001:2019, foi prevista a realização de uma auditoria de seguimento no primeiro trimestre de 2023, uma vez que a Segurança dos trabalhadores/as e prestadores de serviços é matéria prioritária.

A SIMARSUL continuará a encetar as medidas preconizadas para reforço da capacidade de resposta à dinâmica associada às alterações climáticas, à descarbonização, à transformação digital e à economia circular nos próximos anos, assumindo compromissos para cumprir o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

Síntese de Indicadores

Indicadores Financeiros

		2022	2021	2020
Capital Social	milhões EUR	25,00	25,00	25,00
Capital Próprio	milhões EUR	67,85	67,85	66,90
Ativo Líquido Total	milhões EUR	232,99	232,99	236,61
Passivo Total	milhões EUR	165,15	165,15	169,71
Volume de Negócios ⁽¹⁾	milhões EUR	18,41	18,41	17,35
CMVMC	milhões EUR	0,30	0,30	0,29
Fornecimentos e Serviços Externos ⁽²⁾	milhões EUR	6,27	6,27	5,91
Investimento (Ativos Tangíveis)	milhões EUR	0,00	0,00	0,00
Investimento (Ativos Intangíveis)	milhões EUR	2,13	2,13	0,90
Endividamento Bancário	milhões EUR	71,66	71,66	75,91
EBITDA (ajustado) ⁽³⁾	milhões EUR	8,51	8,51	7,58
Margem EBITDA (ajustada)	%	46,23%	46,23%	43,72%
Endividamento líquido / EBITDA (ajustado)	n.º	7,38	7,38	8,67
Resultado Líquido do Exercício	milhões EUR	0,94	0,94	1,04
ROCE	%	4,52%	4,52%	3,68%
Número de Trabalhadores	n.º	100,00	100,00	99,00
Dívida de Clientes Total	milhões EUR	6,96	6,96	6,55
Dívida de Clientes Total (Vencida)	milhões EUR	2,64	2,64	3,35
Prazo Médio de Pagamentos	dias	37	37	43
Prazo Médio de Recebimentos	dias	100	100	87

Indicadores Atividade

		2022	2021	2020
Volume de efluente recolhido	milhões m ³	31,95	30,48	27,35
Volume de efluente tratado	milhões m ³	29,20	27,78	24,73
Volume de efluente faturado	milhões m ³	31,93	30,47	27,34
População residente abrangida	milhões habitantes	0,60	0,60	0,60
População residente servida	milhões habitantes	0,42	0,42	0,42
Municípios Abrangidos	n.º	8	8	8

"COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE"

A EMPRESA

QUEM SOMOS

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A SIMARSUL tem por missão gerir e explorar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Complementarmente, a SIMARSUL pretende ser Empresa de referência no setor da água da região onde se insere, em termos de qualidade do serviço prestado, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor.

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e na preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, no equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental, na equidade no acesso aos serviços básicos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.





DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

A SIMARSUL foi criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo-lhe sido atribuída pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusividade e por um período de 30 anos.

Estima-se em cerca de 600 mil habitantes a população atualmente residente nos 8 municípios abrangidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal), servindo-se atualmente a população de todos os Municípios. Em 2022 foi possível concretizar a integração e início da exploração das infraestruturas dos subsistemas do Município de Setúbal no Sistema Multimunicipal da SIMARSUL, concretizada no dia 18 de dezembro de 2022, no âmbito do Contrato de Concessão. Para além da operação e manutenção das atuais infraestruturas, onde se destaca a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Setúbal, a SIMARSUL fica durante o período da concessão responsável pela construção, adaptação e melhoria das atuais e futuras infraestruturas.

Fruto da parceria do Grupo AdP – Águas de Portugal com os municípios da região, a SIMARSUL será também ela um fator potenciador do desenvolvimento e coesão regional, apostada em:

- Valorizar a relação com os/as trabalhadores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal;
- Reduzir as Emissões de Gases com Efeito de Estufa, mitigar os seus impactos e adaptar as operações às alterações climáticas;
- Participar na Gestão do ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, promovendo a transição para a economia circular;
- Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população;
- Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e as suas Empresas;
- Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável.

A gestão em alta do saneamento em Setúbal permite à SIMARSUL continuar a consolidar a sua política de requalificação ambiental dos territórios, assegurar uma prática mais sustentável e ambientalmente responsável e contribuir de forma decisiva para a preservação dos recursos hídricos e dos ecossistemas, nomeadamente de um importante estuário e reserva natural do país – o estuário do Sado. A SIMARSUL reforça assim o compromisso de gestão de proximidade com as suas partes interessadas, municípios e indústrias locais na procura das melhores soluções para problemas comuns na defesa do ambiente, da saúde pública e melhoria contínua da qualidade do serviço essencial de saneamento na região.



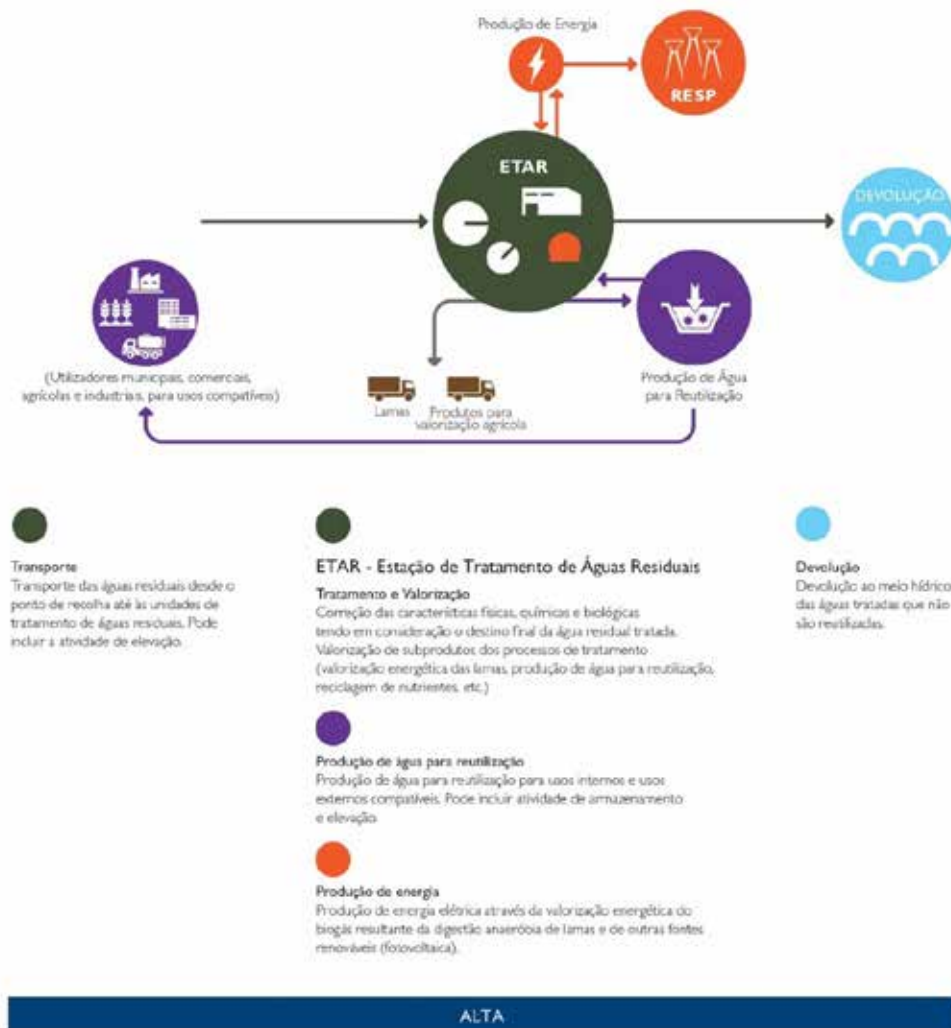
O sistema pode ser alargado a outros municípios por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público, devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

CADEIA DE VALOR

Ainda que os investimentos e a operação sejam as atividades mais visíveis, a Empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, contribuindo deste modo para a criação de valor do capital acionista, no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que a seguir se apresenta, expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para a atividade de saneamento em alta, bem como a especificação das atividades de operação.

OPERAÇÃO DE SANEAMENTO



GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

A SIMARSUL partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento das orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao SEE.

Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da SIMARSUL são:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da Empresa em vigor.

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O universo de 120 trabalhadores/as, a 31 de dezembro de 2022, caracteriza-se da seguinte forma, excluindo os Órgãos Sociais:



89 SÃO DO SEXO MASCULINO (74%) E 31 DO SEXO FEMININO (26%)

	2022	2021	2020
Homens	89	75	74
Com funções de chefia (*)	7	9	9
Sem funções de chefia	82	66	65
Mulheres	31	25	25
Com funções de chefia (*)	12	11	11
Sem funções de chefia	19	14	14
Total	120	100	99

(*) Cargos de Direção, Coordenação e Responsáveis de Área / Centro Operacional

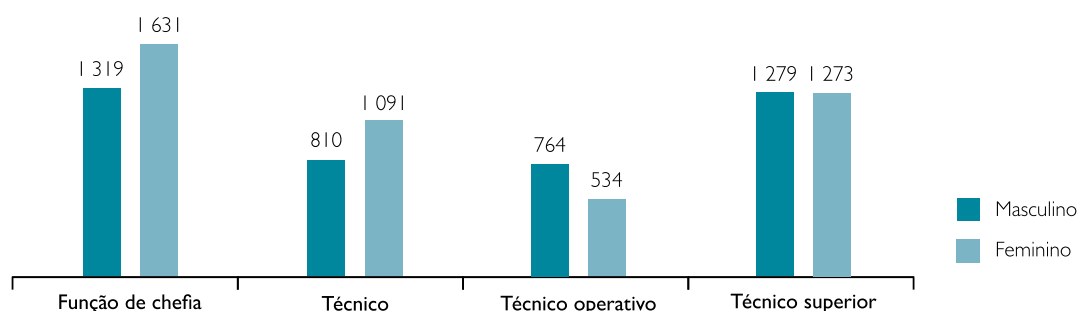
A destacar que, do total dos/as 19 trabalhadores/as com funções de chefia, 12 (10%) são do sexo feminino e 7 (6%) do sexo masculino, e sem funções de chefia o total é de 101 (84%) trabalhadores/as.

Não obstante os números anteriores, regista-se um trabalhador com contrato a termo incerto que se encontra a substituir um trabalhador contabilizado no total do número de trabalhadores/as e que se encontra ausente por baixa médica prolongada.

	2022	2021	2020
Efetivos	119	99	99
A termo	1	2	-
A termo incerto	1	1	2
Total	121	100	101

Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a SIMARSUL promove e divulga a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, conforme se ilustra abaixo:¹

MÉDIA DA RETRIBUIÇÃO TOTAL MENSAL, POR SEXO



¹ Fontes: Na média da retribuição total mensal, por sexo, dos técnicos superiores integram-se igualmente as funções de chefia.

	2022	2021	2020
Idade média	45	45	45
Trabalhadores por estrutura etária			
idade < 25	-	-	1
idade entre 25 e 34	13	16	13
idade entre 35 e 44	40	31	34
idade entre 45 e 54	45	40	38
idade > 55	21	13	13
	120	100	99

A antiguidade média na SIMARSUL é de 12 anos, situando-se 67% do total dos trabalhadores/as (80) na faixa entre os 11 e os 20 anos de antiguidade e 18% (22) com menos de 2 anos de antiguidade.

	2022	2021	2020
Antiguidade média	12	12	11
Trabalhadores por antiguidade			
antiguidade < 2	22	20	15
antiguidade entre 2 e 5	13	1	3
antiguidade entre 6 e 10	3	3	8
antiguidade entre 11 e 20	80	74	73
antiguidade > 20	2	2	-
	120	100	99

No que diz respeito ao nível profissional dos trabalhadores/as, 53% destes (63) são quadros não qualificados.

	2022	2021	2020
Trabalhadores por nível profissional			
Quadros superiores	35	30	30
Quadros médios	22	21	17
Não qualificados	63	49	52
	120	100	99

Cerca de 29% dos trabalhadores (35) detêm qualificações ao nível do ensino superior e 38% (46) detêm qualificações ao nível do ensino secundário.

	2022	2021	2020
Trabalhadores por nível habilitações			
Ensino Básico	39	29	29
Ensino Secundário	46	40	39
Ensino Superior	35	31	31
	120	100	99

No ano de 2022 foram realizadas 28 ações de formação que deram origem a 4.118,95 horas de formação, número superior ao de 2021.

Formação	2022	2021	2020
N.º de horas de formação	1 336	1 336	780
N.º de Formandos	149	149	9
N.º de Participantes	149	149	9

A Taxa de Absentismo em 2022 foi de cerca de 9,45%, correspondente a 17.898 horas de ausência, de um total de 189.426 horas potenciais de trabalho.

Absentismo	2022	2021	2020
Taxa de Absentismo	6,99%	6,99%	5,55%
Horas de Absentismo	13 014	13 014	10 387

Ao longo do ano de 2022 ocorreram 17 acidentes de trabalho (superiores a 2021), dos quais 11 deram origem a situações de baixa por acidente de trabalho (mais 9 face a 2021). Verificou-se um total de 347 dias por baixa de acidente de trabalho, sendo 224 dias oriundos de um acidente de trabalho ocorrido em 2021.

Acidentes de Trabalho	2022	2021	2020
Total de Acidentes de Trabalho	17	5	5
Acidentes de Trabalho com Baixa	11	2	5

Stakeholders / Partes Interessadas

Por stakeholder entende-se uma pessoa ou Grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da Empresa.

A SIMARSUL está consciente das suas responsabilidades enquanto Empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

A envolvimento dos stakeholders na atividade da Empresa passa por um exercício de partilha e transparência da Empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas por ela.

São vários os Grupos de partes interessadas com quem a Empresa se relaciona de diversas formas. A figura seguinte ilustra esses Grupos de partes interessadas.



A Empresa pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos stakeholders acima descritos, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim, se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da Empresa neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu core business uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável da região.

A comunicação com as partes interessadas desenvolve-se através de múltiplos canais, diretos e indiretos, sendo o Relatório de Sustentabilidade consolidado do Grupo AdP um dos documentos principais de materialização desta política de transparência.

O relatório anual de sustentabilidade do Grupo segue as diretrizes do GRI – Global Report Initiative e os referenciais da ERSAR, e integra o balanço consolidado da atividade da holding e das Empresas detidas direta ou indiretamente pela AdP SGPS, evidenciando as estratégias adotadas, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas das Empresas.

ORGANIZAÇÃO

ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTRUTURA ACIONISTA

A SIMARSUL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com um valor de capital social de 25 000 000,00 de euros, integralmente realizado.

A Empresa tem como acionistas a AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A. (AdP SGPS), que detém 51% do capital social e os Municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, que detêm os restantes 49%, com a seguinte estrutura acionista:

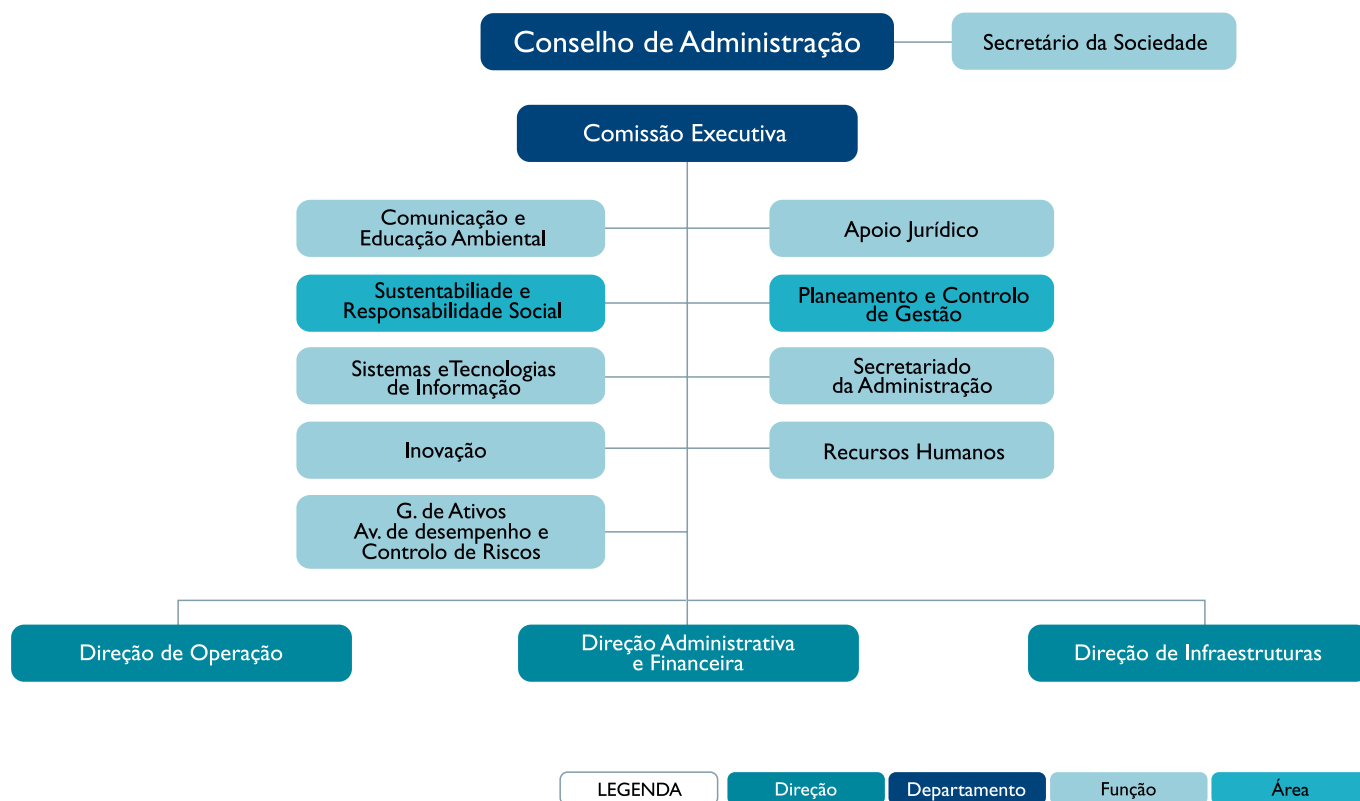
Acionistas	Nº de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
Total	25 000 000	25 000 000	100,00%

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os órgãos sociais da SIMARSUL, para o triénio 2021/2023, foram eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, realizada a 12 de março de 2021.

O Conselho de Administração da SIMARSUL atuou, em 2022, em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos acionistas e pela Tutela Setorial e Financeira, à luz do Programa do XXII Governo Constitucional e das medidas excecionais aprovadas pelo Governo no atual contexto de Pandemia COVID-19.

Desde o dia 1 de julho de 2019 que a Empresa apresenta a seguinte estrutura organizacional:



ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | Maria de Fátima de Alegria Antunes Valença Mourinho

Vice-presidente | Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário | Ana Cristina Rebelo Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executivo | António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura

Vogal Executiva | Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança

Vogal Executivo | João Afonso Almeida da Silva Luz

Vogal Não Executivo | Isidro Durão Heitor

Vogal Não Executivo | Rute Isabel Talhadas Cesário

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo | Paulo Jorge Simões Ribeiro

Suplente | Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel

CONSELHO FISCAL

Presidente | Maria do Carmo Mendes

Vogal Efetivo | Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho

Vogal Efetivo | João Carlos Alves Faim

Vogal Suplente | Patrícia Isabel Sousa Caldinha

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

ROC | PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda | Aqui representado por: José Alves Bizarro Duarte

Suplente | Carlos José Figueiredo Rodrigues

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente | Carla da Conceição Afonso Correia

Vogal Efetivo | AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A

Vogal Efetivo | Joaquim Carlos Coelho Tavares

A young boy is standing on a sandy beach, focused on cleaning up plastic waste. He is holding a large, clear plastic bottle and appears to be pouring its contents into a white bucket. Several other pieces of plastic debris, including a bottle cap and a small cup, are scattered on the sand around him. The background shows the calm blue ocean meeting the shore under a clear sky. The text "AGIR PELO" is overlaid in large, white, bold letters across the center of the image.

"AGIR PELO

O NOSSO PROPÓSITO

A gestão sustentável da água confronta relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental.

A atividade desenvolvida pela SIMARSUL tem, neste enquadramento, o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico.

"Fazer a diferença na vida das pessoas" é o nosso propósito, que nos compromete enquanto Empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.



CLIMA"

**ASSUMIMOS COMPROMISSOS
PARA CUMPRIR O PROPÓSITO DE
FAZER A DIFERENÇA
NA VIDA DAS PESSOAS**

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

O modelo de integridade do Grupo Águas de Portugal está plasmado numa Política de Integridade, que apresenta a sua visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso de todas as Empresas do Grupo com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela SIMARSUL em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades
- Manual de Contratação Pública do Regime Geral
- Manual de Compras

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

O Grupo Águas de Portugal dispõe de um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética, que se designa por Linha de Integridade, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do Grupo como um todo ou de uma das suas Empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade Empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



De seguida, e de forma não exaustiva, destacam-se algumas das principais ações/projetos/programas relacionados com cada uma das ambições. Sendo que o seu detalhe se encontrará explanado ao longo do presente relatório nos capítulos associados às respetivas temáticas, bem como no Relatório de Sustentabilidade corporativo das Empresas do Grupo AdP.

TRABALHAR COM PROPÓSITO

Valorizar a relação com os/as trabalhadores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal.

- Política de Recursos Humanos da SIMARSUL
- Plano para a Igualdade de Género
- Sistema de Gestão Integrado

AGIR PELO CLIMA

Reduzir as emissões de GEE, mitigar os nossos impactos, adaptar as operações às alterações climáticas

- ZERO – Programa de Neutralidade Energética
- Certificação de Frota Move+

ACCELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA

Gerir o ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular.

- Plano de Ação para a Reutilização
- Plano de Ação de Gestão de Lamas de ETAR
- ZERO – Programa de Neutralidade Energética
- Certificação Pioneira em Economia Circular pela ADENE

VALORIZAR OS TERRITÓRIOS

Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população.

- Sistema de Gestão Integrado
- ZERO – Programa de Neutralidade Energética
- Projeto ENVITEJO – monitorização ambiental da qualidade da água dos meios recetores
- Sistema de Compras Ecológicas

INOVAR PARA IMPACTAR

Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e suas Empresas

- Agenda de Inovação do Grupo
- Plano e Comité de Trabalho para a Inovação da SIMARSUL
- Projeto SARS Control - Avaliação dos impactos no ciclo urbano da água e dos efeitos a jusante em Saúde Pública
- Projeto-piloto de Monitorização da presença de agentes infecciosos em águas residuais.
- Determinação do Carbono Orgânico Total como parâmetro indicador da eficácia do tratamento de uma ETAR

GARANTIR ÁGUA E SANEAMENTO ALÉM-FRONTEIRAS

Cooperar internacionalmente para a promoção da gestão sustentável da água.

EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE

Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável.

- AQUAQUIZ
- Águas 360°
- Campanha “Lixo no Esgoto, Não!”
- Campanha “Ontem e hoje a tratar o futuro”
- Campanha “Amar o Mar”
- Espaço “Crianças SIMARSUL”
- Programa “Na ETAR, como na Natureza, nada se perde, tudo se transforma...”
- Programa Bioblitz da Península de Setúbal
- Embaixadores/as da Água

CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS

No final do exercício de 2022, a SIMARSUL detinha uma participação social no montante de 5.000 euros na S.Energia - Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita e Montijo, correspondendo a 0,86% do Fundo Patrimonial desta associação (578.287 euros). A S.Energia é uma associação privada sem fins lucrativos, criada em maio 2007. De acordo com o definido no ponto 4, do artigo 6.º dos respetivos Estatutos, “Cada Associado Fundador ou Ordinário tem direito a um voto por cada fração de Mil Euros de participação no Património Associativo Nominal”, o que no caso da SIMARSUL corresponde a 5.

Em 2022, a SIMARSUL não dispunha de qualquer sucursal.

RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

A SIMARSUL realizou a auditoria de concessão para a Qualidade, Ambiente e Segurança, tendo obtido a certificação dos referenciais NP EN ISO 14001:2015 e NP EN ISO 9001:2015, pela entidade certificadora Associação Portuguesa de Certificação (APCER). Para a conclusão da auditoria de concessão da NP ISO 45001:2019, está prevista a realização de uma auditoria de seguimento, já agendada para o primeiro trimestre de 2023. A Segurança dos nossos trabalhadores e prestadores de serviços, conforme a Política da SIMARSUL, é uma matéria prioritária.

A SIMARSUL, ciente da importância da eficiência energética e ambiental da sua atividade e do respetivo impacto destas na viabilidade e no equilíbrio económico e financeiro da Empresa, assegurou a prossecução de trabalhos que visam adicionar ao sistema de gestão as normas de Energia (NP EN ISO 50001:2019) e de Gestão de Ativos (NP ISO 55001:2016), para que numa fase posterior seja possível a certificação.

De referir que a Empresa renovou a certificação energética 2022. A ADENE – Agência para a energia felicitou a SIMARSUL pela renovação do seu compromisso com uma mobilidade mais sustentável, liderando o caminho como frota certificada pelo MOVE+. O programa existe desde 2020 e permitiu à SIMARSUL melhorar os indicadores energéticos da sua frota, constituída por 48 viaturas, e a sua classe energética, através de uma gestão mais eficaz e eficiente da frota.

Destaca-se ainda, a SIMARSUL, como Pioneira do Projeto de Classificação em Economia Circular que obteve a “classificação B” com a auditoria realizada à ETAR do Barreiro/Moita.

Trata-se de um projeto piloto no Modelo de Classificação de Economia Circular desenvolvido pela ADENE - Agência para a Energia, corresponde a uma avaliação do desempenho da circularidade das organizações, por auditores externos, com a classificação de F (a pior) a A+ (a melhor), tendo em conta aspetos relacionados como a eficiência do uso de recursos e a relação da organização com a sua envolvente. Um motor para que as organizações dinamizem ações e obtenham resultados práticos e evolutivos ao nível da preservação ambiental.

Desta forma a SIMARSUL reforça o seu compromisso de sustentabilidade através da economia circular para a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais, água e energia, em fluxos circulares, visando a minimização da afetação dos recursos naturais e a redução do desperdício ou dos resíduos ao mínimo no desenvolvimento da sua atividade de serviço público de saneamento para valorização da água residual.

A Empresa dá assim o seu contributo para acelerar a economia circular da água e agir pelo clima, ambições que concretizam o nosso propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

A ENVOLVENTE

CONTEXTO MACROECONÓMICO²

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o ressurgimento do COVID-19 na China pesou sobre a atividade económica global em 2022, e os dois primeiros fatores continuarão a fazê-lo em 2023.

GLOBAL

O crescimento global para o ano 2022 estima-se em 3,4% e é esperado um crescimento de 2,9% para 2023 (3,1% para 2024). A previsão de baixo crescimento em 2023 reflete o aumento das taxas dos bancos centrais para combater a inflação, especialmente nas economias avançadas, bem como a guerra na Ucrânia. A queda no crescimento em 2023 é impulsionada por economias avançadas. Espera-se que o crescimento recupere na China com a plena reabertura em 2023. A recuperação esperada em 2024 reflete a gradual recuperação dos efeitos da guerra na Ucrânia e a redução da inflação.

Em 2023, os preços do petróleo deverão cair cerca de 16%, enquanto os preços de matérias não-combustíveis deverão cair em média, 6,3%.

As taxas de juro serão revistas em alta, refletindo a política de redução da taxa de inflação.

ZONA EURO

O crescimento real do PIB na UE surpreendeu positivamente no primeiro semestre de 2022, com os consumidores retomando vigorosamente os gastos, principalmente em serviços, após o relaxamento das medidas de contenção da COVID-19. A expansão continuou no terceiro trimestre, embora em um ritmo consideravelmente mais fraco. A incerteza elevada, altas pressões sobre os preços da energia, erosão do poder de compra das famílias, um ambiente externo mais fraco e condições de financiamento mais restritivas devem levar a UE, a área do euro e a maioria dos Estados-Membros à recessão no último trimestre do ano. O PIB em 2022 deverá crescer em 3,3% na UE (3,2% na área do euro).

Depois de cair para 4,6% do PIB em 2021 (5,1% na zona euro), o défice da UE deverá descer ainda mais para 3,4% do PIB este ano (3,5% na zona euro). Em 2023, porém, o défice público agregado deverá voltar a aumentar ligeiramente (para 3,6% na UE e 3,7% na zona euro), à medida que a atividade económica enfraquece, as despesas com juros aumentam e os governos alargam ou introduzem novas medidas discricionárias para mitigar o impacto dos preços elevados da energia. Como resultado, o défice é projetado em 3,2% do PIB na UE e 3,3% na área do euro em 2024. No horizonte de previsão, projeta-se uma nova redução do rácio dívida/PIB na UE, de 89,4% do PIB em 2021 para 84,1% do PIB em 2024 (e de 97,1% para 91,4% na área do euro).

² Fontes: FMI *World Economic Outlook*; European Commission *Economic Outlook*; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

Espera-se que o aumento das pressões de preços tenham movido o pico da inflação para o final do ano e elevado a projeção da taxa de inflação anual para 9,3% na UE e 8,5% na área do euro. Adicionalmente, espera-se que a inflação diminua em 2023, mas permaneça alta em 7,0% na UE e 6,1% na área do euro, antes de moderar em 2024 para 3,0% e 2,6%, respetivamente. As revisões refletem principalmente preços grossistas de gás e eletricidade significativamente mais elevados, que exercem pressão sobre os preços da energia a retalho, bem como sobre a maioria dos bens e serviços na cesta de consumo.

O mercado de trabalho continuou a apresentar um forte desempenho, com emprego e participação no nível mais alto e desemprego no nível mais baixo em décadas. A forte expansão económica atraiu um adicional líquido de dois milhões de pessoas para o emprego no primeiro semestre de 2022, elevando o número de pessoas empregadas na UE para um recorde histórico de 213,4 milhões. A taxa de desemprego manteve-se no mínimo histórico de 6,0% em setembro. Espera-se que os mercados de trabalho reajam com desfasamento face ao abrandamento da atividade económica, mas que se mantenham resilientes. O crescimento do emprego na UE está previsto em 1,8% em 2022, antes de estagnar em 2023 e subir moderadamente para 0,4% em 2024. As taxas de desemprego na UE são projetadas em 6,2% em 2022, 6,5% em 2023 e 6,4% em 2024.

Após vários anos de taxas de juro de referência em zero ou negativas, desde meados de 2022 o Conselho do BCE, de modo a controlar a inflação, tem vindo a aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE. Em comunicado de inícios de 2023, as taxas foram novamente aumentadas em 50 pontos base. Por conseguinte, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito serão aumentadas para, respetivamente, 3,00%, 3,25% e 2,50%, com efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2023.

PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2022 são os seguintes:

	Estimativa 2022	Ano 2021
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	6,8%	5,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,9%	4,7%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	8,1%	0,9%
Taxa de desemprego	5,9%	6,6%
Euribor 6 meses (fim de ano)	2,693%	(0,546%)
Taxa de juro OT 10 Anos	2,14%	0,30%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 6,8% em 2022, seguida de um crescimento de apenas 1,5% em 2023, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2024 e 2025, 2% e 1,9%, respetivamente. O crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das Empresas e um abrandamento das exportações. Estes desenvolvimentos ocorrem num quadro de incerteza global acentuada, manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa. Os fatores que têm suportado o consumo privado deverão perder importância. Não só se estima que a margem de ajustamento resultante da riqueza acumulada durante a pandemia se reduza, como se projeta que o aumento da perceção do risco de alteração das condições do mercado de trabalho, ainda que sem materialização na presente projeção, condicione as decisões de consumo. A partir da segunda metade de 2023, a atividade acelera, refletindo a expectativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a recuperação gradual do rendimento real das famílias, a melhoria da procura externa e a normalização das cadeias de abastecimento globais. Uma maior absorção dos fundos europeus suporta também a atividade neste período.

A inflação aumentou em 2022 para 8,1%, fixando-se em 5,8% e 3,3% nos dois anos seguintes. A inflação elevada tem impacto negativo sobre a atividade e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos. A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro de política têm-se repercutido no custo de financiamento das Empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu e situa-se abaixo da média da área do euro. A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente. Projeta-se que esta evolução favorável prossiga nos próximos anos, devendo este rácio atingir valores inferiores a 100%.

Conforme resulta do PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal 2014-2020, a Península de Setúbal detém, no contexto nacional e da Área Metropolitana de Lisboa, uma base territorial de elevado potencial de desenvolvimento através dos seus recursos naturais, do sistema urbano de povoamento, de espaços e instalações industriais, de áreas de lazer e turismo e de redes de transporte.

A estes fatores acrescem condicionantes e recursos territoriais para a atratividade e competitividade da região, merecendo destaque os valores naturais muito significativos a nível metropolitano, nacional e mesmo internacional, ao integrar um conjunto importante de áreas de relevância ecológica (Reservas Naturais do Estuário do Tejo e do Sado, Parque Natural da Arrábida, Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, Estuários do Sado e do Tejo, Arrábida/Espichel, Fernão Ferro/ Lagoa de Albufeira).

Merecem também destaque para a competitividade da região, os investimentos realizados no passado e respetivos resultados obtidos ao nível do saneamento, da despoluição e da preservação do ambiente, o rápido crescimento populacional, os recursos humanos qualificados e a sua forte integração com o mercado de trabalho metropolitano, a população ativa fortemente terceirizada mas vulnerável a situações de desemprego, a integração na região mais desenvolvida do país, o mercado de trabalho fortemente integrado a nível metropolitano e o potencial de inovação em crescimento, pelo facto da Península de Setúbal estar inserida na região mais inovadora de Portugal, considerada “innovation leader” segundo o Regional Innovation Scoreboard 2012, da Comissão Europeia (a Península de Setúbal enquanto foi uma região NUTS III, encontrava-se entre as melhores posicionadas em vários indicadores das dinâmicas de inovação).

A estes fatores juntam-se algumas condicionantes tais como uma economia incompleta, de base industrial e residencial, o insuficiente desenvolvimento do terciário superior, uma plataforma industrial exportadora assente em grandes Empresas de frágil vinculação territorial, o emprego em regressão maioritariamente da responsabilidade das grandes Empresas, um desempenho económico abaixo das potencialidades e condicionado por variáveis de insuficiência no planeamento, de cooperação estratégica e estratégias coletivas dos seus agentes que permitam a adoção de uma estratégia regional que reforce a autonomia da ação e influência na Região de Lisboa, junto ao poder central e de Bruxelas, já que, o atual enquadramento comunitário da Península de Setúbal é de 72% da média do PIB per capita, mas integrada em região de “Competitividade e Emprego”, penalizando assim os apoios ao seu desenvolvimento por via de Fundos Estruturais.

O SETOR

A NÍVEL MUNDIAL³

Em termos globais, a água é um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis. Por estes motivos, a água está no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, e sendo objeto do Objetivo 6, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos, que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à Inovação e Desenvolvimento para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

³ Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico;
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano.
- um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.
- E, do ponto de vista Empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:
- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em e baixos níveis de investimento; e
- as Empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exacerbados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o *World Bank Water Global Practise*, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos, pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA⁴

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou por comunicação da Comissão Europeia o Plano REPowerEU Europeia a 18 de maio de 2022.

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita. No contexto deste Plano foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº136/2022).

Em resposta à crise geopolítica foi publicado a 27 setembro de 2022 o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, Empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: Reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; Reduzir o consumo energético na climatização de espaços; Promover práticas de gestão dos recursos humanos que

⁴ Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); Promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; Capacitar os técnicos da administração pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7 %.

O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL⁵

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as Empresas municipais e intermunicipais, as Empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as Empresas privadas concessionárias e as Empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

PANORAMA NACIONAL

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
9,7 milhões de habitantes servidos	8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
96% de alojamentos servidos	86% de alojamentos servidos
189 litros: consumo médio diário de água por habitante	8,7 milhões de habitante servidos com tratamento
Tarifa média ponderada: 0,5519€/m ³	86% de alojamentos servidos com tratamento
Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,53%	1,9 milhões de m ³ de águas residuais tratadas diariamente
	Tarifa média ponderada: 0,5393€/m

Dados RASARP 2022

Com a proximidade do término do Plano PENSAAR 2020, em 2020, foi criado um Grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que inclui no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

Foi apresentada a proposta de despacho que aprova o PENSAARP-2030 que esteve em consulta pública até maio de 2022. O seu fim último é o de atingir serviços de águas de excelência para todos e com contas certas, passando pela concretização de quatro objetivos estratégicos globais.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

⁵ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série;

O GRUPO ADP

O Grupo AdP constitui-se como instrumento Empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how*, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

A gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial."

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das Empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em março, o Grupo em parceria com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente desenvolveu uma campanha nacional "Campanha Poupe água hoje para ter amanhã". Esta campanha, de âmbito nacional, pretendeu sensibilizar para a importância de pouparmos e reutilizarmos muito mais água num contexto geral de alterações climáticas, e, sobretudo, no contexto específico da seca de 2022, a terceira mais gravosa desde 1921. As medidas de adaptação à seca e à escassez já implementadas no passado, bem como o acionamento de planos de contingência, permitiram às Empresas do Grupo AdP superar os efeitos da seca de 2022 sem se ter verificado falhas a nível do abastecimento, não obstante o grande esforço que tal acarretou.

Tendo em vista o cumprimento das metas fixadas nos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, a 28/12/2022 foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 26 de março que autoriza o Fundo Ambiental a efetuar transferências para as Empresas do Grupo Águas de Portugal no âmbito do apoio para a implementação da Frota Verde.

Em junho, o Grupo AdP atribuiu os 'Prémios Verdes' uma iniciativa do Grupo Águas de Portugal e da revista VISÃO, com o Alto Patrocínio da Presidência da República. Os 'Prémios Verdes' destinam-se a premiar as pessoas, Empresas e organizações que, em Portugal, implementam ações e medidas com boas práticas na área do ambiente, perante a atual conjuntura de emergência climática. Em novembro, o Grupo AdP coorganizou a Semana da Responsabilidade Social. A Semana da Responsabilidade Social foi uma iniciativa organizada anualmente pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, com apoio do Global Compact Network Portugal.

A edição de 2022, que decorreu entre 22 e 25 de novembro no edifício da Águas de Portugal, teve como tema central "Engenho Humano & Energia", fundamentado na capacidade inventiva humana nas diferentes áreas da Sustentabilidade, no desenvolvimento tecnológico e no progresso das energias renováveis, com uma aposta crescente no autoconsumo e na cogeração. José Furtado, Presidente da Águas de Portugal, apresentou as ambições do Compromisso com a Sustentabilidade através das quais o Grupo procura concretizar o seu propósito de "Fazer a diferença na vida das pessoas".

O Grupo AdP é subscritor do compromisso "Business Ambition for 1.5°C" da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em novembro, o Grupo AdP apresentou a sua Agenda de Inovação, dando cumprimento à estratégia de inovação 360º e, simultaneamente, constituiu o fundo de inovação do Grupo AdP com o VALOR de 1 MILHÕES DE EUROS com vista a financiar, através de um processo competitivo, projetos de inovação no Grupo AdP. Na agenda de Inovação, encontra-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: Neutralidade Energética e Carbónica, Eficiência e resiliência de operações e sistemas, Economia Circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

A estratégia de inovação 360° assenta num princípio basilar de coordenação e cooperação entre Empresas do Grupo, nomeadamente os centros de competências dispersos no território, tendo a AdP VALOR promovido diversas iniciativas de projetos de inovação agregadores de centros de competências do Grupo AdP, mas também de entidades externas ao Grupo, quer do setor da água, quer de setores afins. A inovação assume um papel agregador em que o elemento comum é a água.

Ao nível da digitalização, o Grupo AdP promoveu diversas iniciativas, nomeadamente no âmbito da digitalização das operações – componentes de automação e telegestão, através do Grupo de Trabalho que elaborou diagnóstico do grau de digitalização das diversas operações dispersas pelo território e o plano de ação para se atingir uma transição em linha com as exigências da qualidade de serviço. Adicionalmente, a AdP VALOR tem focado a sua atenção na gestão de dados e na extração de informação de valor acrescentado que suporte decisões táticas e estratégicas.

Na dimensão da economia circular, destaca-se o início de desenvolvimento da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização, o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos eco-reagentes.

No plano internacional, em 2022 deu-se continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, tendo-se protocolado em novembro de 2022 o alargamento das atividades de parceria entre o Grupo AdP e aquela instituição.

Ainda, em 2022, se dinamizaram um conjunto de projetos, de que se destaca o apoio à SEDAPAL - Servicio de Agua Potable y Alcantarillado de Lima no Perú tendo o trabalho sido focado no desenvolvimento de termos de referência nas áreas de gestão de ativos, eficiência hídrica / energética e resiliência e economia circular. Em adição, no âmbito do suporte à OTASS - Organismo Técnico de la Administración de los Servicios de Saneamiento (Perú), procedeu-se à revisão de termos de referência que têm como objetivo a otimização de subsídios cruzados, metodologia e estimativa de funções de custo e desenho e implementação de um sistema para calcular tarifas para serviços de saneamento no Peru.

Há ainda a destacar o início dos seguintes projetos:

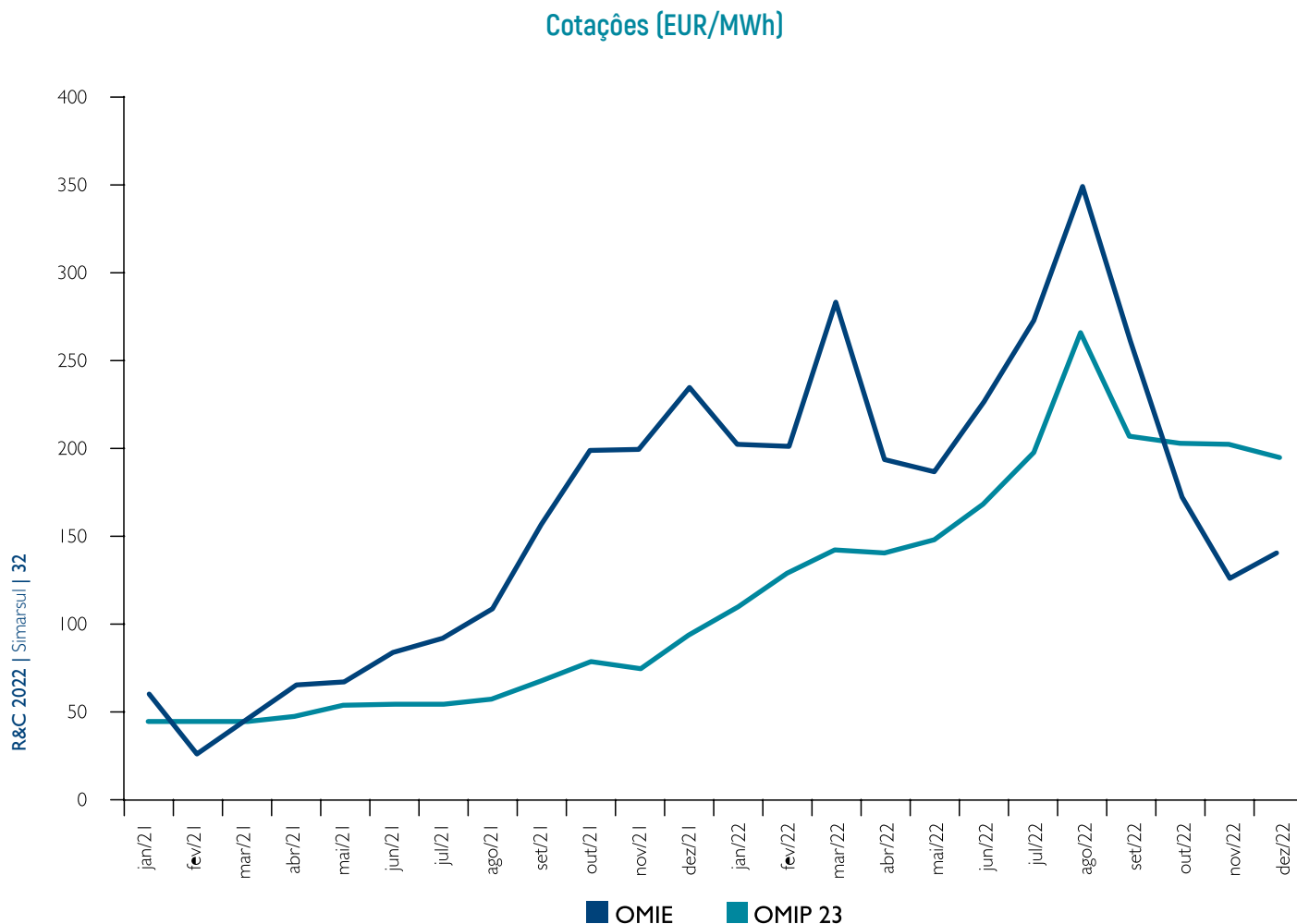
- Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa, a equipa multidisciplinar liderada pela AdP Internacional, realizou o levantamento, diagnóstico da situação atual e a análise das lacunas e prioridades identificadas para melhorar procedimentos da operação das ETA's de Salaulim e da OPA em Goa.
- No Líbano, através de um contrato de consultoria com a DAI (EUA), a AdP Internacional prestou apoio a 4 Empresas regionais de água e saneamento no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa. Em concreto, salienta-se a realização de diagnósticos operacionais nas vertentes técnicas mais críticas (produção/distribuição e financeira) bem como a elaboração de uma estratégia de emergência de médio prazo para cada uma das 4 Empresas regionais.
- Em Cabo Verde, a AdP Internacional integrou um consórcio liderado pela Empresa AquaInSilico, uma start-up portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA School of Science and Technology, que desenvolveram a tecnologia inovadora que está na base das soluções sustentáveis desenhadas pelas ferramentas digitais para a recuperação de nutrientes nos efluentes tratados em estações de tratamento de águas residuais que reciclam a água tratada.

⁶ A partir de 15/junho de 2022 ao valor do OMIE foi somado o valor do mecanismo de ajuste do gás natural publicado pela REN.

A ENERGIA

O PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA EM PORTUGAL

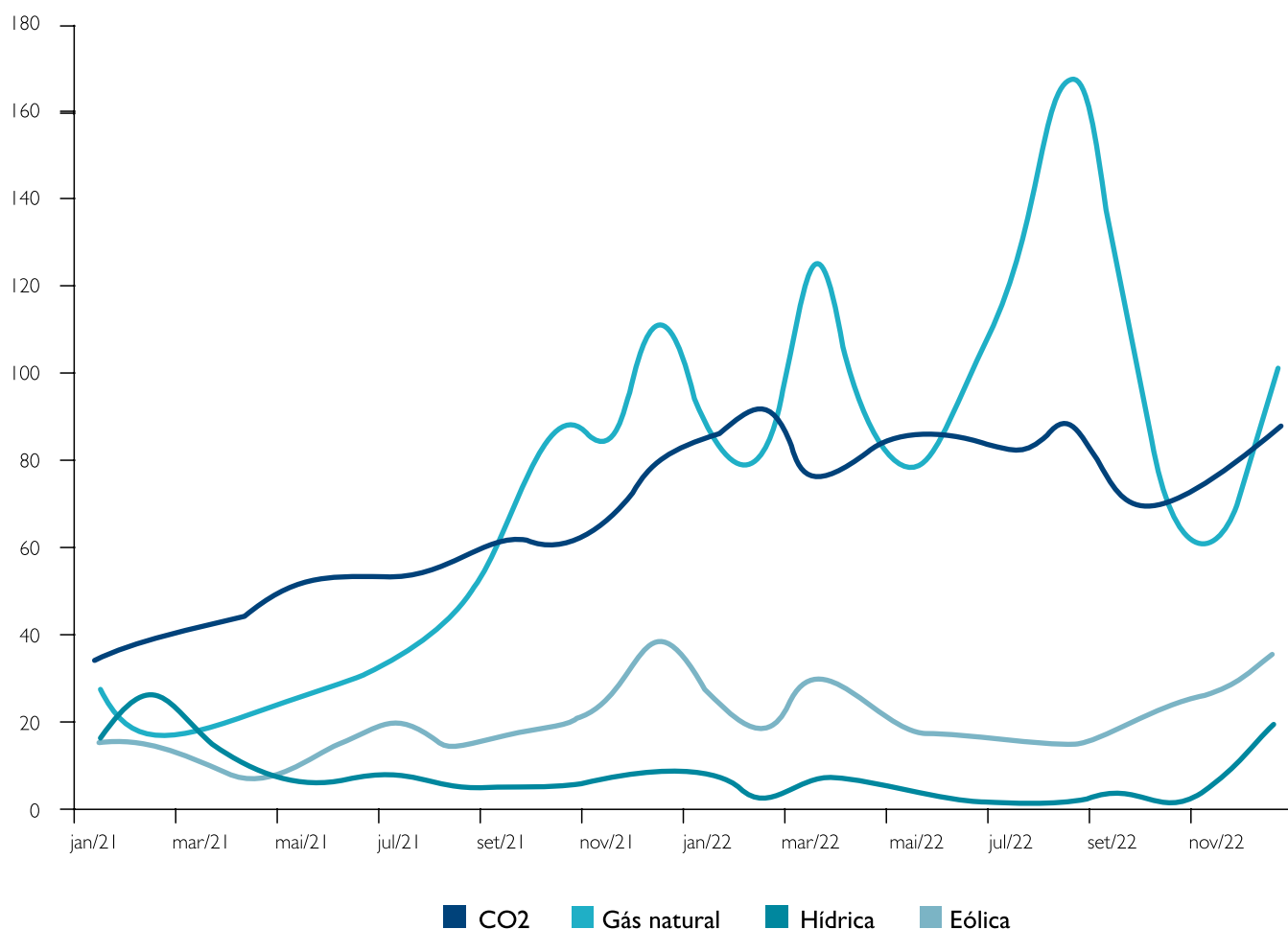
O ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, tal como pode ser confirmado pela observação da figura seguinte.



A cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 217,90 €/MWh em 2022 (tendo sido de 111,81 €/MWh em 2021). Já a cotação média em 2022 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2023 foi de 176,28 €/MWh, aumentando +196% face ao ano passado. As cotações nos mercados atingiram valores máximos históricos.

Devido à instabilidade dos mercados de energia e com o objetivo de controlar a subida dos preços para produção de energia, os governos português e espanhol criaram um mecanismo excecional e temporário de ajuste dos custos de produção de energia elétrica com reflexo na formação do preço de mercado da eletricidade no referencial grossista do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL). Este mecanismo fixa o preço de referência do gás natural e em Portugal foi publicado no Decreto-Lei n.º 33/2022 de 14 de maio.

Cotação de gás natural (EUR/MWh)
Mercado de emissões (EUR/tonCO2)
Produção hídrica e eólica (x100 GWh)



Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destaca-se o aumento do preço médio do gás natural (+110%) acompanhado de uma grande volatilidade, atingindo um valor máximo de 240,00 €/MWh. Também a cotação média do CO2 aumentou face ao ano anterior (+51,5%), voltando a atingir valores máximos históricos 97,77 EUR/ton CO2. A produção eólica em 2022 foi superior face ao ano anterior (+29%), já a produção hídrica foi significativamente inferior (-45%), resultado de um ano em que o país atravessou um período de seca extrema (figura anterior).

Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	217,90	111,81	94,9%
Alemanha	235,46	96,85	143,1%
França	275,89	109,00	153,1%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2023, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	176,28	59,46	196,5%
Alemanha	298,65	70,86	321,5%
França	368,00	69,49	429,6%

No ano de 2022, o consumo nacional foi de 50.363 GWh, superior em +1,8% face ao registado em 2021.

O consumo foi satisfeito em 50% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 59,7% verificados em 2021.

Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -45,2% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,63 (-32,2% face a 2021) - e a produção de energia eólica foi de +0,4%.

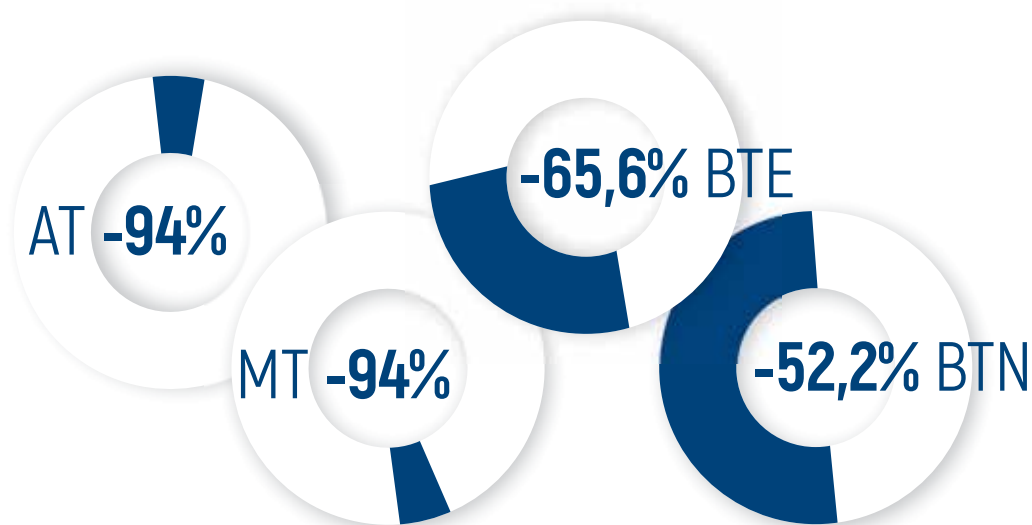
A produção térmica, entre 2022 e 2021, apresentou um acréscimo de +13,1% no gás natural e um decréscimo de -29,4% na cogeração. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam, espera-se que definitivamente, a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 18,4% do consumo, muito superior ao verificado em 2021 (+94,7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2022 foi de 16,6° C, superior em 1,4° C relativamente ao valor normal do período 1971-2000.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das Empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

O ano de 2022 foi um ano ímpar no que diz respeito às TAR, tendo ocorrido uma revisão das mesmas no 2.º semestre. No 1.º semestre de 2022, as TAR reduziram-se em todos os níveis de tensão face a 2021 (-94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN). Já no 2.º semestre e tendo como referencial os valores de 2021, as TAR voltaram a reduzir-se com significado (-126,5% em AT, -113,0% em MT, -75,1% em BTE e -68,4% em BTN).

TAR - 1º Semestre de 2022



Em 2023 as TAR terão a redução mais acentuada verificada até ao momento: -636,5% em AT, -663,2% em MT, -228,4% em BTE e -419,8% em BTN, face ao preço médio de 2022. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta de um decréscimo acentuado na tarifa de Uso Global do Sistema, suportado pela diminuição dos CIEG, os quais se traduzem em 2023 num benefício para o Sistema Elétrico Nacional.

O ano de 2022 ficou marcado pela instabilidade e complexidade dos mercados e, devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de um concurso de 2 lotes, sem preço base, nos últimos meses do ano e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, migração para o regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem termos, isto é, até que os mercados estejam estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

Assim, em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado (o qual aumentou em todos os níveis de tensão, apesar de com menor expressão em BTN), contrabalançando com a redução das TAR em 2023, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo aumente mais de 100 milhões de euros face a 2022. De recordar que o preço de energia em AT, MT e BTE no ano de 2022 (também em 2021) representou um preço extraordinário, resultado da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020, altura em que o procedimento contratual foi desenvolvido.

O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO ADP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das Empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

O ano de 2022 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo em resultado da reabertura da economia após o ciclo pandémico do COVID, do qual resultou num acentuado crescimento dos preços das matérias-primas e da energia, situação potenciada pelo surgimento de uma guerra na Europa em resultado da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, fatores que conduziram ao aparecimento de fortes estrangulamentos nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e da energia, entre outros.

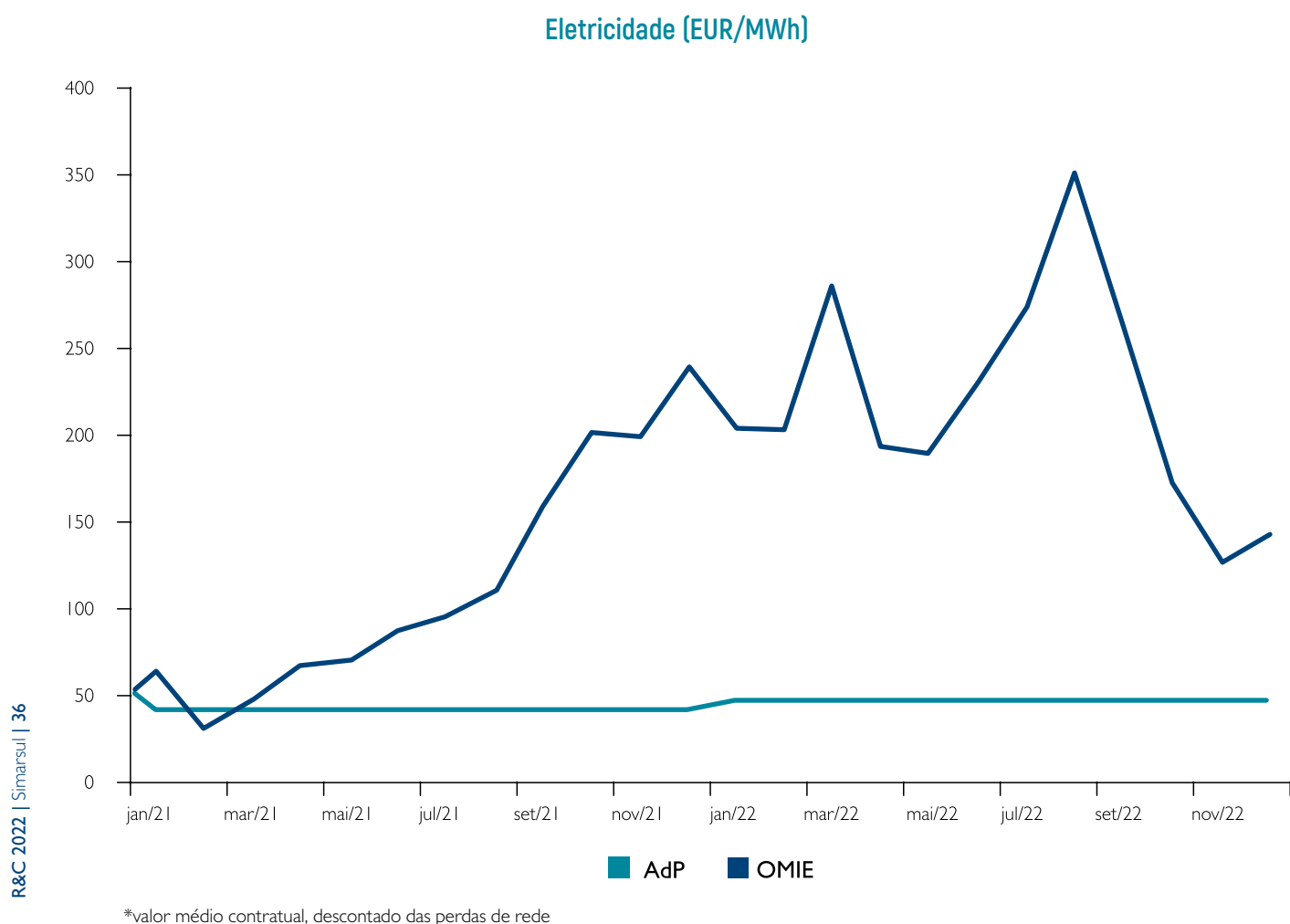
No conjunto do ano de 2022, o preço médio do gás natural registou um aumento de +109,6%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Este aumento deve-se sobretudo às restrições, numa primeira fase, e posteriormente ao corte total, à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa que se registavam no final do inverno. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre.



Preço médio do gás natural 2022

+109,6%

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE e os preços dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP em 2021 e 2022.



Em resultado, no ano de 2022 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 217,90 €/MWh (tendo sido 111,81 €/MWh em 2021).

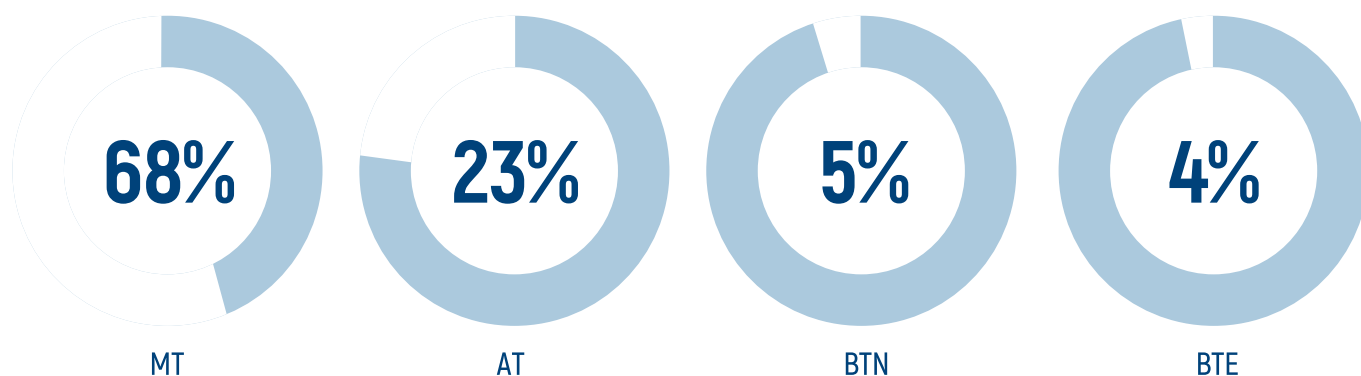
Refira-se que, com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2023) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2022 (+0,8% do que em 2021) cifrando-se em 747,85 GWh.

Destes, 720,54 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,7% do que em 2021 e 27,31 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,9% do que em 2021). Este valor de 720,54 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 726,01 GWh e do fornecimento de +0,14 GWh e uma redução de -5,62 GWh, em resultado da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN.

Refira-se que nos dados apresentados não se encontram refletidos os consumos em regime de outsourcing, e que no Grupo AdP têm tratamento diferenciados em função dos contratos celebrados.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão: 22,8% em alta tensão (AT), 68,1% em média tensão (MT), 3,9% em baixa tensão especial (BTE) e 5,2% em baixa tensão normal (BTN).

Consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão



No ano de 2022 merece ainda destaque a produção própria de energia – 100% renovável –, seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2022 apontam para uma produção de 38,51 GWh/ano (+5,2% face a 2021). O autoconsumo foi de 27,31 GWh (+3,8% do que em 2021) e a energia vendida à RESP totalizou 11,20 GWh (+8,6% do que em 2021).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2022 foi de 709,34 GWh, que representa uma variação de +0,6% do que em 2021, em que o saldo foi de 705,43 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP atingiu 5,1% do seu consumo total de energia (em 2021 foi de 4,9%).

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.319 toneladas, o que representa uma diminuição de 359 toneladas evitadas face a 2021 (-4,1%). Importa referir que o fator de emissão de 2021 foi revisto de 0,218 kg CO₂/kWh para 0,237 kg CO₂/kWh, com base na metodologia habitualmente aplicada.

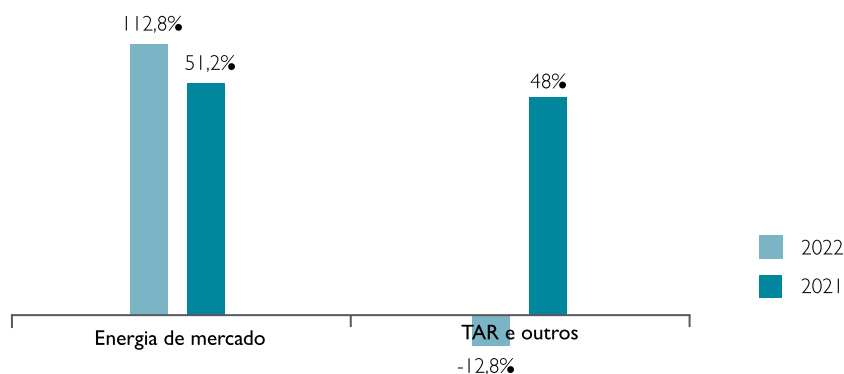
Em termos nacionais e relativamente a 2022, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2022, 6 679 pontos de ligação à RESP (9 em alta tensão, 1.041 em média tensão, 398 em baixa tensão especial e 5.231 em baixa tensão normal), o que representa um aumento de +2,5% face a 2021 (+166 pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.470 registaram consumos durante o ano de 2022, representando 96,9% dos ativos (+1,1% que em 2021).

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em consumos de energia elétrica quer em pontos de ligação.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2023) deverá atingir em 2022 cerca de 32 milhões de euros (-48,8% do que em 2021), que corresponde a cerca de -30,3 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado da forte descida das TAR.

Os encargos do Grupo AdP associados à fatura com a energia elétrica pelos níveis de tensão distribuem-se da seguinte forma: 16,2% em AT, 54,2% em MT, 6,3% em BTE e 23,3% em BTN.



Em termos de custo unitário de energia para as Empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2022 foi cerca de 44,07 €/MWh (foi de 86,72 €/MWh em 2021). E os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 49,32 e 44,36 €/MWh, para 2022 e 2021.

Para o ano de 2023 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 30 de junho de 2023 para os abastecimentos em AT, MT, BTE, no regime liberalizado enquanto os abastecimentos em BTN foram migrados o regime regulado, com início a 1 de janeiro de 2023).

O valor médio deverá situar-se em torno dos 202,2 €/MWh (versus 57,38 €/MWh em 2022 e 86,60 €/MWh em 2021), representando um aumento face a 2022 de +252%, maioritariamente influenciado pela subida do preço da energia de mercado, ainda que contrabalançado pela descida acentuadas das TAR, estimando-se que venha a representar um aumento que representa um aumento do preço médio de energia elétrica do Grupo AdP entre 2023 e 2021 de +134%.

Os valores estimados para 2023 tiveram como base a atual estrutura de consumos das Empresas do Grupo AdP pelo que todas as alterações no perfil de carga/consumo terão efeitos, num ou noutro sentido no preço médio da energia por Empresa e no Grupo.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2022, os 131 veículos 100% elétricos (+3 que em 2021) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,0 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 172 mil litros de combustíveis de origem fóssil o que representa uma redução de 582 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,5% (-84,75 tep), e o consumo elétrico foi de 291 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -394 toneladas (-86,2%).

No ano de 2022 a frota automóvel do Grupo AdP (1.436 veículos) consumiu cerca de 2,92 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de +4,4% face a 2021 – ano em que foram consumidos 2,80 milhões - e uma variação de +17,4% face a 2020, primeiro ano da pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,5 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 8.01 l/dia (em 2021 o consumo médio diário foi de 7.676 l/dia, tendo sido de 6.803 l/dia em 2020).

O consumo de combustíveis em 2022 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,9 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +27,1% face a 2021 (3,0 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +62,4% face a 2020 (2,4 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero - e comparando os valores de dezembro de 2022 com os valores de dezembro de 2021, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 11,5 cents/l (+7,3%) para o gasóleo e uma redução de 4,5 cents/l (-2,6%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +35,4% no gasóleo e de +21,4% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2022 cerca de 38,3 milhões de km (o que representa cerca de 955 vezes o perímetro da Terra).

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será fortemente reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das Empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que irá ocorrer ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris. Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto Grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2022 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro Grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um mix integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (até 2025 e até 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 - Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas Empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2023, será implementado um conjunto de medidas, por Empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

CONTEXTO REGULATÓRIO

Em 2022, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão Empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2022, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2022, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2022, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2022, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta Recomendação Tarifária dos Serviços de Águas e a consulta pública relativa à proposta de Recomendação sobre águas para reutilização.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, trabalho esse que se perspetiva que se conclua até 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

SISTEMA MULTIMUNICIPAL – ATIVIDADE EM “ALTA”

A SIMARSUL é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, a atividade de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas em “alta” praticadas são avaliadas pela ERSAR sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade. Para a SIMARSUL, as tarifas encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2022, a tarifa aplicada na faturação pela SIMARSUL foi objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e de aprovação pelo Concedente.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2022, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 2,18%.

O diploma constituinte da SIMARSUL estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da SIMARSUL, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

No ano de 2022 a Empresa gerou um DRG de natureza deficitária de 0,518 milhões de euros que aguarda à data presente relatório o parecer da entidade reguladora.

Em 31 de dezembro de 2022 estavam registados nas contas cerca de 64,8 milhões de euros de DRG de natureza deficitária, decorrentes da atividade da SIMARSUL.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A SIMARSUL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2022, o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2020, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da SIMARSUL, disponível em <https://www.SIMARSUL.adp.pt/content/qualidade-do-servico>.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

O Conselho de Administração em funções a 31 de dezembro de 2022, foi eleito a 12 de março de 2021, para o mandato 2021/2023. O Conselho de Administração da SIMARSUL atuou, em 2022, em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pela titular da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira, à luz do Programa do XXIII Governo Constitucional e das medidas excecionais aprovadas pelo Governo no atual contexto de Pandemia COVID-19, designadamente pelo(a):

- a) Cumprimento da sua missão e exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade Empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Atuação socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal dos trabalhadores, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promoção do equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adoção de metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceção e implementação de políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;

- g) Implementação de planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implementação de políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Implementação e manutenção de sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

Como se sabe, o Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal Grupo Empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. E paralelamente é o maior consumidor público de energia elétrica.

Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris. Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto Grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados em 2020 (5%).

Desta forma, o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, assente na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo. Com este programa o Grupo pretende atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro Grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um mix integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (2021 a 2025 e 2026 a 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 – Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas Empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta será implementado um conjunto de medidas com vista à redução das emissões do Grupo.



"ACELARAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA"

O NEGÓCIO

INTRODUÇÃO

A SIMARSUL é uma Empresa multimunicipal e é responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime exclusivo e por um prazo de 30 anos.

O sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal compreende a exploração e a gestão da recolha, do tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente.

A SIMARSUL rege-se pelo Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março de 2017, e pelos seus Estatutos, anexos a esse diploma, tendo os referidos Estatutos da Sociedade sido objeto de atualização por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, na sua reunião de 17 de junho de 2020, que aprovou a sua alteração.





DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2022, no exercício das funções, o Conselho de Administração da SIMARSUL teve em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos da Empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da Sociedade e, conseqüentemente, do setor e do Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da SIMARSUL estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão Empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Acresce que no quadro da missão que lhe está cometida, a SIMARSUL deverá prosseguir as suas atividades em linha com o Quadro de Compromisso Estratégico 2020-2023, aprovado pelo Grupo Águas de Portugal, que assenta em 3 pilares e em 12 desafios estratégicos, que se resumem na imagem infra.



SANEAMENTO EM ALTA

Estima-se em cerca de 600 mil habitantes a população atualmente residente nos 8 municípios abrangidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal), servindo-se atualmente a população de todos os Municípios.

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

A atividade da concessão atribuída à SIMARSUL pelo Estado Português compreende, em regime exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais (designados por efluentes urbanos) e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

- A conceção, construção, instalação, aquisição ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao contrato de concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, instalação e extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição;
- A conservação, reparação, renovação, manutenção, adaptação e melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos referidos anteriormente, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público, de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários legalmente em vigor;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos são descarregados;
- Oportunidades de expansão da atividade.

OUTROS NEGÓCIOS

De entre as atividades desenvolvidas classificadas como outros negócios, destacam-se a recolha e tratamento de efluentes a clientes particulares e industriais.

ATIVIDADE OPERACIONAL

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INOVAÇÃO

A promoção da Inovação na Empresa está sustentada na visão estratégica da SIMARSUL, promovendo a valorização dos trabalhadores/as e dos seus clientes e acionistas, sendo objetivo inovar nas várias vertentes, ou seja, nos seus serviços e nos seus processos de gestão interna.

A atividade da SIMARSUL assenta na conceção, construção, operação e manutenção de infraestruturas de cariz tecnológico, pelo que se torna importante, não só o acompanhamento dos desenvolvimentos tecnológicos associados ao tratamento de águas residuais, mas também a procura contínua de otimização da gestão operacional, a integração de novos sistemas de informação e a gestão de energia.

Existe assim uma aposta clara no envolvimento de todos os trabalhadores/as como potencial génese de criação de inovação, através da geração de ideias que posteriormente são analisadas e capitalizadas em benefício da eficácia e da eficiência da SIMARSUL.

Apostando neste âmbito, em fevereiro de 2022 foi realizado o primeiro Inquérito de Inovação SIMARSUL, enquadrado no Plano de Trabalho da Inovação, com o objetivo de ajudar a perceber a perceção dos colaboradores sobre o que é a Inovação, como pode esta ajudar a melhorar o seu desempenho e quais as barreiras identificadas para a implementação da mesma no seio da Empresa.

O Inquérito encontrava-se dividido em dois grandes Grupos de perguntas (16 no total), um primeiro Grupo de caracterização, composto por sete questões, que visava caracterizar a relação com conceitos, a sensibilidade para o tema Inovação e a disponibilidade para participação em atividades da área e um segundo Grupo de avaliação, formado por 9 questões, onde se pretendia avaliar quais as relações de envolvimento com a área e quais as perceções da dinâmica atual da Inovação na Empresa.

O Inquérito decorreu entre 21 fevereiro e 19 de março, tendo sido respondido por 69 trabalhadores.

Os seus resultados revestem-se de utilidade extrema para caracterizar o estado da Área da Inovação na Empresa e quais os potenciais caminhos a seguir, tendo sido possível concluir que, havendo necessidades de melhoria e desenvolvimento em instrumentos como os processos de comunicação e de sistematização da Área, na promoção do envolvimento dos colaboradores ou na disponibilização de recursos e valorização das pessoas, o potencial de expansão e criação de valor associado à Inovação é enorme, existindo da parte dos trabalhadores/as um reconhecimento da importância da atividade da Área no seu crescimento pessoal e profissional e a crença de que a mesma pode contribuir para a melhoria do desempenho da SIMARSUL enquanto Empresa, sendo explanado nos resultados deste Inquérito que as boas relações entre trabalhadores/as e departamentos e a grande disponibilidade para realização de trabalho em equipa são geradores de um grande potencial de envolvimento das pessoas e do respetivo desenvolvimento da Área.

No dia 23 de março foi lançado no Portal da SIMARSUL a plataforma Tanque das Ideias, onde se pretende ajudar a transformar a forma de trabalhar vigente, promovendo a participação de todos/as na construção de soluções que sejam mais fáceis, mais dinâmicas e sobretudo mais inovadoras.

Disponível no Portal da SIMARSUL (http://portal.SIMARSUL.adp.pt/?page_id=2144), o Tanque das Ideias pretende ser um canal aberto interno para que todos/as possam trazer o seu talento e criatividade, de forma simples e fácil, diretamente para o local de trabalho, possibilitando e facilitando a comunicação de ideias inovadoras, soluções para problemas problema ou sugestão de alternativas.

No dia 31 de março a SIMARSUL esteve representada na sessão de apresentação de resultados do projeto “SARS-Control - Avaliação dos impactos de SARS-CoV-2 no ciclo urbano da água e dos efeitos a jusante em Saúde Pública” (fazendo parte dos elementos da mesa redonda), projeto que teve a participação da SIMARSUL enquanto Entidade Gestora, tendo a ETAR do Seixalinho feito parte do conjunto de infraestruturas em estudo.

O projeto incidiu na amostragem e monitorização da carga viral ao longo do esquema de tratamento, na deteção de poluentes emergentes resultantes da implementação de medidas profiláticas (desinfetantes) e de tratamento de doentes infetados com SARS-CoV-2, na análise de correlação do SARS-CoV-2 com outros parâmetros microbiológicos, na avaliação da eficiência das soluções de tratamento e na avaliação do risco para a saúde pública e ambiental da descarga e utilização das águas residuais tratadas e lamas e identificação de medidas de controlo e mitigação.

O Projeto SARS Control foi financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, cuja gestão é assegurada por delegação de competências pelo organismo intermédio, a Agência Nacional de Inovação (ANI).

Em maio foi concluído mais um processo de submissão processo de candidatura ao SIFIDE, Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial II, relativa a 2021. O SIFIDE visa aumentar a competitividade das Empresas apoiando o seu esforço em Investigação & Desenvolvimento através da dedução à coleta do IRC de uma percentagem das respetivas despesas de I&D (na parte não participada a fundo perdido pelo Estado ou por Fundos Europeus).

Em julho foi recebida a resposta relativa à candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e ao Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), respeitante ao exercício de 2020. Nesta resposta foi estabelecida e intenção de proceder ao deferimento parcial do pedido submetido, no valor de 1 24.002,55€ (cento e vinte e quatro mil dois euros e cinquenta e cinco cêntimos) correspondente às atividades consideradas elegíveis, tendo sido submetida, por parte da SIMARSUL, dentro do enquadramento previsto, uma pronúncia com o intuito de solicitar a reconsideração da elegibilidade das atividades excluídas e respetivo deferimento total do pedido submetido, sendo que se aguarda presentemente a ocorrência de uma resposta por parte da Comissão Técnica do SIFIDE.

No dia 28 de setembro decorreu na ADAO - Associação Desenvolvimento Artes e Ofícios o primeiro Workshop de Inovação da SIMARSUL. Esta atividade teve como objetivo vincar e reforçar o papel da Inovação como meio de apoio transversal à atividade das diversas áreas da Empresa, com o intuito de potenciar o conhecimento e alavancar a prossecução dos seus objetivos, bem como de criar valor que resulte em benefício para a organização.

No âmbito deste workshop foi feita uma apresentação dos resultados do Inquérito da Inovação, tendo sido também realizados um conjunto diverso de exercícios de equipa, com resultados muito interessantes e que culminaram na recolha de um conjunto de ideias inovadoras junto dos participantes que servirão de base para trabalhos a desenvolver no futuro.

O evento contou ainda com a apresentação dos resultados do Inquérito da Inovação e com a presença do Diretor de Sistemas e Tecnologias de Informação das Águas do Norte, numa sessão de partilha com o tema “Experiência das Águas do Norte na Inovação”. Novamente no âmbito da monitorização microbiológica de águas residuais foi estabelecida, em outubro de 2022, uma colaboração entre a SIMARSUL e o Global Biosciences Center da SGS Portugal, no sentido de estabelecer um projeto piloto de monitorização da presença de agentes infecciosos em águas residuais.

A pandemia por Covid-19 veio demonstrar claramente que a análise sistemática da presença de agentes infecciosos em águas residuais

têm o potencial de fornecer um alerta precoce sobre a possibilidade de surtos infecciosos, contribuindo para melhorar a resposta das diferentes autoridades e para o reforço da saúde pública. A SGS têm estabelecidas metodologias para monitorizar a presença de SARS-CoV-2 em águas residuais que já estão a ser utilizadas com muito sucesso por exemplo em regiões da Alemanha ou da Suécia. Pretende-se continuar a desenvolver e aumentar a capacidade desta tecnologia, expandindo o número de agentes infecciosos a monitorizar, para incluir por exemplo o vírus da varíola dos macacos, Influenza, RSV entre outros.

O Global Biosciences Center já possuía uma parceria com o Município do Barreiro, efetuando recolhas na rede de águas residuais desde o início do mês de agosto, tendo utilizado essas amostras para detetar com sucesso a presença de partículas de SARS-CoV2 e varíola dos macacos, assim como otimizar protocolos de processamento de amostras.

Com a implementação deste projeto piloto, estabelecendo uma recolha e análise mais sistemática de águas residuais e trazendo uma combinação única de habilidades, tecnologia e análise de dados, serão obtidos resultados oportunos e de alta qualidade com o objeto de desenvolver novas metodologias para deteção de vários agentes infecciosos em águas residuais.

Em outubro de 2022 foram também iniciados os trabalhos do recém-criado Comité de Inovação da SIMARSUL. O Comité de Inovação para a SIMARSUL, composto por representantes da Direção de Operação, Direção Administrativa e Financeira, Direção de Infraestruturas e Inovação, tem como objetivo auxiliar na gestão, condução e aceleração da implementação de um conjunto de processos e sistemas que permitam ajudar na implementação do Plano de Trabalho para a Inovação, elaborado em 2021.

Ao longo do ano de 2022 a SIMARSUL iniciou a empreitada para o “Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL”, no âmbito do processo de reconfiguração e uniformização das suas plataformas tecnológicas, abrangendo a reformulação do seu atual Sistema de Telegestão com a integração das instalações ainda não monitorizadas/integradas, bem como a requalificação dos sistemas de supervisão e automação locais, por forma a responder às necessidades da atividade de exploração, de gestão de ativos e gestão da energia de todo o sistema de recolha, transporte, tratamento e rejeição final de águas residuais sob a sua concessão.

Dentro desta temática, de salientar a presença de elementos da SIMARSUL no Grupo de Trabalho da Digitalização, coordenado pela AdP Valor e com a presença de todas as Empresas do Grupo AdP, visando a harmonização e aceleração do processo de transformação digital que se espera que venha a ocorrer dentro do Grupo nos tempos mais próximos.

A SIMARSUL manteve uma cooperação contínua com a comunidade científica, ao nível da promoção e acompanhamento de estágios e na divulgação dos respetivos trabalhos, bem como no estabelecimento de parcerias com centros de conhecimento, desde os níveis académicos base, representados por estabelecimentos de ensino técnico e profissional, até aos de excelência, representados pelas Universidades e Centros de Investigação.

A este nível, continuou a ser acompanhada uma tese de mestrado integrado em Engenharia do Ambiente, da FCT-UNL, com a temática “Otimização e Modelação de Tratamento Primário Avançado da ETAR Barreiro/Moita”, cuja conclusão deverá acontecer em 2023, sendo de realçar igualmente a receção de um estagiário do Instituto Politécnico de Setúbal que teve oportunidade de acompanhar a realização dos trabalhos da Empreitada de Telegestão no âmbito do seu estágio.

No âmbito do Projeto ENVITEJO, desenvolvido em parceria com a APA/ARH Tejo e Águas do Tejo Atlântico, mantiveram-se as campanhas de monitorização ambiental da qualidade da água dos meios recetores, tendo sido realizadas quatro campanhas de monitorização no decurso de 2022.

Em novembro de 2022, a SIMARSUL esteve presente nas XIII Jornadas de Engenharia do Grupo AdP, com a apresentação do estudo “Determinação do Carbono Orgânico Total como parâmetro indicador da eficácia do tratamento de uma ETAR”.

Decorrente da obrigatoriedade imposta pela Agência Portuguesa do Ambiente, no Licença de Utilização de Recursos Hídricos da ETAR da Quinta do Conde, referente à monitorização em contínuo do efluente final desta instalação, foi necessária a aquisição de uma sonda de determinação de Carbono Orgânico Total (COT). Este trabalho teve como objetivo dar a conhecer os equipamentos de medição de COT disponíveis no mercado, a tecnologia selecionada, quais os dados obtidos e a interpretação dos mesmos, assim como os desafios para o futuro, tendo esta apresentação sido particularmente bem recebida pela plateia, suscitando o interesse geral e motivando uma saudável discussão entre os presentes, contribuindo a SIMARSUL, assim, para o objetivo das jornadas na troca de experiências e partilha de conhecimento entre Empresas do Grupo.

De salientar, também, durante o ano de 2022, a ocorrência de diversos contactos e colaborações com instituições e Empresas como a Minsait, a VTA Austria ou a Defining Future Options, que permitiram contacto com um conjunto de tecnologias e soluções inovadoras para o sector.

Por fim, de salientar a presença de elementos da SIMARSUL no Comité de Inovação do Grupo Águas de Portugal, coordenado pela

AdP Valor e com a presença de todas as Empresas do Grupo AdP, visando a concretização da Agenda de Inovação de Grupo, bem a harmonização e aceleração do processo de Inovação, considerando que A Visão Estratégica do Grupo ADP define a Inovação como um dos seus pilares.

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

No ano de 2022 foi aplicada aos utilizadores municipais a tarifa prevista no Contrato de Concessão, devidamente atualizada e ratificada pelo regulador, no valor de 0,6041 euros/m³.

A faturação aos clientes ao longo do ano de 2022 ultrapassou os 18,1 milhões de euros e os recebimentos totalizaram cerca de 19,4 milhões de euros.

Em termos de dívida verificou-se, durante o ano de 2022, um esforço dos Municípios, num contexto de pós-pandemia e da conjuntura internacional desfavorável, em manter o ritmo dos pagamentos dos últimos anos.

A dívida total dos utilizadores do sistema pode decompor-se da seguinte forma:

	2022	2021	2020
Dívida Não Vencida	4,38	4,33	3,20
Faturação	3,38	3,05	3,20
Acordos de Pagamento	1,00	1,23	-
Juros	-	0,05	-
Empresas Subsidiárias	-	-	-
Dívida Vencida	2,69	2,64	3,35
Injunções	1,86	1,86	2,50
Faturação	0,41	0,36	0,42
Juros	0,00	0,00	0,00
Especialização de Juros	0,42	0,42	0,42
	7,07	6,96	6,55

No final de 2022, cerca de 1,9 milhões de euros do valor total em dívida encontra-se em processos de injunção, relativos ao Município de Alcochete, correspondente a cerca de 70% do total da dívida vencida e a cerca de 27% do total da dívida de clientes.

A tarifa média da atividade de saneamento de águas residuais foi de 0,595 euros/m³.

Na **Direção Administrativa e Financeira (DAF)**, para além do natural envolvimento no suporte à Administração e às diversas áreas da Empresa, são de relevar as seguintes ações:

- Participação ativa nos Comitês Financeiros e de Compras especializados do Grupo AdP;
- Preparação do SAP para a adoção de novas normas contabilísticas IFRS;
- Melhoria de utilização dos módulos SAP CO (Controlling), PM (Gestão de Frota) e MM (Compras e Logística);
- Implementação do pagamento a fornecedores por lote com validação prévia em SAP;
- Implementação da faturação eletrónica interEmpresas do Grupo AdP e com os fornecedores operacionais e de investimento da SIMARSUL;
- Implementação do módulo Brightservices na Gestão Documental EDOC;
- Gestão dos Contratos de Frota e Serviços de Apoio e Logística a Empresa.

DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

A **Direção de infraestruturas**, agrega os departamentos de Manutenção e Engenharia e tem a responsabilidade de assegurar o planeamento e a realização das ações de conservação e reparação e o desenvolvimento dos investimentos novos e de substituição necessários à gestão eficiente dos ativos explorados, de forma a continuar a satisfazer os interesses, objetivos e expectativas dos acionistas e demais partes interessadas e na prossecução de um serviço público essencial.

O ano de 2022 ficou marcado ainda pelo impacto do COVID, com a manutenção de algumas das medidas de proteção aos trabalhadores/as e pela situação geopolítica resultante da guerra na Ucrânia, com impacto no aumento excecional dos custos com matérias-primas, materiais, mão-de-obra, equipamentos e na contratação pública, especialmente nos contratos de empreitadas de obras públicas, com a entrada em vigor do regime excecional e temporário de revisão de preços.

Em 2022 assistiu-se ao incremento da atividade desenvolvida na Direção de Infraestruturas, resultado do empenho dos trabalhadores internos e externos, afetos às prestações de serviços e empreitadas contratadas.

Os gastos com a atividade de Manutenção atingiram os 1,879 MILHÕES DE EUROS, destacando-se a realização de 43.235 intervenções de manutenção preventiva, sistemáticas e de condição e corretivas.

	2022	2021	Δ Absol.	Var. %
Gastos com Manutenção	1 879 360	2 035 809	- 156 449	- 7,7%
Nº Ações de Manutenção	43 235	42 780	455	1,1%

Para assegurar a prossecução da estratégia definida para o setor e no sentido de se continuar a assegurar o nível requerido para a manutenção preventiva e corretiva dos ativos das infraestruturas atualmente exploradas, bem como de se prevenir situações que ponham em causa a segurança e a qualidade do serviço, a SIMARSUL tem procurado desenvolver as competências dos seus recursos humanos internos e recorrido à contratação de serviços externos para a execução de algumas atividades especializadas. Estes recursos detêm o conhecimento das infraestruturas e equipamentos o que permite definir a priorização das intervenções e a gestão do risco associado à nossa atividade.

Atualmente, a Manutenção Interna intervém nos subsistemas Afonsoeiro, Alcochete, Águas de Moura, Aires, Canha, Lagoínha, Montado, Pegões, Pinhal Povo, Poceirão, Quinta do Conde, Sto. Isidro de Pegões, Taipadas e ZI AutoEuropa e a Manutenção Externa intervém nos subsistemas Barreiro-Moita, Cucena, Fernão Ferro, Quinta da Bomba, Seixal, Lagoa-Meco, Sesimbra e do Município de Setúbal, a partir de 18 de dezembro de 2022. Existem ainda atividades especializadas externas desenvolvidas em todos os subsistemas, tais como a manutenção de equipamentos de instrumentação, onde se incluem os caudalímetros de faturação, de deteção e análise de gases, dos equipamentos sob pressão, de elevação de cargas, de ar condicionado e de águas quentes sanitárias, das centrífugas, dos cogeneradores e circuitos do biogás, dos sistemas de desinfeção por radiação ultravioleta, dos postos de transformação, das serralharias, das boias e emissários submarinos e dos espaços verdes.

Em face da diversidade e do número de ativos a manter e para promover a resiliência do serviço prestado no contexto atual, tem vindo a ser dada continuidade à identificação e aprovisionamento das peças de reserva consideradas mais críticas.

No âmbito da atividade desenvolvida pela Manutenção, destaca-se ainda a prossecução da implementação da aplicação de mobilidade SAP Asset Management, conducente à melhoria da gestão da manutenção e à análise avançada e preditiva dos ativos explorados.

O investimento executado em empreitadas/obras pela Engenharia apresentou em 2022 um valor total de 3,503 MILHÕES DE EUROS, o que representou um acréscimo de valor de 60% em relação ao período homólogo de 2021. Regista-se, no entanto, que, deste valor, 0,28 MILHÕES DE EUROS são ressarcidos por valores ativados de garantias bancárias. Destacam-se as seguintes empreitadas, com maior impacto no valor do investimento executado:

- Empreitada de Execução da Reabilitação de Infraestruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - EM Corroios (Subsistema Quinta da Bomba);
- Empreitada de Reabilitação do Intercetor Arrentela (Subsistema Seixal);
- Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL (Todos os Subsistemas);

- Empreitada de Beneficiações em Infraestruturas na Área de Concessão e Reabilitação dos Decantadores Secundários da ETAR da Zona Industrial da Autoeuropa (Subsistema ZI Autoeuropa);
- Empreitada de Execução da Ligação Gravítica do Sistema de Cárcamo Lobo à Estação Elevatória do Lavradio (Subsistema Barreiro/Moita).

No âmbito da “Empreitada de Execução da Ligação Gravítica do Sistema de Cárcamo Lobo à Estação Elevatória do Lavradio”, a SIMARSUL apresentou em agosto, para financiamento da obra, uma candidatura ao Aviso de Concurso POSEUR-I2-2022-02 para apresentação de candidaturas em regime de overbooking condicionado, com a designação “Execução do Emissário Cárcamo Lobo”, no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos no eixo prioritário 3 “Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência dos Recursos” do Fundo de Coesão, destinado à otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água.

A referida candidatura, à qual foi atribuído o código POSEUR-03-2012-FC-001575, foi objeto de decisão de aprovação condicionada a disponibilidade orçamental, por parte da Autoridade de Gestão do POSEUR, no valor global de 0,645 MILHÕES DE EUROS, com uma taxa de cofinanciamento de 85%.

Regista-se o acionamento de garantias bancárias para a correção dos defeitos apontados no âmbito das vistorias efetuadas e que condicionam as receções definitivas, quando a mobilização do Empreiteiro responsável não foi possível:

- Empreitada de Reabilitação no Âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR Barreiro/Moita e do Sistema de Drenagem e Elevatório do Barreiro/Moita - Lote I (Subsistema Barreiro-Moita), no valor de 1,200 MILHÕES DE EUROS, em execução;
- Empreitada de Reabilitação no Âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-construção da ETAR da Quinta do Conde”, no valor de 1,125 MILHÕES DE EUROS, adjudicada em dezembro de 2022.

No âmbito da atividade desenvolvida pela Engenharia, destaca-se ainda a prossecução do plano de atuação e da execução dos investimentos com o objetivo de redução de afluências indevidas no Sistema, em articulação com as demais partes interessadas, o apoio técnico na análise de viabilidade de ligações novas ao Sistema da SIMARSUL por parte de clientes municipais ou particulares, a instrução e submissão às entidades competentes dos vários processos de licenciamento com vista à obtenção das necessárias autorizações para o desenvolvimento do Plano de Investimentos, a monitorização e controlo do Plano de Investimentos, a resposta e apoio técnico a Pedidos de Cadastro realizados por entidades externas à SIMARSUL, apoio a processos de expropriações e servidões de terrenos, a colaboração na manutenção e atualização do Cadastro e do Sistema de Informação Geográfica (SIG) da SIMARSUL, a produção de informação para o controlo de gestão da Empresa e a participação em Grupos de trabalho do Grupo AdP. Participou ainda no desenvolvimento de estudos para a “Digitalização dos Serviços Ambientais”, “Economia Circular” e “Neutralidade Energética”, “ApR-Água para Reutilização” que irão contribuir para o reforço do desenvolvimento sustentável do Sistema Multimunicipal.

GESTÃO DE ENERGIA

A **gestão de energia** continua a ser uma das prioridades estratégicas da SIMARSUL, que procura a melhoria da eficiência e do desempenho energético das operações de saneamento de águas residuais, garantindo a sua ecoeficiência e sustentabilidade.

Após consolidação em 2021 do Programa de Neutralidade Energética da SIMARSUL desenvolvido em conjunto com a AdP ENERGIAS e de acordo com o objetivo de atingir a neutralidade energética do Grupo AdP até 2030 (também designado Programa ZERO), este foi submetido ao Concedente para solicitação de autorização do Investimento, estando ainda a aguardar-se esta autorização para dar início à implementação do Programa.

Este Programa terá um importante contributo para os exigentes objetivos ambientais definidos para Portugal, nomeadamente para a neutralidade energética, por via da eficiência energética e da incorporação de uma percentagem elevada de energia obtida a partir de fontes renováveis, e para a neutralidade carbónica em resultado da forte redução de emissões de GEE que serão induzidas pela concretização das ações/ medidas que integram este ambicioso Programa. A SIMARSUL pretende concretizar este programa através das seguintes medidas:

- Aumento da produção de energia a partir de recursos disponíveis nas suas instalações, como por exemplo, o biogás produzido nas ETAR;

- Utilização da energia solar fotovoltaica, num mix energético integrado que visará a maximização do autoconsumo;
- Implementação de procedimentos de eficiência energética e de substituição de equipamentos dos processos operativos por equipamentos energeticamente mais eficientes.

Com efeito, a maximização da energia produzida para autoconsumo obrigará a alterações no padrão da operação, incorporando a produção e armazenamento de energia no core da atividade de saneamento de águas residuais e promovendo a reengenharia de sistemas e processos para aumento de eficiência. O desenvolvimento do Programa ZERO na SIMARSUL obriga à implementação daquelas ações/medidas que se estima que venham a atingir cerca de 6,4 milhões de euros. Este investimento conduzirá a uma poupança, por via de custos evitados com a aquisição de energia elétrica da rede, que se estima na ordem dos 16,4 milhões de euros até ao final da concessão. Proporcionará ainda um conjunto de proveitos, por via da venda de energia elétrica sobrando à CER (Comunidade das Energias Renováveis) (e disponibilizada a outras Empresas do Grupo AdP) ou à rede elétrica nacional, que se estima na ordem dos 2,4 milhões de euros até ao final da concessão. De referir ainda que, para se conseguir implementar este ambicioso plano, será necessário o reforço do quadro técnico existente na SIMARSUL.

Para suportar e apoiar o desenvolvimento de projetos de energia encontra-se a decorrer uma Prestação de Serviços Especializados com a AdP Energias que tem dado apoio na Área da Gestão de Energia.

Foi desenvolvido o Projeto de Dimensionamento da UPAC da ETAR Quinta do Conde, que permitirá maximizar a produção de energia através da cogeração, uma vez que atualmente a produção de energia destina-se apenas a autoconsumo (2 motogeradores a biogás, com uma potência total de 391kW), pretendendo-se adaptar e licenciar a instalação para que sejam estabelecidos os mecanismos para contagem da energia consumida, produzida e injetada na rede, como estabelecido na regulamentação aplicável. Foi instruído junto da E-Redes o processo de licenciamento da ETAR da Quinta do Conde referente ao "Projeto para certificação da instalação de produção de energia elétrica para autoconsumo (UPAC) e ligação à Rede Elétrica de serviço Público (RESP)", estando a aguardar-se a resposta ao pedido efetuado.

Efetuuou-se um Estudo de Viabilidade Económica de conversão das 4 microproduções fotovoltaicas existentes na SIMARSUL em regime UPP (Unidade de Pequena Produção) para regime UPAC (Unidade de Produção para Autoconsumo), tendo sido aprovado avançar com um projeto-piloto na EE ZI Cascalheira (Subsistema Pinhal Novo) e EE Saldanha (Subsistema Seixalinho). A AdP Energias efetuou junto da DGEG o pedido de conversão destas duas centrais de microprodução para UPAC, estando a aguardar-se resposta. Na sequência do convite efetuado pela E-Redes para a SIMARSUL participar no projeto europeu EUniversal, financiado pela União Europeia H2020, na área da Investigação e Inovação, foi dada autorização em 2022 para a recolha e disponibilização de dados de consumo referentes à ETAR de Alcochete e Estação Elevatória de Alcochete no âmbito do projeto, o qual tem como objetivo principal desenvolver um interface para a ativação de flexibilidade, a pedido do distribuidor de energia elétrica, através da interação com mercados de flexibilidade, capazes de monetizar, para o cliente, o benefício da disponibilização de recursos.

Procedeu-se à contratação de uma "Aquisição de Serviços para Auditorias Energéticas", que envolve a realização de auditorias energéticas no âmbito do Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril, a infraestruturas da SIMARSUL, tendo sido alvo de auditoria no terreno ainda em 2022, a ETAR do Barreiro/Moita e do Seixal, e as Estações Elevatórias do Lavradio e Breyner, estando prevista a continuidade deste trabalho durante o ano de 2023 abrangendo ainda outras infraestruturas.

Salientar, ainda, o início da exploração das infraestruturas dos Subsistemas do Município de Setúbal, a 18 de dezembro, no âmbito do Contrato de Concessão, que incluíram o averbamento junto da DGEG de três instalações em MT - Média Tensão: ETAR de Setúbal, ETAR da Gâmbia e EE Termoelétrica. Foram ainda integradas 15 infraestruturas em BT - Baixa Tensão e 3 infraestruturas em BTE - Baixa Tensão Especial.

No âmbito da Gestão de Energia, continuou a ser promovida a interação com as agências de energia locais, nomeadamente a S.Energia - Agência Regional de Energia para os Concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo e a AMESEIXAL - Agência Municipal de Energia do Seixal, onde a SIMARSUL integra as respetivas Assembleias Gerais.

Atento às metas ambiciosas que Portugal fixou, as Empresas do Grupo AdP - Águas de Portugal definiram como um dos seus objetivos a certificação energética das suas frotas, de forma a analisar e a melhorar as práticas adotadas na gestão das viaturas, no desempenho dos condutores, na otimização dos consumos e nos cuidados com a manutenção.

O programa existe desde 2020 e permitiu à SIMARSUL melhorar os indicadores energéticos da sua frota, constituída por 48 viaturas (das quais 11 são 100% elétricas e 1 é plug-in) e a sua classe energética, através de uma gestão mais eficaz e eficiente da frota. O projeto relativo à frota do Grupo AdP contempla o desenvolvimento de formação específica para constituir um Grupo de Gestores de Frota MOVE+ e de Auditores MOVE+ dotando os trabalhadores designados nas Empresas com recursos e competências para uma gestão ainda mais eficaz e eficiente da frota.

Foram realizadas formações em ECO Condução de Viaturas Elétricas e ECO Condução de Viaturas Combustão a 70 colaboradores da SIMARSUL em 2021 e em 2022 foi realizada uma formação em Segurança Ativa para 36 trabalhadores com recursos a demonstrações e exercícios práticos de condução em circuito de formação, para alertar os formandos para os principais riscos que se refletem em acidentes com colisão em circulação, e manobras utilizando viaturas elétricas e a combustão para permitir conhecer o funcionamento, modo de operação e limitações dos sistemas de segurança ativa.

Desde o primeiro ano, a certificação energética de frotas permitiu assegurar:

- Demonstrar, de forma simples e clara, o seu empenho em reduzir a pegada ecológica da frota;
- Contribuir ativamente para a redução de emissões de CO₂ resultado da sua frota;
- Aproveitar as oportunidades na otimização de custos (combustível, etc.) e reduzir emissões de CO₂;
- Melhorar a forma de aquisição da sua frota, dando relevância à eficiência energética e ambiental das viaturas;
- Motivar trabalhadores/as, clientes, fornecedores e parceiros para uma mobilidade mais sustentável.

A SIMARSUL reforça assim o seu compromisso na implementação de medidas que visam a melhoria contínua da sustentabilidade do serviço da sua frota e da sua atividade.

	2022	2021	2020
Energia Produzida	968 470	968 470	791 778
Total de Energia Consumida	20 249 924	20 249 924	19 642 230
Autonomia Energética	5%	5%	4%
Energia Vendida	82 847€	82 847€	75 176€

Na **Direção de Operação (DOP)**, para além da atividade de gestão operacional que garante o adequado funcionamento das infraestruturas que constituem o sistema multimunicipal, de entre as atividades desenvolvidas no decorrer do ano 2022, que ainda foram condicionadas pela pandemia, existem algumas que pela sua importância importam destacar:

Importa sublinhar a integração das infraestruturas do município de Setúbal, concretizada no dia 18 de dezembro de 2022. Este processo foi fortemente dinamizado pela Direção de Operação na definição das infraestruturas a transitar para a SIMARSUL e na realização de visitas detalhadas a todas as ETAR e Estações Elevatórias e diversos pontos da rede de drenagem, nomeadamente cabeceiras, pontos de ligação da rede de drenagem em baixa à rede em alta e pontos que apresentam constrangimentos operacionais. No processo de integração foi necessário efetuar o levantamento de informação necessária e a respetiva análise e a identificação dos processos e das atividades críticas a desenvolver.

No final do ano a Empresa encontrava-se a gerir 25 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), 117 Estações Elevatórias (EE), 273,80 km de emissários, 117,04 km de Conduções Elevatórias e 10,51 km de Emissários Submarinos no âmbito da operação dos diversos subsistemas do seu sistema multimunicipal.

O volume de efluente recolhido em 2022 foi de 30.438.672 m³, o que corresponde a uma média diária de 83.394 m³. Deste, foi tratado em instalações diretamente operadas pela SIMARSUL 27.780.066 m³, tendo o remanescente sido tratado na ETAR da Quinta da Bomba, gerida pelos SMAS de Almada nos termos estabelecidos no protocolo de exploração, celebrado entre os SMAS de Almada, a SIMARSUL e o município do Seixal.

O volume faturado aos utentes foi de 30.423.313 m³. A população servida com tratamento satisfatório atingiu os 583.476 habitantes equivalentes, correspondendo a 98,29% do total.

Na Direção de Operação outras atividades se destacaram como segue.

A gestão das Equipas de Operação em conformidade com as exigências de funcionamento das infraestruturas e a necessidade de minimizar eventuais contágios da COVID-19; a participação nos processos de recrutamento de Técnicos Operacionais de saneamento e de Técnicos Superiores; a formação dos novos técnicos operativos que integraram a direção; a reorganização dos Responsáveis dos Centros Operacionais; bem como, o acompanhamento e orientação de Estágios profissionais e curriculares, em estreita colaboração com as instituições de ensino; ou o acompanhamento de visitas de estudo efetuadas às infraestruturas de tratamento em exploração,

embora afetadas em número pela pandemia. Foram algumas das atividades que, em matéria de organização, funcionamento e meios humanos continuaram a merecer particular atenção da Direção de Operação.

Em articulação com a Direção de Infraestruturas, procedeu-se à implementação de soluções operacionais para promoção da melhoria contínua do serviço prestado em termos de exploração das infraestruturas; à medição e monitorização no terreno de diversos parâmetros e condições para apoio à elaboração de estudos; à realização de ações de manutenção preventiva, no âmbito da Operação, previstas nos planos de manutenção; ao apoio técnico na revisão de projetos de execução e ao acompanhamento das empreitadas.

A direção continuou a desenvolver medidas de gestão do processo de tratamento, tendo em vista a otimização dos consumos de energia, água e dos reagentes químicos de processo. E a articulação com os municípios servidos pelo sistema, continuou a ser determinante para a resolução de inúmeras questões que o afetam, mantendo-se como objetivo prioritário proceder à identificação, caracterização e eliminação das afluições indevidas.

A Direção de Operação continuou a efetuar a gestão de clientes diretos e respetivo acompanhamento das condições contratuais – atualização das tarifas, valores de caução, qualidade dos efluentes descarregados, análise do autocontrolo exigido na autorização de descarga, assumindo estes um peso crescentemente significativo em matéria de efluente tratado.

Com vista a alargar ainda mais essa realidade, foi também responsável pela gestão de pedidos de ligação de utilizadores diretos – análise da viabilidade da ligação, cálculo das tarifas a aplicar e instrução do processo junto do Concedente.

A Direção de Operação foi responsável pela gestão dos processos de licenciamento das descargas de águas residuais junto das entidades competentes e pelo acompanhamento das ligações físicas ao sistema requeridas pelos municípios.

A direção participou no Comité Especializado de Operação de Saneamento, instituído pela AdP SGPS, vocacionado para conferir maior eficácia na implementação de normas transversais, na fluidez dos processos de comunicação, no estudo de propostas de integração de processos / funções e no aprofundamento da partilha de boas práticas nas Empresas do Grupo Águas de Portugal. Neste âmbito, destaca-se a elaboração da revisão técnica do Regulamento de Exploração da SIMARSUL.

Para além disso, a Direção de Operação esteve diretamente envolvida em projetos de I&D, internos e externos à Empresa, em estreita colaboração com as instituições de ensino. Tendo, também, participado em sessão técnica das XIII Jornadas de Engenharia, organizadas pela Direção de Engenharia e Operação da AdP Valor.

No âmbito da Direção de Operação, através do Laboratório, foram realizados 20 871 ensaios analíticos, incluindo ensaios físicos, químicos e biológicos, no que se refere ao controlo da qualidade dos processos de tratamento da água residual, bem como das lamas produzidas.

A participação do Laboratório Interno no Ensaio de Comparação Interlaboratorial, promovido pela RELACRE, demonstrou um desempenho satisfatório de 100%, tendo a 1ª distribuição, ocorrida em maio, um desempenho satisfatório de 100% no universo de 45 participantes e na 2ª distribuição, ocorrida em novembro, um desempenho satisfatório de 100% no universo de 54 participantes a nível nacional.

O Laboratório Interno colaborou, ainda, com o Instituto Politécnico de Setúbal e com a Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento, tendo-se realizado três estágios, com duração de 540 horas, 600 e 405 horas respetivamente.

A direção de Operação procedeu à análise e acompanhamento de reclamações apresentadas no âmbito da exploração das infraestruturas.

Coube, igualmente, a esta direção a avaliação da conformidade legal da qualidade do efluente tratado; o registo, compilação e cálculo dos valores de caudal real a faturar aos Clientes Municipais e Clientes Diretos; a elaboração do Plano Anual de Compras da Direção; a atualização do histórico de volumes, consumos e produções do Modelo Técnico (Modelação de Procura e Otimização de Custos Operacionais).

Constituindo a **reutilização de águas residuais tratadas** uma prioridade para a SIMARUL, a direção de Operação participou no Plano de Ação para a Reutilização nas ETAR do Grupo AdP, onde se materializa a caracterização e balanço da situação atual da SIMARSUL; e participou na construção do modelo técnico (MT) da atividade principal de ApR, através da identificação do universo das ETAR a considerar no MT, da identificação de situações de compromisso de fornecimento de ApR, da indicação dos volumes de globais de água consumidas pelos municípios em termos de usos urbanos, da identificação de ETAR com TURH que estabeleçam requisitos de

qualidade específicos devido à existência de usos a jusante da descarga ou por se tratar de linhas de água torrenciais (eventuais usos ecológicos), da identificação das capacidades dos sistemas existentes de produção de ApR, da indicação dos consumos globais de água para a atividade de saneamento, da estimativa de eventual aumento das necessidades globais de água no futuro, após conclusão dos investimentos de saneamento, por via da alteração dos sistemas de tratamento, e da verificação de necessidade de adaptação do investimento ao nível de tratamento da ApR.

A direção de Operação participou, ainda, no Grupo de Trabalho de revisão da Diretiva de Águas Residuais Urbana – DARU - e que inevitavelmente impactará as operações e exigirá adaptação nos próximos anos. Tendo presente a relevância deste novo instrumento de regulação ambiental, está a ser elaborada uma análise abrangente e multidisciplinar do que está proposto para as necessárias interações com os reguladores e a tutela. Participou, também, no projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno desenvolvido pela Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco da AdP SGPS, com a elaboração das Matrizes e Risco e Controlo para os processos de Recolha e Transporte e Tratamento de Rejeição; no Projeto Piloto de Dimensionamento dos Recursos Humanos do Grupo AdP com realização de visitas a ETAR e a EE e compilação de diversa informação no âmbito da organização funcional dos Centros Operacionais, como os horários de trabalho de funcionamento, as tarefas desenvolvidas pelas equipas de operação e a respetiva ocupação do tempo de trabalho e a definição de macroprocessos.

Em matérias contratuais, a direção procedeu ao acompanhamento do processo de aquisição centralizada de energia (MT, BTN e BTN) e do processo de aquisição centralizada de reagentes, nomeadamente o Cloreto Férrico e o Hipoclorito de Sódio, realizados pela AdP; promovendo os procedimentos contratuais e o consequente acompanhamento da execução do contrato de aquisição de polímeros para as ETAR; do contrato de aquisição de argila expandida para a ETAR de Sesimbra; do contrato de prestação de serviços de controlo analítico e do contrato de prestação de serviços de recolha, transporte e encaminhamento a destino final de resíduos.

Em 2022, a direção continuou a acompanhar as ações inspetivas realizadas pela ARH - Administrações de Região Hidrográfica, Tejo e Oeste; pela IGAMAOT- Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e pela GNR do Ambiente.

ÓRGÃOS DE SUPORTE

A **Área de Planeamento e Controlo de Gestão (PCG)** assegurou, em 2022, o reporte da SIMARSUL para as diversas entidades externas às quais a Empresa está obrigada a prestar informação, bem como os reportes para a AdP SGPS.

Foi igualmente responsável pela preparação de todas as interações realizadas com o Concedente e com a Entidade Reguladora, no âmbito do exercício orçamental de 2022, tendo sido igualmente responsável, em colaboração com a Atividade Operacional, pela recolha, compilação e análise da informação de base ao exercício orçamental de 2023, bem como pela preparação do modelo económico da Empresa, utilizado na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2023 e no Relatório de fundamentação de projeções e cumprimento de métricas ERSAR para 2023.

A área de PCG assegurou, adicionalmente, um controlo mais eficaz da qualidade e consistência da informação produzida e disponibilizada a entidades terceiras, bem como ao nível da qualidade e uniformização da mesma ao nível dos sistemas aplicacionais de suporte, nomeadamente ao nível do acompanhamento e parametrização da criação dos elementos analíticos, como Ordens Internas, PEP e Fichas de Imobilizado.

Em 2022, o PCG continuou a ter a seu cargo, apoiado pela CEA e pela DAF, a compilação de informação e a elaboração dos Relatórios e Contas da SIMARSUL.

Igualmente em 2022, foi assegurada a continuação da centralização da informação relativa a indicadores de desempenho da Empresa, na sua vertente financeira, operacional ou de sustentabilidade, assegurando o seu reporte atempado, com particular incidência nos Indicadores dos Objetivos de Gestão, nos Indicadores da Qualidade do Serviço da ERSAR e nos Indicadores de Sustentabilidade. Garantiu, ainda, a atempada elaboração da informação de gestão a remeter mensalmente ao Conselho de Administração da SIMARSUL, para acompanhamento da atividade da Empresa. A implementação de um relatório interno consolidado permitiu aprofundar o detalhe e a abrangência da informação de gestão disponibilizada.

Fizeram também parte das funções do PCG no decorrer do ano, a atualização das tarifas a aplicar aos clientes municipais e diretos, conforme previsto no Contrato de Concessão e respetivo envio para aprovação por parte da Entidade Reguladora, o mesmo tendo acontecido com o cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos e o cumprimento das métricas de eficiência operacional definidas para a SIMARSUL.

No ano de 2022 o PCG colaborou ainda com diversas áreas da Empresa, nomeadamente ao nível de uniformização e validação de procedimentos, numa vertente de controlo interno, no acompanhamento de novos projetos e na participação nos comités de PCG do Grupo AdP em projetos de interesse e âmbito comum.

Durante o ano de 2022 o volume de reportes e o nível de informação a disponibilizar aos diversos stakeholders registou um incremento ao qual o PCG procurou sempre responder tempestivamente.

Para o ano de 2023 o PCG tem, na sua perspetiva de curto prazo, de assegurar a implementação de um novo modelo de suporte e execução de processo orçamental que permita uma mais eficiente elaboração do PAO.

Na **Área do Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SRS)**, para além das atividades correntes da área do sistema de gestão, destacam-se as seguintes ações que prosseguem uma clara aposta na promoção e enfoque da segurança como prioridade para a SIMARSUL como segue.

- Realização de pedidos de Inspeção Regular e acompanhamento das visitas realizadas pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);
- Promoção de ações de sensibilização e comunicação, junto dos trabalhadores e das trabalhadoras, e no âmbito do acolhimento, para transmitir as regras e medidas a adotar por todos/as no sentido da minimização dos riscos e da maximização da segurança de todos/as;
- Promoção e realização de formação em articulação com o RH, designadamente em Segurança no Trabalho. A Segurança constitui uma prioridade para a SIMARSUL, pelo que foram ministradas diversas formações envolvendo quase o universo total dos trabalhadores e das trabalhadoras da SIMARSUL, com o objetivo de contribuir para a redução dos índices de sinistralidade laboral e promovendo uma efetiva cultura de segurança;
- Aquisição e distribuição de equipamentos de proteção individual a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras para sua proteção e redução do risco;
- Prospeção, organização e gestão de equipamento de proteção coletiva, em particular sinalética, equipamentos de combate a incêndios, material de socorro;
- Início à revisão das Medidas de Autoproteção das Infraestruturas, Matrizes de Perigos e Riscos e respetivas medidas de controlo;
- Realização de exercícios/simulacros, no cumprimento do respetivo plano, tendo sido testados cenários, de emergência associados a incêndio, derrame de lamas e descarga de efluentes não tratados, com o intuito de testar os procedimentos de emergência e sensibilizar e informar os trabalhadores e as trabalhadoras para a atuação correta e adequada a cada ocorrência;

Relativamente a outras partes interessadas é de salientar, também, a implementação de diversas medidas com o objetivo de melhorar o relacionamento com os prestadores de serviços, de ações de sensibilização sobre o Sistema de Gestão Integrado, com destaque para a Segurança e Ambiente, dirigidas aos prestadores de serviços, envolvimento dos prestadores de serviços em simulacros, ações de inspeção regular da ANEPC e ações de formação, entre outras.

A área do SRS assegurou, também, a sua Participação no Comité da Sustentabilidade do Grupo AdP.

Foi ainda prosseguido o acompanhamento da execução de vários contratos, destacando para o efeito, o contrato da prestação de serviços de aluguer operacional e higienização de vestuário de trabalho, o contrato de prestação de serviços de manutenção, reabilitação e assistência técnica a sistemas automáticos de deteção e extinção de incêndios, sistemas de deteção de intrusão e sistemas de videovigilância, serviços de ligação das infraestruturas da SIMARSUL à central de segurança e Vigilância Humana, o contrato de prestação serviços aquisição de serviços de auditoria de certificação ao sistema de gestão da qualidade, do ambiente, da segurança e saúde no trabalho, dos ativos e da energia; do contrato de Revisão Anual e Assistência Técnica a Extintores, Carretéis, Bocas-de-Incêndio, Hidrantes, Centrais de Bombagem e Sprinklers em Infraestruturas da SIMARSUL.

A **Assessoria Jurídica (JUR)** continuou a assegurar o apoio jurídico à administração da Empresa e às diversas direções e áreas da SIMARSUL.

Adicionalmente a Assessoria Jurídica deu apoio aos processos de contratação realizados, ao processo de integração do Município de Setúbal no Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da península de Setúbal e elaborou o respetivo Relatório de Governo Societário da SIMARSUL.

Dos resultados da atividade da Assessoria Jurídica, é possível destacar:

- A 29 de novembro de 2022, na sequência de impugnação judicial da SIMARSUL, o Tribunal Judicial da Comarca do Seixal absolveu a Empresa de duas contraordenações referentes aos seguintes processos:
 - Proc. DJUR.DCCO.0014.2017: uma contraordenação muito grave, prevista na alínea a) do n.º 3 do art.º 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, por infração do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 60.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro – “A utilização dos recursos hídricos sem o respetivo título”, punível nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de (...) 24.000 euros a 144.000 euros em caso de negligência e de 240.000 euros a 5000.000 euros em caso de dolo, se praticada por pessoas coletivas. A infraestrutura alegadamente em infração era a Estação Elevatória do Talaminho.
 - Proc. DJUR.DCCO.0005.2020: uma contraordenação muito grave, prevista na alínea c) do n.º 3 do art.º 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, “incumprimento das obrigações impostas pelo respetivo título”, punível nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de (...) 24.000 euros a 144.000 euros em caso de negligência e de 240.000 euros a 5000.000 euros em caso de dolo, se praticada por pessoas coletivas. A infraestrutura visada nos presentes autos era a Estação Elevatória da Vinha das Pedras.
- A 14 de dezembro de 2022, na sequência de defesa apresentada pela SIMARSUL, a IGAMAOT absolveu a Empresa de três contraordenações que lhe eram imputadas:
 - Incumprimento de obrigação de envio à CCDDR dos resultados de monitorização – prevista na alínea g) do n.º 2 do art.º 34.º do Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de abril, por violação do disposto no n.º 1, 2 e 3 do art.º 23.º do citado diploma legal.
 - Violação da altura mínima das chaminés – prevista na alínea m) do n.º 2 do art.º 34.º do Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de abril, por violação do disposto no n.º 1 do art.º 30.º do citado diploma legal.
 - Não cumprimento das normas relativas à construção de chaminés – prevista na alínea o) do n.º 2 do art.º 34.º do Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de abril, por violação do disposto no art.º 32.º do citado diploma legal.

Por fim, deve ser dado nota que em 8 de fevereiro a SIMARSUL foi notificada de uma ação administrativa, interposta por José António Silva Saúde, contra si e contra o Município de Sesimbra, peticionando a remoção do troço do Intercetor da Carrasqueira que está instalado no seu terreno e uma indemnização pelos danos causados. No prazo legal a Empresa apresentou a sua contestação, aguardando-se a marcação de julgamento.

A **Comunicação e Educação Ambiental (CEA)** assegurou a articulação com as direções e áreas da Empresa, no decorrer das atividades transversais de comunicação e educação ambiental, apesar de ainda condicionadas no início de 2022 pela pandemia. Merecem especial destaque as atividades desenvolvidas em estreita colaboração com o SRS e a AdP - Águas de Portugal, no âmbito da comunicação interna e externa, nas diferentes fases da pandemia, assim como para o regresso à “normalidade”.

Considerando os constrangimentos ainda vivenciados durante o período de contingência, não foi possível assegurar o habitual calendário escolar de visitas às infraestruturas, nem a totalidade da programação de ações de educação ambiental, assim como a habitual participação e colaboração institucional da Empresa em projetos e parcerias com diversas partes interessadas, por se encontrarem também estas, na sua maioria, ainda suspensas ou em fase de reorganização pelas entidades.

Contudo, foi possível prosseguir, com as devidas adaptações, à organização, lançamento e continuação de campanhas, à coordenação de iniciativas e ações, à produção de conteúdos para os canais de comunicação internos e externos, prosseguindo a divulgação

institucional dos objetivos, áreas de atividade, investimentos, empreitadas e missão da Empresa, bem como a prossecução de políticas e ações de sensibilização, educação ambiental e estratégia de sustentabilidade, tendo em vista a promoção do prepósito, visão e valores da SIMARSUL junto dos seus públicos externo e interno, em linha com a identidade corporativa do Grupo AdP e em proximidade com os municípios e stakeholders da Empresa.

Neste âmbito evidenciam-se, entre outros, o desenvolvimento local nos municípios da região, da exposição itinerante da campanha de sensibilização sobre a colocação indevida de resíduos nas redes de saneamento “Lixo no esgoto não”, o balanço da atividade e dos investimentos da SIMARSUL junto da comunicação social regional, a disponibilização de sessões interativas pedagógicas com recursos digitais para a comunidade escolar, a prossecução de ações no âmbito da comunicação de empreitadas, assim como a organização da participação e associação da SIMARSUL em eventos regionais e temáticas, de que se destacam o Festival da Liberdade e o evento da Travessia a nado da Baía de Sesimbra, em parceria com este Município e que em 2022 integrou a final nacional do campeonato de águas abertas.

De salientar, também, o lançamento e a produção de suportes de comunicação da nova campanha interna e pública dos 5 anos - “Ontem e Hoje a Tratar o Futuro” – celebrativa do aniversário do reinício da atividade com gestão autónoma da SIMARSUL, e que incluiu um evento comemorativo e ofertas personalizadas aos trabalhadores/as, bem como ações de ativação de marca de proximidade à população em eventos regionais, nomeadamente no Festival da Liberdade e na Travessia da Baía em Sesimbra.

De referir, ainda, o planeamento e a produção de materiais de comunicação interna e externa para o processo da integração dos trabalhadores/as e das infraestruturas de Setúbal, nomeadamente a sua divulgação, uma mailing news dedicada, a decoração de viaturas e de placas, ações e ofertas de boas-vindas aos novos trabalhadores/as, entre outras atividades associadas.

Mais se destaca a participação continuada do CEA, desde o segundo semestre de 2021, no Comité Especializado de Comunicação e Educação Ambiental do Grupo AdP que integra /as os/as responsáveis de Comunicação das Empresas do Grupo, assim como a participação nos Grupos de trabalhos temáticos para o desenvolvimento do Plano de Atividades de comunicação corporativa no âmbito do Plano Global de Comunicação Corporativo e do “Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP 2020-2022”.

Complementarmente, destaca-se em 2022, a par da gestão corrente das suas funções, e da gestão das reclamações, e de respostas a outras solicitações diversas, o relato das atividades realizadas pela CEA e que constam dos capítulos da Sustentabilidade e da Educação Ambiental do presente Relatório.

A função de Suporte de **Gestão de Ativos, Avaliação de Desempenho e Controlo de Riscos** deu continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nos anos anteriores no sentido da consolidação das bases e na implementação do Sistema de Gestão de Ativos Operacionais.

Até ao final do primeiro trimestre foram feitas ações de sensibilização e divulgação junto dos trabalhadores/as da SIMARSUL, incidindo essencialmente na “Estrutura de Localização de Ativos”, base fundamental para integração de dados do Parque Operacional da SIMARSUL, e dos “Indicadores do Sistema de Gestão de Ativos” como ferramenta que se pretende transversal, coerente e fiável, de priorização e suporte à tomada de decisão.

No decorrer do final do primeiro trimestre, por substituição da pessoa que tem por responsabilidade a Função de Suporte de Gestão de Ativos, Avaliação de Desempenho e Controlo de Riscos (GAT), decorreu a passagem da respetiva pasta.

Durante o segundo trimestre deu-se continuidade à participação ativa da SIMARSUL em projetos estratégicos do Grupo AdP, destacando-se a participação em Grupos de trabalho na área da Gestão de Ativos, nomeadamente no Comité de Gestão de Ativos, cuja missão atribuída é assegurar uma revisão integral dos normativos e orientações vigentes, e nos seus subGrupos Sistematização e Harmonização da Metodologia para a Análise de Risco Infraestrutural, Processos de Planos Estratégicos de Gestão de Ativos, Proposta de Revisão de Metodologia de Avaliação Funcional para Relatório Técnico Quinquenal, e cujo trabalho o qual tem vindo a ser desenvolvido em contínuo ao longo do ano.

De destacar, também, a participação colaborativa com a área de Planeamento e Controlo de Gestão (PCG) no âmbito do processo orçamental relativo ao exercício de 2023, dando os inputs do Plano de Atividades para o triénio 2023/2025 baseado nos processos GAT, para preenchimento do Plano Anual de Orçamento.

No sentido de se dar resposta à solicitação por parte da ERSAR dos Indicadores de Serviço 2021, foi feito o cálculo do Índice de Gestão Patrimonial de Infraestruturas para remessa ao PCG e posterior compilação e envio.

Realizou-se, também, a análise dos Indicadores de Infraestruturas do Sistema de Gestão de Ativos referentes ao triénio 2019/ 2021, baseados num conjunto de indicadores que abrangem as vertentes de desempenho, risco e custo, diferenciados por família de infraestruturas, e que visam a avaliação individual da infraestrutura face aos objetivos estratégicos definidos pela Administração. Desta monitorização resultou uma priorização, por família de infraestruturas, a qual vai de encontro à realidade percecionada, corroborando que a metodologia e os indicadores em implementação são representativos.

Como parte integrante da equipa para Integração das Infraestruturas de Setúbal, a GAT contribuiu com a Avaliação Funcional a 4 ETAR e 22 Estações Elevatórias, nomeadamente com elaboração de relatórios a integrar no Sistema de Gestão de Ativos, no levantamento e compilação de informação cadastral das Infraestruturas Lineares e na elaboração da lista final de Infraestruturas a Integrar e de comparação com o previsto no Contrato de Concessão. Este trabalho foi iniciado no final do segundo trimestre e decorreu durante todo o terceiro trimestre, tendo ficado concluído com a Lista Final de Infraestruturas no final do ano.

De salientar, também, a elaboração de pareceres sobre ocorrências em infraestruturas/processos reportadas pelas diferentes áreas e direções, baseados em procedimentos de Inspeção e Avaliação de Condição extraordinários e/ou associados à monitorização dos Indicadores de Infraestruturas do Sistema de Gestão de Ativos.

No último trimestre do ano, conjuntamente com a área de Estudos e Projetos, deu-se início à integração da área de Planeamento e Gestão de Cadastro na Função de Suporte de Gestão de Ativos, Avaliação de Desempenho e Controlo de Riscos, pretendendo-se dar continuidade à atualização e disponibilização dos dados no Sistema de Informação Geográfico, assim como a sua disponibilização transversal à Empresa, na forma de biblioteca de informação, abrangendo documentação técnica tão diversa como Telas Finais, Compilação Técnica, Relatórios de Avaliação de Condição e/ou Aptidão Funcional, Manuais de Exploração e Manutenção de Infraestruturas, entre outras.

No final do ano de 2022 iniciou-se uma parceria com consultor externo para ser iniciado o processo de certificação ISO 55001 – Sistema de Gestão de Ativos, e que permitirá sistematizar, de forma integrada, o know-how, as boas práticas e os procedimentos existentes na Empresa. Complementarmente, foi possível realizar o diagnóstico de situação atual do Sistema de Gestão de Ativos implementado na SIMARSUL, face aos requisitos da norma e do qual resultou um programa de trabalhos a desenvolver.

A função de **Recursos Humanos (RH)** centrou-se no planeamento associado ao correto processamento de vencimentos e no cumprimento das regras constantes do Acordo Coletivo Trabalho (ACT) que entrou em vigor no dia um de janeiro de 2019.

A medicina do trabalho foi efetuada no estrito cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à Empresa.

Complementarmente, os Recursos Humanos asseguraram o cumprimento das obrigações legais decorrentes do pagamento dos salários dos órgãos estatutários e dos trabalhadores/as da Empresa, designadamente os relativos à Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, ADSE, IRS, quotizações sindicais, fundo de compensação do trabalho e penhoras sobre os vencimentos. Foram aplicadas, também, medidas remuneratórias enquadradas na COVID-19, em articulação com as recomendações da AdP – Águas de Portugal até fevereiro de 2022.

Ademais, prosseguiu o cumprimento pontual e integral dos deveres de informação da Empresa para com a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público e com o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

Desta atividade, importa destacar:

- A realização do processo de avaliação de desempenho, correspondente ao trabalho realizado no ano anterior, com a consequente progressão salarial dos trabalhadores/as abrangidos/as nos termos e critérios definidos no ACT;
- De acordo com a saída para a AdP de um técnico superior da Função de Gestão de Ativos, Avaliação de Desempenho, e Controlo de Riscos, foi necessário preencher o seu lugar tendo sido realizado um recrutamento interno de um técnico superior, da EPAL;
- Foi concretizado em abril de 2022 o recrutamento do técnico superior, para Área da Sustentabilidade e Responsabilidade Social;
- Com o regresso da técnica superior, Responsável do Laboratório, que estava cedida à AdP Internacional, cessou o contrato a termo incerto da técnica superior;

- A medicina do trabalho assegurou a vacinação anti gripe, permitindo vacinar 32 trabalhadores/as, no dia 9 de novembro de 2022;
- Face à saída para a AdP de um técnico superior da Direção de Infraestruturas da Área de Estudos e Projetos, ocorreu uma mobilidade interna de uma técnica superior, da Direção de Operação para Direção de Infraestruturas da Área de Estudos e Projetos. Tendo sido esta substituída por uma nova contratação de uma técnica superior;
- Realizou-se a contratação de uma técnica superior, como Responsável de Área do Planeamento e Controlo de Gestão, para substituir o técnico superior nessa função que saiu do Grupo por iniciativa própria;
- Com a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2022-2024 da SIMARSUL e a integração do Município de Setúbal no Sistema Multimunicipal, foram contratados 5 técnicos operativos;
- Foi realizada uma contratação de 1 técnico operativo para substituição de trabalhador por ausência prolongada;
- Com a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2022-2024 da SIMARSUL, e face ao acréscimo de atividade procedeu-se à regularização de dois vínculos de prestações de serviços na Função de Recursos Humanos e na Direção Administrativa e Financeira, através de dois contratos de trabalho;
- O Recrutamento, em 2022, de dois técnicos para Área da Manutenção Interna, na Direção de Infraestruturas, ficou deserto;
- No âmbito da Integração das infraestruturas do Município de Setúbal, a 18 de dezembro de 2022 na SIMARSUL, surgiu a necessidade da integração de 7 trabalhadores/as da AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A., que desempenhavam funções ao abrigo de um contrato de prestação de serviços entre essa Empresa e às Águas do Sado, para a SIMARSUL, e também da integração de 5 trabalhadores/as da Águas do Sado para a SIMARSUL;
- Decorrente da cláusula 21.ª do Acordo Coletivo de Trabalho, relativo ao desempenho de funções diferentes das inerentes às categorias profissionais dos/as trabalhadores/as, a SIMARSUL agiu em conformidade com o disposto na citada cláusula, à semelhança das demais Empresas do Grupo AdP e foi efetuada uma análise das funções inerentes às categorias profissionais, a todos/as os/as trabalhadores/as enquadrados/as nesta cláusula, tendo sido a mesma realizada através de uma grelha de análise para reclassificações pela respetiva Chefia. Decorrente desta análise resultaram 44 reclassificações;
- No processamento salarial de dezembro de 2022 foi realizada a atualização salarial, a todo o capital humano de acordo com tabela salarial em vigor do Grupo AdP;
- Foram promovidas ações de formação, de Primeiros Socorros, Combate a Incêndios, Espaços Confinados e Trabalhos em Altura no âmbito da Segurança no trabalho.

A **área dos Sistemas e Tecnologia de Informação (STI)** viu a sua atividade ainda afetada pela ausência parcial do seu técnico em 2022, pelo que se revelou indispensável continuar a assegurar uma prestação de serviços para assegurar as atividades do STI.

Assim, e durante o ano de 2022, o STI realizou as normais tarefas relativas ao Helpdesk de equipamentos e comunicações da SIMARSUL em todas as suas localizações operacionais.

Sendo um tema absolutamente crítico para a Empresa, o STI concentrou também os esforços na área da Cyber Segurança, nomeadamente através do estabelecimento de mecanismos de monitorização de rede, bem como dos seus servidores em estreita articulação com os STI do Grupo AdP.

Foi também reforçado o investimento na componente da Cyber Segurança e da proteção de dados, nomeadamente no que respeita ao controlo e bloqueio de ameaças externas.

Complementarmente, o STI acompanhou a continuação da renovação do parque informático e de telecomunicações da SIMARSUL.

IMPACTO DA CRISE GEOPOLÍTICA

Conforme referido no capítulo “Contexto macroeconómico”, a conjuntura económica verificada durante o ano de 2022 contrastou fortemente com as projeções existentes no início do ano. As expectativas de redução das restrições relacionadas com a pandemia e

os esperados impactos positivos (sobretudo nos setores ligados à prestação de serviços), aliadas à resolução dos constrangimentos sobre oferta, aos elevados níveis de poupança e mercados de trabalho em recuperação, permitiam assumir em janeiro perspectivas muito positivas para o crescimento global. Apesar da aceleração da inflação e da necessidade de normalização da política monetária, a conjuntura global pós-pandemia era favorável a um ritmo de crescimento robusto.

No entanto, logo no início do ano surgiram dois fatores relevantes que contribuíram para a contenção das perspectivas favoráveis. Em primeiro lugar, a disseminação da variante Ómicron teve um impacto particularmente negativo na China, onde o governo decretou bloqueios e interrupções em diversas cidades, contribuindo assim para uma significativa redução da atividade económica e, inclusivamente, uma contração do consumo.

O segundo fator, e aquele que tem vindo a assumir preponderância, correspondeu ao conflito armado na Ucrânia que eclodiu no final do mês de fevereiro. Para além das implicações adversas provenientes de qualquer evento deste género, nomeadamente humanas, as repercussões através dos mercados de matérias-primas, comércio, e canais financeiros foram elevadas. A ofensiva na Ucrânia tem contribuído para uma fragmentação económica, com um número significativo de países e de Empresas, sobretudo multinacionais, a cortar laços comerciais com a Rússia, sobre a qual foram aplicadas sanções de natureza económica e financeira.

Em função do peso que a Rússia e a Ucrânia têm no fornecimento de certas matérias-primas, tais como o gás natural e o petróleo no primeiro caso, e cereais e fertilizantes agrícolas, no segundo caso, o aumento dos preços da energia e dos alimentos contribuiu para sucessivos agravamentos do crescimento dos preços, quer na produção, quer no consumo. Com o agravamento da escassez de mão-de-obra e de bens intermédios, outras rubricas começaram a evidenciar contributos crescentes para a aceleração dos preços, agravando ainda mais as elevadas pressões inflacionistas que transitaram do ano anterior. O crescimento dos preços no consumidor teve um impacto direto no rendimento disponível das famílias, enquanto a incerteza provocada pela guerra provocou um efeito adverso sobre as decisões de investimento das Empresas.

Em resultado das análises promovidas pela SIMARSUL, verificaram-se alguns impactos, no exercício de 2022, nas Demonstrações Financeiras no que respeita o contexto geopolítico motivado pelos efeitos ainda existentes decorrentes da Pandemia Covid-19 e pelo conflito armado da Guerra na Ucrânia. As principais rubricas afetadas dizem respeito a Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas e aos Fornecimentos e Serviços externos (nomeadamente a nível dos encargos com deslocações associados à frota automóvel por aumento dos gastos com combustíveis e tratamento de resíduos).

Por fim, dá-se nota de que a Empresa tem prosseguido com a preparação da resposta organizacional para minimizar o impacto destas matérias na sua atividade

SUSTENTABILIDADE

ENQUADRAMENTO

A água é um recurso essencial à existência da vida no nosso planeta e ao desenvolvimento sustentável, com importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e assumindo um papel cada vez mais destacado no quadro da urgência da ação climática.

A SIMARSUL e as Empresas do Grupo AdP têm a Sustentabilidade no seu ADN e prosseguem uma missão de serviço público, com uma visão de longo prazo, assente num modelo organizacional robusto e numa cultura ética forte, sustentando a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

A profunda transformação que ocorreu em Portugal nas últimas décadas no setor do abastecimento de água e do saneamento veio elevar o padrão de qualidade e a cobertura destes serviços, estabelecendo e promovendo condições de saúde pública, de desenvolvimento económico e coesão regional e de preservação do ambiente.

Através das Empresas de base regional, como a SIMARSUL, do Grupo AdP, e integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos stakeholders, também elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS.

Na gestão da água o trabalho nunca está terminado e sobressai, em especial neste setor de serviços públicos essenciais, a enorme responsabilidade de antecipar cenários, avaliar riscos, desenvolver soluções e agir consequentemente.

Assim, cientes da responsabilidade que nos é dada pela nossa missão e por sermos parte do Grupo Empresarial com maior impacto na vida dos portugueses, reforçamos a nossa capacidade de resposta aos desafios acrescidos associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente.

Assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade em ambos os planos da ação climática: no que respeita à adaptação, dando ênfase à resiliência dos sistemas, ao estabelecimento de um modelo de economia circular que promova a eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e ainda à sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente.

Quanto à mitigação, temos por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030, através do programa ZERO, que envolve a SIMARSUL e todas as Empresas e atividades do Grupo e integra a redução dos consumos energéticos e o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável.

A estratégia de sustentabilidade até 2025 do Grupo e das suas Empresas, nomeadamente da SIMARSUL, está apresentada no relatório de sustentabilidade consolidado do Grupo Águas de Portugal.

ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

De forma a enfrentar os grandes desafios sociais associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente, decorreu uma evolução do paradigma, rumo assumido no Quadro Estratégico de Compromisso onde a SIMARSUL e as Empresas do Grupo AdP sistematizaram a visão coletiva para 2030, e de que decorreu a necessidade de revisão dos compromissos, metas e da estratégia de sustentabilidade com base nos desafios definidos no Quadro Estratégico de Compromisso. A SIMARSUL, enquanto Empresa pertencente ao universo AdP, desenvolve uma gestão sustentável dos recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado a melhores tarifas para a comunidade, e antecipando os novos desafios, em especial os decorrentes das alterações climáticas.

INICIATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Na quadra Natalícia, para além de serem ofertados cabazes de Natal solidários, foi realizada a Festa Virtual de Natal para os trabalhadores/as e as suas famílias e foi promovido o concurso “Desenha o Natal” no âmbito do projeto “Nós AdP no Natal”. Foi também renovada a participação no projeto social do Grupo AdP “Plataforma para envio dos Cartões Eletrónicos de Natal 2022” que permite atribuir, anualmente, Bolsas de Estudos para os filhos/as dos trabalhadores/as das Empresas do Grupo AdP.

Manteve-se a disponibilização de oferta do “Cabaz de Nascimento” com produtos de puericultura destinado aos filhos/as dos trabalhadores/as nascidos/as anualmente, tendo em vista promover o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Foi disponibilizado o programa de ocupação de tempos livres infantil e juvenil, entre os 6 e os 17 anos de idade, com a possibilidade dos trabalhadores/as interessados/as inscreverem os seus filhos/as.

Reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais, bem como na vida familiar, a SIMARSUL pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade. Neste sentido foi realizado o Plano para a Igualdade de Género 2022 e a planificação para 2023, que se encontram disponibilizados no sítio de Internet da SIMARSUL.

Foram realizadas reuniões em modo remoto e presenciais com os trabalhadores/as e chefias para informar e envolver todos os interessados nos assuntos de gestão corrente e recursos humanos da Empresa.

A SIMARSUL deu continuidade a ações de sensibilização para as medidas de prevenção de contágio da COVID-19, através de vários suportes das campanhas nacionais e corporativas.

A Empresa prosseguiu com a estratégia de acompanhamento e orientação de estágios profissionais e curriculares, em estreita colaboração com as instituições de ensino, pese embora os mesmos tenham sido ainda afetados em número pelo contexto pandémico. Reforçando a sua estratégia de aproximação contínua à comunidade e de reforço do seu papel ativo no envolvimento da população para as questões ambientais e sociais, e tendo em vista a inclusão social, a Empresa e os seus trabalhadores/as participaram e promoveram o programa de ajuda corporativo do Grupo AdP - “Águas pela Paz” - destinado à doação de bens e à criação de um programa de apoio à inclusão dos refugiados da Ucrânia, em estreita articulação com o parceiro Baía Tejo nas instalações do Business Center do Seixal.

No domínio da proteção ambiental e das compras ecológicas e tendo por objetivo sensibilizar e contribuir para a erradicação de plásticos de utilização única na Empresa, a par de outras medidas implementadas e legalmente previstas, mantiveram-se os procedimentos e os requisitos internos associados a novas aquisições de bens e serviços sempre que necessário e aplicável.

Em 2022 a Quercus e a SMARSUL alargaram a sua parceria à campanha “Praias Qualidade de Ouro” para promover o galardão a nível regional e aumentar o seu reconhecimento naquele que é um importante destino balnear português. Nomeadamente, as bandeiras “Qualidade de Ouro 2022” hasteadas nas praias dos municípios da península de Setúbal, da área de intervenção da SIMARSUL (Praias da Califórnia, do Ouro, das Bicas, da Lagoa de Albufeira-mar e do Moinho de baixo-Meco) foram personalizadas com o logótipo da SIMARSUL, uma vez que a atividade da nossa Empresa é fundamental para garantir que as águas tratadas e devolvidas ao meio natural cumprem requisitos satisfatórios em termos ambientais, de forma a não comprometer a qualidade das águas balneares e o equilíbrio ecológico do meio marinho.

No âmbito da responsabilidade Empresarial, a Empresa reforçou o compromisso da sua governação com os mais elevados padrões éticos, de transparência e excelência nas práticas de gestão pública, de igualdade de género e de integridade do serviço essencial que presta à população ao prosseguir o Compromisso de Integridade do Grupo AdP e o Global Compact das Nações Unidas para reforçar a responsabilidade Empresarial ao nível dos Direitos Humanos, do Trabalho, da Proteção do Ambiente e de Mecanismos Anticorrupção.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental representa um importante pilar com a comunidade e com o ambiente na estratégia de sustentabilidade, para promover uma aproximação crescente à comunidade e prosseguir políticas ambientais que visem a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento, o envolvimento ativo da população para as questões sociais, a partilha do conhecimento, a valorização das massas de água, a minimização da produção de resíduos e a valorização dos subprodutos, assim como a promoção da conservação da biodiversidade, do ambiente e da saúde pública.

A preservação do ambiente, assente num modelo de desenvolvimento sustentável, é um dos propósitos da educação para a sustentabilidade e representa um desafio relacional com as partes interessadas, para a promoção de valores e a mudança de comportamentos no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As atividades de educação ambiental contribuem, desta forma, para divulgar os resultados da missão, a qualidade e a fiabilidade operacional, para potenciar o futuro circular e o bem-estar sustentável, assim como promover ações de proximidade e de envolvimento com a comunidade com enfoque nas temáticas das boas práticas ambientais, da água para reutilização, do combate às alterações climáticas, da descarbonização e energia verde, da ecoeficiência e da colocação indevida de resíduos nas redes de saneamento.

Decorrente de alguns constrangimentos da situação pandémica e das medidas de contingência ainda vivenciadas no início de 2022, verificou-se o adiamento de algumas atividades e iniciativas programadas no ano em análise com as partes interessadas no âmbito da educação ambiental, nomeadamente:

- O desenvolvimento de parcerias com os municípios da área de influência da SIMARSUL e com outros *stakeholders*, destacando-se as ações conjuntas de comemoração dos principais dias temáticos sob o lema “Na ETAR, como na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma” e o “Valor da Água”, a realização de atividades lúdico-pedagógicas e ações de sensibilização ambiental das quais se destacam, entre outras, as ações em praias e férias jovens no âmbito da campanha “Amar o Mar”, sessões realizadas na comunidade escolar e ações em eventos públicos;
- As visitas às Estações de Tratamento de Águas Residuais realizadas por públicos diversos, no âmbito escolar, técnico, institucional, social, assim como decorrente do Programa Nacional “Ciência Viva no Verão em Rede”. Estas ações têm como principal objetivo a sensibilização para o uso eficiente da água, a divulgação do papel da Empresa na gestão do ciclo urbano da água e na circularidade dos seus recursos, a sua importância para a preservação dos recursos hídricos, dos ecossistemas, da biodiversidade e do meio ambiente da região;
- As sessões da campanha de “Bioblitz” para a Península de Setúbal, em parceria com a Biodiversity4all (uma associação portuguesa, membro fundadora da European Citizen Science). As atividades da campanha são compostas por ações lúdicas tendo em vista desafiar pessoas de todas as idades a tornarem-se cidadãos-cientistas e a sensibilizar para a proteção da biodiversidade e o conhecimento das espécies que as rodeiam, em cada município da área de intervenção da SIMARSUL, através da inventariação da fauna e flora com a presença de cientistas e o tratamento dos registos de observações de espécies, na maior plataforma online pública em Portugal para o efeito;

- As sessões escolares de eficiência hídrica realizadas pela SIMARSUL em parceria com o Grupo AdP e enquadradas nas campanhas nacionais de poupança e sensibilização para o valor da água.

Contudo, foi possível continuar a assegurar e a adaptar um conjunto de iniciativas como segue.

- A realização de algumas visitas às Estações de Tratamento de Águas Residuais realizadas presencialmente por públicos diversos, no âmbito escolar, técnico, institucional e social, em períodos de menor perigosidade da situação pandémica e de contingência;
- Em estreita proximidade com a sua comunidade envolvente, a SIMARSUL procurou continuar a dar resposta às novas necessidades do público escolar durante a pandemia, assegurando, em segurança, a continuidade das ações de educação ambiental para o valor da água, a importância das ETAR e do serviço público essencial de saneamento para a preservação do ambiente, da biodiversidade e da saúde pública na península de Setúbal por via de disponibilização de recursos digitais, tais como e entre outros com a plataforma Aquaquiz em forma de jogo online sobre o valor da água, e mantendo também a sua participação e colaboração com diversos Conselhos de Ecoescolas que integra em escolas da região;
- No âmbito das celebrações do Dia Nacional da Água e das parcerias regionais com os municípios onde a SIMARSUL exerce a sua atividade, foi renovada a parceria com o município de Sesimbra através da participação direta de representantes da SIMARSUL na prova da Travessia a nado da Baía de Sesimbra. A parceria visa promover hábitos saudáveis e sensibilizar a comunidade para o valor da água e o contributo do trabalho realizado ao longo de mais de uma década, no âmbito do tratamento de águas residuais na Península de Setúbal, para a preservação dos ecossistemas e da melhoria da qualidade da água balnear da região. Através da divulgação de suportes de comunicação e materiais da SIMARSUL associados à prova, foi sensibilizada a comunidade para a importância da preservação e valorização do recurso água, mas em especial para o papel que cada um tem para que seja assegurada a qualidade deste serviço público essencial de saneamento, apelando para que não sejam deitados resíduos nas redes de saneamento;
- A prossecução no ano letivo 2021/2022 da ação “SIMARSUL online” nas escolas em parceria com a comunidade educativa, para a disponibilização de sessões de sensibilização ambiental e visitas virtuais à ETAR, em direto por videoconferência nas salas de aula, recorrendo a diversos conteúdos pedagógicos de educação ambiental digitais da SIMARSUL e da AdP - Águas de Portugal;
- O prosseguimento, em estreita articulação com os municípios, da campanha regional “Superamigo - Lixo no Esgoto, Não!” no âmbito da educação cívica com o objetivo de sensibilizar a comunidade da península de Setúbal sobre a colocação indevida de resíduos nas redes de saneamento e o seu impacto no processo e nas infraestruturas que encaminham e tratam as águas residuais. Trata-se de uma campanha de proximidade à comunidade e parceiros para consciencializar e envolver os intervenientes para a mudança de comportamentos. A divulgação da campanha prosseguiu em 2022 nos Mídias sociais, na imprensa regional e em encartes à população com uma mensagem veiculada através de uma história de monstros, heróis e superamigos, e na qual participaram trabalhadores e os seus familiares nos suportes de informação produzidos, entre os quais o vídeo da campanha;
- Complementarmente, a exposição itinerante “Vamos acabar com os monstros dos esgotos” da referida campanha prosseguiu, com os parceiros municipais, a sua participação na região tendo marcado presença em diversos locais nos municípios do Montijo, Seixal e Alcochete. Da exposição constam imagens, fotografias e amostras dos monstros reais – resíduos indevidamente lançados nas redes de saneamento - e dos seus impactos nocivos, que apelam à alteração de comportamentos de forma lúdica, mas séria;
- Asseguradas as divulgações diversas nas redes sociais e nos canais digitais de conteúdos de sensibilização ambiental e cívica sobre a importância de comportamentos corretos para a proteção do ambiente e da saúde pública e sobre a Missão e os investimentos da SIMARSUL;
- A implementação da nova campanha corporativa nacional de sensibilização para a poupança da água “Vamos fechar a torneira à seca”, por via da imprensa e da comunicação social online regional, dos mídias sociais, de suportes digitais e de emailing news às partes interessadas;
- Lançamento da nova campanha pública e interna dos 5 anos - “Ontem e Hoje a Tratar o Futuro” – celebrativa do aniversário do reinício da atividade com gestão autónoma da SIMARSUL, com suportes de comunicação para social media, digital, imprensa regional, suportes internos e ações de ativação de marca de proximidade à população, nomeadamente em eventos regionais no Festival da Liberdade e na Travessia da Baía em Sesimbra;
- Participação do “Espaço crianças SIMARSUL” com materiais lúdico-pedagógicos, tais como a Torre do valor da água na Feira do ambiente e da saúde em Alcochete e a participação com jogos ambientais no evento “Ecotejo – Rio Limpo + vida” na Moita;

- Celebração de dias ambientais temáticos com a comunidade, tais como a celebração do Dia Mundial das Zonas Húmidas, com a realização de um bioblitz SIMARSUL adaptado na Moita para a população escolar, na zona das salinas e a Praia do Rosário, para dar a conhecer as aves do estuário e as plantas do sapal, assim como a importância da atividade do saneamento para a preservação dos ecossistemas e massas de água da região;
- Participação no projeto nacional sem fins lucrativos do programa televisivo "Movimento S", em associação com as Empresas do Grupo AdP no âmbito da sua estratégia de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, para combater a obesidade infantil e promover hábitos saudáveis e estimular comportamentos conscientes individuais e coletivos, reforçando a importância do valor da água. Na Península de Setúbal as filmagens deram a conhecer o trabalho desenvolvido pela SIMARSUL na proteção da biodiversidade e do valor da água na região, com enfoque na reutilização da água residual para a eficiência hídrica, através da visita aos observatórios de aves da Lagoa Pequena, de um batismo de mergulho em Sesimbra no Parque Marinho Prof. Luiz Saldanha e de uma visita guiada ao estuário do Tejo para sensibilizar para a importância da proteção dos ecossistemas e evitar os efeitos das alterações climáticas.

APOIOS DE NATUREZA CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E SOCIOCULTURAL

Devido ao período pandémico, muitas das atividades e iniciativas que estavam programadas para o ano de 2021 continuaram a ser adiadas e reprogramadas temporalmente, nomeadamente a colaboração e o apoio a atividades e eventos de natureza ambiental, científica, tecnológica e sócio cultural, onde a Empresa assegura a respetiva divulgação da sua atividade, missão e dos benefícios associados para o meio ambiente da região, assim como uma mensagem de educação cívica para a sustentabilidade, destacando-se, entre outras, as seguintes atividades que foram adiadas.

- Os Jogos do Futuro da Região de Setúbal, que constituem uma iniciativa multimunicipal na área do desporto escolar;
- O Festival Outfest na sua componente educativa "Cidade SOM" da Associação Cultural OUTRA, em parceria com o Município do Barreiro, associada à sensibilização ambiental e social através da documentação e retrato sonoro (cuja realização já contou desde 2017 com a participação da ETAR do Barreiro/Moita), em escolas secundárias do Barreiro;
- A "Mini travessia SIMARSUL" da Baía de Sesimbra em parceria com o município e inseridas nas celebrações da Empresa do Dia Nacional da Água para promover hábitos saudáveis e sensibilizar a comunidade para o contributo da SIMARSUL no âmbito do tratamento de águas residuais na Península de Setúbal, na preservação dos ecossistemas e na melhoria da qualidade da água balnear da região, através da divulgação de materiais e atividades de educação ambiental que apelam para o uso eficiente do recurso água e para o papel da SIMARSUL na sua preservação e reutilização.

Em 2022 foi possível retomar a presença e a participação da SIMARSUL no Festival de Música da Liberdade, destinado e realizado por jovens da região com o apoio da AMRS – Associação dos Municípios da Região de Setúbal e dos municípios, e que constitui uma iniciativa multimunicipal na área artística e cultural com a participação e envolvimento dos jovens e associações juvenis na sua organização.

DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A SIMARSUL cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre assente no princípio da transparência e assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

RISCO E CONTROLO INTERNO

A SIMARSUL e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a SIMARSUL se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas Empresas, em 2022 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na Empresa, conforme é visível abaixo.



- **AMBIENTE DE CONTROLO**

Deve refletir a importância CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCl. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCl.

- **AVALIAÇÃO DOS RISCOS**

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

- **ATIVIDADES DE CONTROLO**

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo. Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controle. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controle alternativas.

• INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controle da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a Empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

• MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas. As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2022 foi dado o início à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, com o mapeamento, pelas Empresas piloto, dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

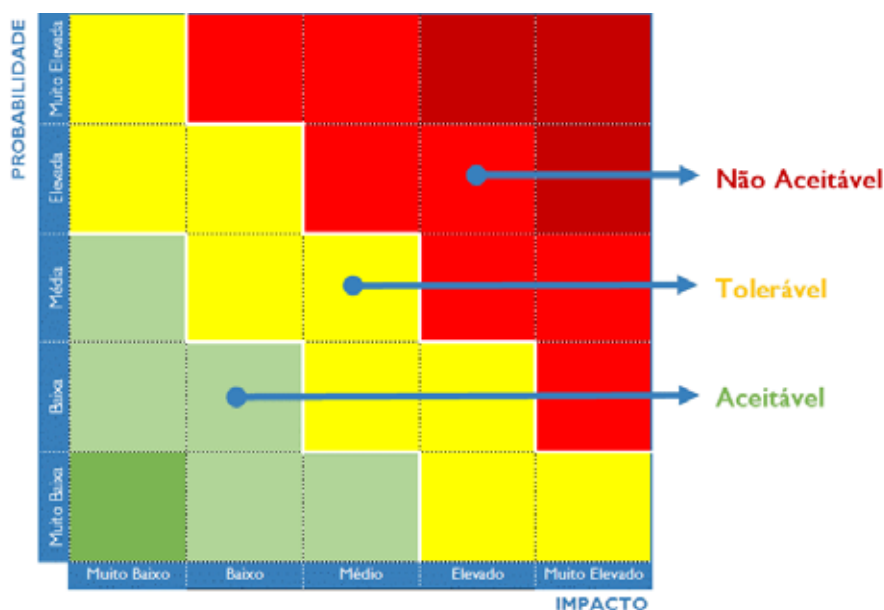
No final de 2022 foi ainda realizada a reunião de arranque da Fase 2 na SIMARSUL que incluiu a definição do cronograma para a realização do mapeamento dos processos, com base na informação elaborada pelas Empresas piloto e cuja conclusão se prevê que ocorra até final de 2023.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na Empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na Empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação. A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de **Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS** tem por missão, acompanhar a Empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a Empresa está sujeita.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das Empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos relacionados com as classes Governação, Estratégia e Planeamento, Conformidade e Reporte são tratados e monitorizados pela SIMARSUL, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe Operacional e Infraestrutura, além de ser assegurada pela SIMARSUL e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidade para a Empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas Empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi iniciado no decurso de 2022, o projeto de revisão do referido modelo, o qual compreende as seguintes atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP;
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP;
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial;
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno.

Este projeto, por forma a assegurar a sua credibilidade e aderência à realidade do Grupo AdP, encontra-se a ser efetuada com os contributos de 8 Empresas pilotos do universo AdP, e com a colaboração de uma equipa de consultora externa, tendo prevista a sua conclusão no decurso de 2023.

Atendendo à referida revisão do modelo de gestão do risco, no decurso de 2022 não foi realizada a avaliação do risco na Empresa.

No final de 2022 foi realizado, conforme previsto no modelo de gestão de risco, o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela Empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021. Esta análise permitiu verificar que a Empresa acompanhou a implementação das ações corretivas, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

- Como complemento, apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a SIMARSUL se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2021;

- [R124] – Gestão do conhecimento - Risco de perda de conhecimento por parte da organização, decorrente da inexistência ou inadequação dos procedimentos de retenção e partilha de conhecimento dentro da organização;
- [R232] – Rutura de infraestruturas de informação crítica - Deterioração, sobrecarga ou fecho/encerramento de infraestruturas físicas e digitais críticas ou serviços como resultado de uma dependência sistêmica de redes cibernéticas e/ou tecnologia: sistemas IA intensivos, internet, dispositivos portáteis, serviços públicos, satélites, etc;
- [R236] – Segurança da informação - Risco de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação, decorrente de uma inexistente ou inadequada definição de políticas de segurança da informação;
- [R333] – Gestão de talentos - Risco de dificuldade na captação e retenção do capital humano necessário ao bom funcionamento e desenvolvimento da organização, decorrente de:
 - um processo de recrutamento não direcionado para as necessidades da organização;
 - uma ineficiente e inatempada avaliação de desempenho;
 - uma política de formação desalinhada com o incremento de competências;
 - uma ineficiente política de gestão de carreiras.
- [R414] – Regulação - Risco de não atingimento dos objetivos estratégicos ou operacionais da organização, decorrente das decisões tomadas por parte da Entidade Reguladora.

A classificação global do Risco Residual da SIMARSUL situa-se num nível Médio, considerado tolerável face ao nível de aceitação do risco definido para o Grupo AdP.

RISCO FINANCEIRO

FATORES DE RISCO

As atividades da SIMARSUL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração.

A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

RISCO DE MERCADO

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da SIMARSUL advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a SIMARSUL ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Sociedade ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da SIMARSUL.

		31.12.2022	31.12.2021
Juros Suportados	Real	2 139 876	2 661 128
Juros Suportados	Tx Média + 1%	2 807 201	3 376 563
Juros Suportados	Tx Média - 1%	1 472 551	1 945 693

A SIMARSUL apenas detém empréstimos BEI a Taxa Fixa.

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A exposição ao risco de câmbio da SIMARSUL é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da SIMARSUL. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável.

O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual.

Destaca-se que a SIMARSUL não apresenta quaisquer exposições em moeda estrangeira.

Em 2022 e 2021 não foram contratados swaps cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da SIMARSUL em energia e combustíveis, representam aproximadamente 17% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP Serviços negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis.

O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da SIMARSUL por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

Taxa de Juro Fixa	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 anos	5 197 897	5 017 313
De 1 a 2 anos	5 523 315	5 141 000
De 2 a 3 anos	5 771 585	5 523 315
Superior a 3 anos	50 239 676	55 978 816
	66 732 473	71 660 445

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2022	Valor do capital no ano de refixação de taxa
2022	67 000 615	67 000 615
2023	61 859 615	61 859 615
2024	56 336 300	56 336 300
2025	50 564 715	50 564 715
2026	44 450 225	44 450 225
2027	38 033 655	38 033 655
2028	30 937 860	30 937 860
2029	23 638 345	23 638 345
2030	16 144 535	16 144 535
2040	-	-

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a SIMARSUL não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras.

LINHAS DE CRÉDITO DE CURTO PRAZO CONTRATUALIZADAS

	31.12.2022	31.12.2021
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	1 000 000	1 000 000
	1 000 000	1 000 000

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos não Correntes	61 534 576	66 643 131
Empréstimos Correntes	5 197 897	5 017 33
Disponibilidades	-2 304 649	-6 564 479
Dívida	64 427 824	65 095 965
Subsídios ao Investimento	53 504 624	55 345 356
Total do Capital Próprio	70 089 137	67 845 701
Total do Capital (Subsídios + Total Capital Próprio)	123 593 761	123 191 057
Dívida Total do Capital	0,52	0,53 ⁷

⁷ apenas referentes a locações com entidades financeiras

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e obrigacionistas, no capital próprio e, em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP e a SIMARSUL estão sujeitos ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de saneamento).

A composição da carteira de clientes da SIMARSUL tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e Empresas municipais ou intermunicipais; e (ii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais.

i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e Empresas municipais ou intermunicipais (“Municípios”)

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da SIMARSUL entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

ii. Grandes Clientes Industriais e outras entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Grandes clientes industriais e outras entidades		Empresas do Grupo	
	Municípios (1)	Outros	Total	Empresas do Grupo	Total		
Risco	Baixo	Médio		Baixo	Médio		7 077 098
Exposição bruta	6 718 073	0	6 718 073	358 694	330		7 077 098
Imparidade	-1 304	0	-1 304	-1 006	0		-2 311
Exposição líquida	6 716 769	0	6 716 769	357 688	330		7 074 787

Em 31 de dezembro de 2022 a antiguidade da dívida de clientes e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"				Grandes clientes industriais e outras entidades				Empresas do Grupo			
Tipologia de clientes Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	4 175 938	-	0%	4 175 938	204 129	-	0%	204 129	-	-	0%	-
Vencida até 180 dias	260 464	-	0%	260 464	153 552	-	0%	153 552	149	-	0%	149
Vencida há mais de 180 dias	2 281 672	-1 304	0%	2 280 368	1 013	-1 006	99%	7	182	-	0%	182
	6 718 073	-1 304	0%	6 716 769	358 694	-1 006	0%	357 688	330	-	0%	330

CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da SIMARSUL a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos Financeiros Bancários	31.12.2022
Depósitos à Ordem	2 304 549
Depósitos Prazo (1)	2 340 811
Caixa	100
	4 645 460

(1) Valor inclui o antigo Fundo de Reconstituição do Capital Social aplicado no IGCP

Ativos Financeiros Bancários	31.12.2022	31.12.2022
BCP	BB	14 611
BPI	BBB	20 777
Montepio Geral	Ba2	25 296
CGD	Baa2	29 676
Bankinter	A-	2 581
IGCP	BBB+	2 211 608
Depósitos à Ordem		2 304 549
BCP	BB	-
BPI	BBB	-
Montepio Geral	Ba2	-
CGD	Baa2	-
Bankinter	A-	-
IGCP	BBB+	2 340 811
Depósitos a Prazo		2 340 811

Nota: notação de *rating* da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2023.

RISCO DE EXPLORAÇÃO

RISCO DE CATÁSTROFE

A SIMARSUL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as Empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

RISCO REGULATÓRI

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela SIMARSUL. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

A SIMARSUL aplicou o disposto na IFRIC 12 no que concerne ao rédito e gastos da construção.

Esta norma define que os Contratos de Concessão preveem que as Empresas concessionárias prestam serviços de construção e operação de infraestruturas. Assim, deverá ser reconhecido o rendimento associado a cada uma das naturezas dos serviços, pelo que a SIMARSUL passará a reconhecer o rédito e gastos relacionados com a construção e modernização das suas infraestruturas, pois os serviços de operação das mesmas já eram reconhecidos.

Desta forma, o rédito reconhecido concorrerá para o volume de negócios da Empresa (numa rubrica de "Rendimentos de Construção de Ativos Concessionados"), sendo que os gastos totais associados, de idêntico montante, e portanto com impacto nulo no resultado líquido do exercício, serão registados da seguinte forma: as aquisições ao exterior numa conta específica de gastos em CMVMC (Gastos de Construção de Ativos Concessionados), e os gastos incorridos internamente considerados nas respetivas contas, consoante a natureza dos mesmos (CMVMC, FSE e Gastos Financeiros).

PRINCIPAIS INDICADORES

		2022	2021	2020
Volume de Negócios	milhões EUR	18,10	18,41	17,35
Volume de Efluente Faturado	milhões m ³	30,42	31,93	30,47
Tarifa Média Saneamento	EUR	0,59	0,58	0,57
Desvio Recuperação de Gastos (anual)	milhões EUR	0,52	-0,16	0,22
Rend. Construção Ativos Concessionados	milhões EUR	11,49	2,13	0,90
Resultado Líquido do Exercício	milhões EUR	2,24	0,94	1,04
EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾	milhões EUR	8,21	8,51	7,58
⁽¹⁾ O EBITDA ajustado resulta do EBITDA expurgado dos subsídios ao investimento e das provisões e ajustamentos.				
Endividamento	milhões EUR	66,73	71,66	75,91
Net Debt - Endividamento Líquido	milhões EUR	62,15	62,82	65,78
Net Debt to EBITDA (ajustado)	n.º	7,57	7,38	8,67
Ativo Total	milhões EUR	236,44	232,99	236,61
Capital Próprio	milhões EUR	70,09	67,85	66,90
Passivo Total	milhões EUR	166,35	165,15	169,71

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido de 2022 ascendeu a 2,24 milhões de euros, que corresponde à remuneração garantida ao capital acionista investido, pelo que já incorpora o valor do desvio de recuperação de gastos do exercício.

		2022	2021	2020
Rendimentos Totais	milhões EUR	32,28	22,58	20,71
Gastos Totais	milhões EUR	29,28	21,19	19,47
Imposto	milhões EUR	-0,75	-0,45	-0,21
Resultado Líquido	milhões EUR	2,24	0,94	1,04

Recorda-se que, nos termos da concessão, os acionistas têm direito a uma remuneração garantida do capital investido previsto na legislação e nos termos definidos no Contrato de Concessão, onde se estabelecem os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a integral recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros, impostos e também a adequada remuneração dos capitais próprios das concessionárias.

Assim, anualmente, é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção a fazer ao rendimento das atividades reguladas, para que estes sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

Em 2022 o valor do desvio de recuperação de gastos apurado foi de 0,52 milhões de euros de natureza deficitária, sendo que o resultado gerado pelas operações (antes do efeito do desvio de recuperação de gastos) apresenta um valor total de 1,84 milhões de euros.

RENDIMENTOS TOTAIS

Os rendimentos totais ascenderam em 2022 a 32,28 milhões de euros.

		2022	2021	2020
Volume de Negócios	milhões EUR	30,11	20,38	18,48
Subsídios ao Investimento	milhões EUR	1,85	1,86	1,88
Reversão de Provisões e Ajustamentos	milhões EUR	-0,00	-	-
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	milhões EUR	0,12	0,14	0,09
Juros e Rendimentos Similares	milhões EUR	0,20	0,19	0,27
Rendimentos Totais	milhões EUR	32,28	22,58	20,71

VOLUME DE NEGÓCIOS

O Volume de Negócios ascendeu a 30,11 milhões de euros em 2022.

		2022	2021	2020
Prestações de Serviços	milhões EUR	18,10	18,41	17,35
Rend. Construção Ativos Concessionados	milhões EUR	11,49	2,13	0,90
Desvio de Recuperação de Gastos	milhões EUR	0,52	-0,16	0,22
Volume de Negócios	milhões EUR	30,11	20,38	18,48

O volume de negócios contempla, para além do valor relativo à prestação de serviços, as seguintes rubricas:

- Rendimentos da Construção dos Ativos Concessionados, que ascendem a 11,49 milhões de euros;
- Desvio de Recuperação de Gastos, o qual totalizou 0,52 milhões de euros de natureza deficitária.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRATAMENTO DE EFLUENTES

		2022	2021	2020
Prestação Serviços Recolha Efluentes	milhões EUR	18,10	18,41	17,35
Volume Efluente Faturado	milhões m ³	30,42	31,93	30,47

Os rendimentos referentes à atividade de recolha, tratamento e rejeição de efluentes totalizaram 18,1 milhões de euros, em resultado dos 30,42 milhões de m³ faturados aos clientes.

RENDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE ATIVOS CONCESSIONADOS

A SIMARSUL aplicou o disposto na IFRIC 12 no que concerne ao rédito e gastos da construção, o qual não era reconhecido pelas Empresas agregadas. Começou assim a reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção e modernização das suas infraestruturas, não havendo, contudo, qualquer impacto no resultado líquido do exercício.

Para o ano de 2022 o valor apurado foi de 11,49 milhões de euros, correspondente ao aumento do DUI – Direito de Utilização de Infraestruturas.

DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

Conforme já foi referido, os acionistas da SIMARSUL têm direito a uma remuneração garantida do capital investido.

Em termos de rendimentos do exercício, e a concorrer para o volume de negócios, foi reconhecido um desvio de recuperação de gastos de 0,52 milhões de euros de natureza deficitária em termos brutos.

GASTOS TOTAIS

		2022	2021	2020
CMVMC	milhões EUR	0,35	0,30	0,29
Gastos Construção Ativos Concessionados	milhões EUR	11,49	2,13	0,90
Fornecimentos e Serviços Externos ⁽¹⁾	milhões EUR	5,84	6,27	5,91
Gastos com Pessoal	milhões EUR	3,65	3,32	3,45
Depreciações	milhões EUR	5,64	6,36	6,04
Perdas por Imparidade	milhões EUR	-0,001	-	-
Provisões	milhões EUR	-	-	-
Outros Gastos Operacionais	milhões EUR	0,16	0,15	0,20
Juros e Gastos Similares	milhões EUR	2,14	2,66	2,67
Gastos Totais	milhões EUR	29,28	21,19	19,47
Imparidades	milhões EUR	-0,00	-	-
Gastos Construção Ativos Concessionados	milhões EUR	11,49	2,13	0,90
Gastos Totais Ajustados	milhões EUR	17,79	19,05	18,56

⁽¹⁾ O valor dos FSE em 2020 reflete a aplicação da IFRS 16.

Os gastos totais ascenderam a 29,28 milhões de euros, os quais incluem 11,49 milhões de euros relativos a gastos de Construção de Ativos Concessionados.

Expurgando o efeito dos gastos de construção dos ativos concessionados, o total de gastos do exercício reduz cerca de 11,49 milhões de euros, ascendendo os gastos totais ajustados a cerca de 17,79 milhões de euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se o detalhe de cada uma das rubricas que integram os gastos totais, para as quais será efetuada uma análise individual mais detalhada:

		2022	2021	2020
Reagentes	milhões EUR	0,35	0,30	0,29
CMVMC	milhões EUR	0,35	0,30	0,29

GASTOS CONSTRUÇÃO DOS ATIVOS CONCESSIONADOS

Nos termos da IFRIC 12, os aumentos do DUI correspondentes às aquisições de bens e serviços, ascenderam em 2022 a 11,49 milhões de euros.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

		2022	2021	2020
Trabalhos Especializados	milhões EUR	2,10	1,54	1,50
Manutenção	milhões EUR	1,88	2,04	1,57
Energia	milhões EUR	0,92	1,94	2,15
Outros FSE	milhões EUR	0,95	0,75	0,69
Fornecimentos e Serviços Externos ⁽¹⁾	milhões EUR	5,84	6,27	5,91

(1) O valor dos FSE em 2020 reflete a aplicação da IFRS 16.

Os Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) ascenderam a 5,84 milhões de euros, representando os trabalhos especializados, no valor de 2,10 milhões de euros, a rubrica com maior peso em termos de FSE, sendo que as rubricas de manutenção e energia, com 1,88 milhões de euros e 0,92 milhões de euros, respetivamente, concorrem para que estas três contas representem cerca de 84% do total dos fornecimentos e serviços externos.

GASTOS COM ÓRGÃOS SOCIAIS E PESSOAL AFETO À CONCESSÃO

		2022	2021	2020
Gastos com os Órgãos Sociais	milhões EUR	0,29	0,30	0,37
Gastos com o Pessoal afeto à Concessão	milhões EUR	3,37	3,02	3,08
Gastos com o Pessoal	milhões EUR	3,65	3,32	3,45

Os Gastos com Órgãos Sociais e o Pessoal afeto à Concessão ascendem a 3,65 milhões de euros.

AMORTIZAÇÕES

A Empresa adota o método da depleção (caudais) para o cálculo das amortizações do exercício, ou seja, reconhece as amortizações do investimento realizado e a quota-parte anual do investimento a realizar ao abrigo do contrato de concessão e das regras regulatórias, de acordo com o volume de caudais previsto para o prazo da concessão e os caudais reais do exercício.

PERDAS POR IMPARIDADE

Não foram registadas perdas por imparidade em 2022.

MARGEM OPERACIONAL

O EBITDA totalizou 10,58 milhões de euros. Contudo, e atendendo a que os efeitos dos desvios de recuperação de gastos, crédito e gastos de construção de ativos concessionados e subsídios ao investimento concorrem para o apuramento desse indicador, não estando diretamente relacionados com a atividade operacional da Empresa, procedeu-se aos necessários ajustamentos, verificando-se assim um EBITDA ajustado de 8,21 milhões de euros.

		2022	2021	2020
Resultado Operacional	milhões EUR	3,86	3,65	4,22
Depreciações	milhões EUR	6,36	6,04	5,39
Perdas por Imparidade	milhões EUR	-	-	-0,002
Provisões	milhões EUR	-	-	-0,03
EBITDA	milhões EUR	10,22	9,69	9,58
Desvio de Recuperação de Gastos	milhões EUR	-0,16	0,22	1,52
IFRIC12 (Rédito de Construção)	milhões EUR	2,13	0,90	0,50
IFRIC12 (Gasto de Construção)	milhões EUR	-2,13	-0,90	-0,50
Subsídios ao Investimento	milhões EUR	1,86	1,88	1,58
Reversão de Provisões e Ajustamentos	milhões EUR	-	-	-
EBITDA Ajustado	milhões EUR	8,51	7,58	6,48

A margem do EBITDA ajustado é de 46,23%.

		2022	2021	2020
EBITDA Ajustado	milhões EUR	8,51	7,58	6,48
Volume de Negócios Ajustado	milhões EUR	18,41	17,35	15,14
Margem EBITDA Ajustada	%	46,23%	43,72%	42,80%

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

Volume de negócios ajustado – exclui efeito DRG e Rédito da construção

RESULTADOS FINANCEIROS

		2022	2021	2020
Rendimentos Financeiros	milhões EUR	0,29	0,30	0,37
Gastos Financeiros	milhões EUR	3,37	3,02	3,08
Resultado Financeiro	milhões EUR	1,94	2,47	2,40

Com um endividamento líquido da Empresa em cerca de 62,15 milhões de euros, regista-se um indicador Net Debt to EBITDA de 7,57. Este indicador apresenta valores elevados, refletindo a especificidade da SIMARSUL, que tem financiamentos significativos em virtude do forte período de investimentos a que teve de fazer face a antiga concessionária extinta.

Contudo a SIMARSUL apresenta uma redução progressiva deste indicador, viabilizada pelos meios libertos crescentes da Empresa.

		2022	2021	2020
Net Debt - Endividamento Líquido	milhões EUR	62,15	62,82	65,78
Net Debt to EBITDA (ajustado)	n.º	7,57	7,38	8,67

POSIÇÃO FINANCEIRA

		2022	2021	2020
Ativo Não Corrente	milhões EUR	217,88	219,98	223,50
Ativo Corrente	milhões EUR	15,12	16,63	16,59
Total do Ativo	milhões EUR	232,99	236,61	240,09
Capital Próprio	milhões EUR	67,85	66,90	65,87
Passivo Não Corrente	milhões EUR	156,23	162,18	167,30
Passivo Corrente	milhões EUR	8,92	7,53	6,92
Total do Passivo	milhões EUR	165,15	169,71	174,22
Total do Capital Próprio e Passivo	milhões EUR	232,99	236,61	240,09

O total do ativo era, no final de 2022, de 236,44 milhões de euros.

O passivo não corrente apresenta um valor de 157,48 milhões de euros.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento em 2022 foi de 66,73 milhões de euros, resultante dos empréstimos que transitaram da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, sendo composto na sua totalidade por empréstimos BEI contraídos pela extinta concessionária.

		2022	2021	2020
BEI	milhões EUR	66,73	71,66	75,91
Endividamento Bruto	milhões EUR	66,73	71,66	75,91

		2022	2021	2020
Endividamento	milhões EUR	66,73	71,66	75,91
Disponibilidades	milhões EUR	2,30	6,56	7,85
Fundo Reconstituição Capital Social e Outros	milhões EUR	2,27	2,27	2,27
Suprimento AdP	milhões EUR	-	-	-
Endividamento Líquido	milhões EUR	62,15	62,82	65,78

DÍVIDAS DE CLIENTES

Durante o ano de 2022, registou-se um aumento no saldo da dívida de clientes. A dívida vencida é de cerca de 2,69 milhões de euros. No que respeita à dívida total, a mesma ascende a 7,07 milhões de euros.

		2022	2021	2020
Dívida Vencida	milhões EUR	2,69	2,64	3,35
Dívida Não Vencida	milhões EUR	4,38	4,33	3,20
	milhões EUR	7,07	6,96	6,55

Os valores não incluem imparidades nem valores de cobrança duvidosa.

PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS

O prazo médio de recebimentos passou de 100 dias, em 2021, para 92 dias, em 2022.

Esta redução deve-se a atrasos pontuais verificados ao longo do ano e que já se encontram regularizados, na sua maioria, à data do presente relatório. Destaca-se o efeito da aprovação do acordo de pagamento com a CM do Barreiro no mês de dezembro de 2021.

EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

À data do presente relatório, a Administração da SIMARSUL não tem conhecimento, de qualquer evento subsequente com impacto significativo nas contas apresentadas.

Há ainda a referir que relativamente ao DRG do exercício de 2022, a SIMARSUL enviou o seu cálculo à ERSAR para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro.

A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data da emissão das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva (ver nota 8).

ANEXO I – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

#1 OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO OBJETIVOS DE GESTÃO

Na Assembleia-Geral de 25 de junho de 2021, foram fixados pelos acionistas um conjunto de Orientações Gerais e Específicas e Objetivos de Gestão, para o mandato 2021-2023. A determinação do grau de cumprimento dos objetivos de gestão e resultados definidos pelos acionistas na Assembleia-Geral da SIMARSUL, de 25 de junho de 2021, é da responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco (também designada por AICR) da AdP SGPS que, tendo procedido ao respetivo exercício de avaliação dos referidos indicadores, chegou aos valores que apresentam o quadro seguinte:

	Superado	Atingido	Não Atingido	Resultado	Avaliação	Ponderação	Atingimento
1. Indicadores Financeiros							
1.1. Eficiência de gestão	"PRC = [(GV+FSE+GP)/VN] Variação face ao PAO proposto"			-2,66 pp	Superado	13,3%	0,4
1.2. Dívida comercial de devedores municipais	DCDMA = [Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)] / [Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)]*100			97,5%	Atingido	13,3%	0,3
1.3. Limite ao endividamento	Endividamento = [Stock Dívida (Ano N) / Stock Dívida (Ano N-1)]-1*100			-6,8%	Superado	13,3%	0,4
1.4. Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ao PAO			-9,00	Superado	13,3%	0,4
1.4. Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO			1800,1%	Não Atingido	13,3%	0,1
2. Indicadores Ambientais e de Serviço							
2.1. Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva			91,7%	Superado	13,3%	0,4
2.2. Qualidade das águas residuais	AQAR = QAR (Ano N)			98,3%	Superado	20,0%	0,6
							2,6

Com base no resultado obtido no exercício de avaliação, conclui-se que o desempenho dos gestores da SIMARSUL, no ano de 2022, superaram os objetivos traçados.

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

O Plano de Atividades e Orçamento para 2022 (PAO 2022), foi aprovado pelo despacho N.º 405/2022 – SET de 22 de novembro 2022 do Secretário de Estado do Tesouro e despacho do SEAMB coberto pelo ofício n.º 9499 de 6 de dezembro 2022 da Secretária de Estado do Ambiente. Assim, e no que respeita ao cumprimento do PAO 2022 encontram-se indicadas no quadro do final do presente capítulo as respetivas execuções, face às previsões constantes do PAO.

Indicadores	PAO 2022	Executado 2022	Desvio	Observações
Resultado Líquido	943 404	2 243 435	1 300 031	
EBITDA	10 304 985	10 578 216	273 231	
Resultado operacional (EBIT)	3 574 259	4 940 539	1 366 280	
Volume de Negócios	18 512 795	18 101 783	-411 012	Inclui Rendimento de Construção - Ativos Concessionados e Desvio de Recuperação de Gastos
Endividamento	69 843 656	66 732 473	-3 111 183	
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	656%	588%	-68%	

Investimento / Projeto	PAO 2022	Executado 2022	Desvio	Observações
Investimento em Edifícios e Outras Construções	7 232 677	1 958 740	-5 273 937	
Investimento em Equipamento Básico	3 394 913	1 408 231	-1 986 682	
Outros	1 093 480	387 832	-705 648	
Património Integrado	-	7 737 243		
Investimento realizado não constante do PAO 2022	-	-	-	Não foi realizado investimento não previsto
TOTAL	11 721 071	11 492 047	-229 023	

Da análise dos resultados da execução do ano de 2022 verifica-se:

- No que diz respeito ao Resultado Líquido, este regista um aumento face ao estimado em sede de PAO2022 motivado por:
 - Fornecimentos e Serviços Externos inferiores em 868 mil euros quando comparados com o PAO 2022, justificado essencialmente pelo efeito preço na aquisição de energia;
 - A rubrica de gastos com pessoal apresenta uma redução face ao previsto, uma vez que as contratações de pessoal previstas no PAO não ocorreram como estimado e algumas ainda não se verificaram;
 - Nas Amortizações registou-se uma diminuição face ao orçamentado de 1,09MILHÕES DE EUROS, fruto de uma menor faturação nos caudais, uma vez que está a ser utilizado o método da depleção;
 - Desvio de Recuperação de Gastos do Exercício, de natureza deficitária no valor de 519 mil euros, sendo a variação face ao PAO 2022 influenciada pela taxa das OT'S que serve de base ao cálculo remuneração acionista (a dezembro de 2022 a taxa das OT'S é de 2,18%, enquanto no orçamento estava estimada em 0,26%);
 - Resultado Financeiro registou uma melhoria em relação ao orçamentado no montante de 358 mil euros, apesar de negativo, devido essencialmente à redução do nível de endividamento.
- O volume de negócios totalizou 18,2 milhões de euros relativos a 30,423 milhões de m3 faturados aos clientes. Face ao previsto, regista-se uma redução no volume de águas residuais faturado de 0,772 milhões de m3 (-2%) face ao orçamentado;
- Endividamento – redução de 4,5% conforme o disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro. Este endividamento é composto 100% por financiamento BEI.
- Investimento – apesar do significativo número de adjudicações efetuadas em 2022, a realização dos investimentos foi muito condicionada pela pandemia e pela situação geopolítica resultante da guerra na Ucrânia, quer na sua execução quer durante a fase de tramitação processual, contudo foram recebidos 590 mil euros relativos a garantias bancárias de empreitadas.
- No que respeita ao cumprimento do PAO para 2022, encontra-se indicado no quadro anterior a respetiva execução.

#2 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As atividades da SIMARSUL estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final. No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneo e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneo.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do Grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das Empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das Empresas do Grupo numa lógica de gestão centralizada do Grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do Grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

No que se refere à SIMARSUL, esta apresenta uma diminuição da taxa média anual de financiamento em 2021, decorrente da renegociação de uma das linhas contratadas, conforme é possível ver pelos valores apresentados no quadro seguinte:

Anos	2022	2021	2020
Encargos Financeiros (€)	2 139 876	2 661 128	2 669 413
Taxa Média de Financiamento (%)	3,21%	3,71%	4,02%

#3 LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO, NOS TERMOS DEFINIDOS NO N.º1 DO ARTIGO 65.º DA LEI N.º 12/2022, DE 27 DE JUNHO (LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2022, APURADO NOS TERMOS DA FÓRMULA DISPOSTA NO N.º4 DO ARTIGO 145.º DO DECRETO-LEI N.º 53/2022 DE 12 DE AGOSTO (DLEO2022))

	2022	2021	Variação 22/21	
Variação do Endividamento (Execução)	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	66 732 473	71 660 445	-4 927 972	-5,10%
Capital Social / Capital Estatutário	25 000 000	25 000 000	-	
Novos investimentos no ano (com expressão material)	-			

A SIMARSUL e o Grupo AdP têm adotado uma posição conservadora, com especial atenção às características de longo prazo dos ativos, tendo vindo a privilegiar a obtenção de financiamentos de longo prazo, em detrimento dos de curto prazo, com particular ênfase no BEI.

A Empresa tem vindo a apresentar uma redução do seu endividamento, de acordo com o plano de pagamento que se encontra contratualizado.

#4 Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro; com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

O cálculo do PMP foi efetuado conforme estipulado no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, tendo-se verificado em 2022 um aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores para 41 dias, consubstanciando-se num aumento de 11% face a 2021.

Pmp	2022	2021	Variação 22/21	
			Valor	%
Prazo (dias)	41	37	-6	-11%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição, sendo que os valores vencidos a mais de 90 dias respeitam essencialmente a serviço e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda concluída e/ou prestada:

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	53 027	84	6 242	1 694	505
Aq. de Capital	2 168	-	-	-	-
Total	55 195	84	6 242	1 694	505

Tendo em conta que o PMP da SIMARSUL é inferior a 60 dias, conforme estabelecido, não foram publicadas as dívidas existentes.

#5 DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA ÚLTIMA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2022 aquando da aprovação das contas do exercício de 2021. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da Empresa.

#6 DETERMINAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÕES

Foram cumpridas todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado.

As reduções remuneratórias aplicadas foram as indicadas no quadro constante no final do presente capítulo, sendo que se apresenta em seguida a restante informação aplicável, conforme disposto no apêndice I das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2022 – Ofício SAI_DGTF/2023/630 – DPSE, de 10 de fevereiro de 2023.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, conforme previsto no artigo 15.º dos Estatutos da SIMARSUL. Compete ao presidente convocar as Assembleias Gerais, dirigi-las e praticar quaisquer atos previstos na lei, nos Estatutos ou em deliberação dos acionistas. O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vice-presidente. Em 12 de março de 2021, foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade, abaixo identificados para o mandato 2021-2023:

Mandato		Designação		
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma ⁽¹⁾	Data
2021-2023	Presidente	Mara de Fátima Alegria Antunes Valença Mourinho	AG	12/03/2021
2021-2023	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	AG	12/03/2021
2021-2023	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	AG	12/03/2021

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / despacho (D)

De acordo com o definido na Comissão de Vencimentos de 21 de dezembro de 2021, os membros da Mesa da Assembleia Geral não recebem qualquer retribuição.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º dos Estatutos da Sociedade, compete à Assembleia Geral eleger de entre os membros do Conselho de Administração o respetivo presidente, que dispõe de voto de qualidade, e o presidente do Conselho de Administração pode designar um vice-presidente, o qual o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de março de 2021, foi eleito o Conselho de Administração para o triénio 2021 - 2023, composto por cinco membros, dois não executivos e três executivos (e de entre os quais se encontra o presidente executivo do Conselho de Administração).

Assim, por deliberação da Assembleia Geral de 12 de março de 2021, foi eleito o Conselho de Administração para o triénio 2021 - 2023, composto por cinco membros, dois não executivos e três executivos (e de entre os quais se encontra o presidente executivo do Conselho de Administração) e que é a seguinte.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ⁽²⁾				
			Forma ⁽¹⁾	Data	Sim/Não	Entrada de Origem	Entidade Pagadora (O/D) ⁽³⁾	Identificação da Data de Autorização e Forma	Indicação do Número Total de Mandatos
2021-2023	Presidente Executivo	António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	AG	12/03/2021	Não	n.a.	D	n.a.	2
2021-2023	Vogal Executivo	João Afonso Almeida da Silva Luz	AG	12/03/2021	Não	n.a.	D	n.a.	2
2021-2023	Vogal Executivo	Filipa Alves	AG	12/03/2021	Sim	AdCL	O	n.a.	1
2021-2023	Vogal Não Executivo	Isidro Durão Heitor	AG	12/03/2021	Sim	AdP	O	n.a.	1
2021-2023	Vogal Não Executivo	Rute Isabel Cesário	AG	12/03/2021	Não	n.a.	D	n.a.	1

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [5] / [9]

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem

(3) O/D – Origem / Destino

Dois dos membros do Conselho de Administração da SIMARSUL não auferem remuneração pelo cargo desempenhado, sendo o valor correspondente à remuneração de vogal executivo e de vogal não executivo, respetivamente, integralmente suportados pela Empresa Águas do Centro Litoral e pela AdP.

O Conselho de Administração decidiu, na sua reunião de 16 de março de 2021, constituir uma Comissão Executiva, composta pelos elementos executivos do Conselho de Administração e presidida pelo Presidente executivo do Conselho de Administração, e delegou nesta comissão a gestão corrente da sociedade, fixando os limites da mesma.

Apresenta-se seguidamente o quadro com os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração em simultâneo com outras entidades, dentro e fora do Grupo devidamente repartido pela vigência dos mandatos da administração.

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime (Público Privado)	Identificação da Data da Autorização e Forma
João Afonso Almeida da Silva Luz	Assembleia Municipal de Setúbal	Membro	Público	n.a.
Filipa Alves	Vogal Executivo	AdCL	Público	n.a.
Isidro Durão Heitor	AdP Valor – Baía do Tejo – Barreiro – ACE	Presidente do Conselho de Administração	Público	n.a.
Isidro Durão Heitor	AdP Valor – Baía do Tejo – Seixal – ACE	Presidente do Conselho de Administração	Público	n.a.
Isidro Durão Heitor	Assembleia Municipal do Barreiro	Membro	Público	n.a.

Relativamente às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração da SIMARSUL, incluindo remuneração fixa e variável, devidamente repartidas pela vigência dos mandatos da administração, foram as seguintes:

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Remuneração mensal bruta €			
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de Representação
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	S	B	4 864,34	1 945,73
João Afonso Almeida da Silva Luz	S	B	3 891,47	1 556,59
Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança	S	B	-	-
Isidro Durão Heitor	S	B	972,87	-
Rute Isabel Talhadas Cesário	S	B	972,87	-

O total anual relativo a remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração da SIMARSUL apresenta-se na tabela abaixo.

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2022 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Bruta (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)"	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	91 449,64	n.a.	92 058,68	4 135,03	87 923,65
João Afonso Almeida da Silva Luz	73 159,66	n.a.	73 643,71	3 308,03	70 335,68
Filipa Alves	-	n.a.	-	-	-
Isidro Durão Heitor	27 045,75	n.a.	13 600,21	590,20	13 010,01
Rute Isabel Cesário	13 620,18	n.a.	13 600,21	590,20	13 010,01
			192 902,80	8 623,46	184 279,34

Os benefícios sociais anuais na SIMARSUL dos membros do Conselho de Administração foram os seguintes:

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)									
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social	Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros				
Nome	Diário	Encargo Anual da Entidade		Encargo Anual da Entidade	Encargo Anual da Entidade	Encargo Anual da Entidade	Comunicações	Viaturas	Gastos com Deslocações	Encargo Anual da Entidade
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	7,14	1 777,86	Seg. Social	21 252,72	169,69	1 146,19	550,48	11 212,48	-	11 762,96
João Afonso Almeida da Silva Luz	7,14	1 777,86	CGA/ADSE	17 121,78	135,70	2 146,37	648,99	8 304,67	-	8 953,66
Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança	-	-	Seg. Social	-	-	-	-	-	1 875,54	1 875,54
Isidro Durão Heitor	-	-	Seg. Social	3 053,00	-	-	-	-	-	-
Rute Isabel Cesário	-	-	Seg. Social	3 053,00	-	-	-	-	-	-
		3 555,72		44 480,90	305,39	3 292,56	1 199,46	19 517,15	1 875,54	22 592,15

Os encargos com viaturas na SIMARSUL dos membros do Conselho de Administração foram os seguintes:

Membro do Órgão de Administração			Encargos Com Viaturas						
Nome	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura (€)	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	S	S	35 644	AOV	2018	2022	455	6 690	-
Filipa Alves	N	-	-	-	-	-	-	-	-
João Afonso Almeida da Silva Luz	S	S	34 440	AOV	2018	2022	451	5 486	-
Isidro Durão Heitor	N	-	-	-	-	-	-	-	-
Rute Isabel Cesário	N	-	-	-	-	-	-	-	-

Durante o ano de 2022 não foram realizados gastos associados a deslocações em serviço na SIMARSUL pelos membros do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

A composição do Conselho Fiscal, para o mandato 2021 - 2023, é a seguinte⁸:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ⁽¹⁾	Data
2019-2021	Presidente	Maria do Carmo Mendes	AG	01/04/2019
2019-2021	Vogal	João Carlos Alves Faim	AG	01/04/2019
2019-2021	Vogal	Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho	AG	01/04/2019
2019-2021	Vogal suplente	Patrícia Isabel Sousa Caldinha	AG	01/04/2019

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [3] / [5]

⁽¹⁾ Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Relativamente às remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da SIMARSUL foram as seguintes:

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2022 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Maria do Carmo Mendes	18 931,94	817,20	18 114,74
João Carlos Alves Faim	14 198,94	613,20	13 585,74
Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho	14 198,94	613,20	13 585,74
	47 329,82	2 043,60	45 286,22

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas, nos termos da alínea b), do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, foi proposto pelo Conselho Fiscal da Sociedade à Assembleia Geral realizada em 1 de abril de 2019, tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade⁹.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação Sroc / Roc		Designação					
		Nome	N.º Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Contratada	N.º de Anos de Funções Exercidas no Grupo	N.º de Anos de Funções Exercidas na Entidade
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda.	183	20161485	AG	01/04/2019	Sim	4	4
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	20/01/2020	Sim	4	4
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	01/04/2019	Sim	4	4

(1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

⁸ O Conselho Fiscal apresentado foi nomeado para o exercício das suas funções de fiscalização da sociedade em 01/04/2019 para o mandato de 2019-2021. Até à data não foi ainda reconduzida a nomeação de novos membros, mantendo-se o atual em funções em 2022.

⁹ A PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda, representada por José alves Bizarro Duarte, foi nomeada para o exercício da função de Revisor Oficial de Contas da sociedade em 01/04/2019 para o mandato de 2019-2021. Até à data não foi ainda reconduzida a eleição de novo ROC, mantendo-se a PwC em funções em 2022.

No exercício de 2022 resultou uma remuneração anual de 7.203 euros:

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda.	7 203,07	-	7 203,07	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

No decorrer de 2022, a PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda., não prestou à SIMARSUL serviços adicionais.

AUDITOR EXTERNO

A SIMARSUL não dispôs em 2022 de Auditor Externo.

#7 APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Foi dado cumprimento integral ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;
- Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Gastos anuais associados a viaturas (€)			
	Plafond mensal combustíveis e portagens	Total	Observações
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	80	550,48	
João Afonso Almeida da Silva Luz	80	3521,57	
Filipa Alves	-	-	
Isidro Durão Heitor	-	-	
Rute Isabel Cesário	-	-	
Arménio de Figueiredo	-	-	
Paula Alexandra Ferrão Pereira	-	-	
		1 072,04	

Gastos anuais associados a viaturas (€)					
	Plafond mensal combustíveis e portagens	Combustível	Portagens	Total	Observações
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	486,43	3 668,20	656,99	4 325,19	
João Afonso Almeida da Silva Luz	389,15	1 857,58	919,05	2 776,63	
Filipa Alves	389,15	1 105,48	770,06	1 875,54	Apenas Combustível e Portagens
Isidro Durão Heitor	-	-	-	-	-
Rute Isabel Cesário	-	-	-	-	
				8 977,36	

#8 APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO E DO ARTIGO 11.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

A SIMARSUL dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado e/ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

#9 ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS CONFORME DETERMINA O N.º 2 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade

#10 ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS E INFRAÇÕES CONEXAS E DO RELATÓRIO ANUAL ONDE É INDICADO O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ELENCADAS NO PLANO, TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO DE PREVISÃO DA CORRUPÇÃO, DESIGNADAMENTE A RECOMENDAÇÃO DO REFERIDO CONSELHO, DATADO DE 1 DE JULHO DE 2009.

A Empresa adotou desde 2017 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet www.SIMARSUL.adp.pt. Já em 2022 foi efetuada a revisão do Plano, aprovada em 28 de janeiro de 2022, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo Conselho de Previsão da Corrupção e ajustá-lo à evolução da realidade da Empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O PPRCIC tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela Empresa visando a sua mitigação. Pretende também reforçar a cultura da Empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e de boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais stakeholders.

Abrangendo toda a Empresa, este plano dá cumprimento à recomendação do CPC, de 1 de julho de 2009, bem como ao definido no Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a SIMARSUL procede à avaliação anual do PPRCIC em vigor na Empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público Empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da SIMARSUL e remetido às entidades competentes.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação, alinhado com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a SIMARSUL uma das Empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando o seu comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, bem como de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

A SIMARSUL e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e o empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação Política de Integridade, a Empresa efetuou a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores, visando a definição dos próximos passos, com vista ao seu robustecimento e integral implementação.

Registe-se ainda que em 2019, a Empresa, subscreeu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor Empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

11 CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das Empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

O potencial de captação de valor decorrente de sinergias e economias de escala conseguidas através da centralização de compras de determinadas categorias como energia, comunicações, seguros, reagentes, viaturas, etc., leva à criação e a captação de valor, da qual resulta à obtenção de ganhos financeiros e à redução de custos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas tem levado a uma maior capacidade de planeamento transversal e à implementação de novos processos transversais associados ao planeamento e gestão da função compras, por categorias alicerçados pelo conhecimento mais profundo nas necessidades das Empresas.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP SGPS.

Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP SGPS e as Empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP SGPS assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às Empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2021, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de Empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as Empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

O Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, introduziu alterações à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, bem como ao Código dos Contratos Públicos e ao Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

Por conseguinte, no quadro da uniformização de práticas ao nível de procedimentos de contratação pública no seio do Grupo AdP, mas igualmente para concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos, incorporando as inovações introduzidas pelo citado Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, foram promovidas formações explicativas aos diversos intervenientes nos processos de contratação pública, avançando os esclarecimentos ou aclaração de interpretações e entendimentos de índole jurídica.

#12 ADESAO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

As Empresas que integram o Grupo AdP, incluindo a SIMARSUL, aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

#13 MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS PREVISTAS NO ARTIGO 144.º DO DLEO 2022 JUSTIFICANDO DETALHADAMENTE O NÃO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DEFINIDOS

De acordo com o artigo nº 144º decreto-lei nº 53/2022 as Empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da sua estrutura de gastos operacionais por forma a promover o seu equilíbrio operacional, reduzindo o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios face ao ano de anterior:

O rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2019 ou 2021, consoante o que registar volume de negócios superior, que no caso da SIMARSUL é o ano de 2021.

De acordo com o DLEO 2022 devem ser iguais ou inferiores ao valor registado em 2021 os seguintes gastos operacionais:

- Com pessoal, excluído os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo;
- Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

O quadro seguinte apresenta a execução comparativa com os períodos anteriores homólogos:

Eficiência Operacional	2022 Exec.	2022 Orç.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2022/2021		2022/2019	
						Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	10 578 216	10 304 985	10 215 384	9 689 812	9 580 528	362 832	104%	997 688	110%
(1) CMVMC	351 177	322 502	296 959	285 171	240 332	54 218	118%	110 845	146%
(2) FSE	5 843 558	6 711 783	6 267 163	5 912 742	5 124 944	-423 605	93%	718 614	114%
(3) Gastos com o pessoal	3 654 174	3 893 967	3 323 972	3 454 925	3 261 146	330 201	110%	393 028	112%
(3.i) Relativos aos órgãos sociais (a)	295 693	387 193	313 538	383 338	384 655	-17 846	94%	-88 963	77%
(3.ii) Indemnizações pagas por rescisão (a)	-	-	-	-	-	-	0%	-	0%
(3.iii) Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias (a)	-	-	-	-	-	-	0%	-	0%
(3.iv) Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais (a)	276 733	647 216	14 034	27 264	46 469	262 699	1972%	230 264	596%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i., ii., iii. e iv.	3 081 748	2 859 558	2 996 400	3 044 323	2 830 021	85 348	103%	251 728	109%
(4.I) Gastos com o pessoal sem os impactos ii., iii. e iv. - Ajustado	3 377 441	3 246 751	3 309 938	3 427 661	3 214 676	67 502	102%	162 765	105%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excepcionais (b)	-	-	89 058	159 714	-	-89 058	0%	-	0%
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento de eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	9 848 909	10 928 252	9 799 037	9 493 124	8 626 422	49 873	101%	1 222 487	114%
(6.I) Gastos operacionais para efeitos do apuramento de eficiência operacional = (1)+(2)+(3) - Ajustado	9 572 176	10 281 037	9 874 060	9 625 573	8 579 952	-301 884	97%	992 224	112%
(7) Volume de negócios (VN)	18 101 783	18 512 795	18 409 162	17 349 471	15 135 324	-307 379	98%	2 966 459	120%
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	0%	-	0%
Indemnizações Compensatórias	-	-	-	-	-	-	0%	-	0%
Eventos extraordinários (d)	-	-	796 944	-	-	-796 944	0%	-	0%
(8) Perda de receita decorrente de fatores excepcionais (b)	-	-	-	-	-	-	0%	-	0%
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (7)+(8)	18 101 783	18 512 795	17 612 218	17 349 471	15 135 324	489 565	103%	2 966 459	120%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	54,4%	59,0%	55,6%	54,7%	57,0%	-1,2%	97,8%	-2,6%	95,5%
(11) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9) - Ajustado	52,9%	55,5%	56,1%	55,5%	56,7%	-3,2%	94,3%	-3,8%	93,3%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	3 299	9 847	488	422	1 787	2 811	676%	1 512	185%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	312	300	217	734	628	94	143%	-316	50%
iii. Gastos associados à Frota automóvel	235 575	123 400	204 989	194 174	227 676	30 586	115%	7 899	103%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	45 266	19 800	12 000	-	6 700	33 266	377%	38 566	676%
(11) Total = (i.)+(ii.)+(iii.)+(iv.)	-	-	-	-	-	-	0%	-	0%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	131	132	111	110	110	20	118%	21	119%
N.º Órgãos Sociais (OS)	11	11	11	11	11	-	100%	-	100%
N.º Cargos de Direção (CD)	3	3	3	3	3	-	100%	-	100%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	117	118	97	96	96	20	121%	21	122%
N.º Trabalhadores / N.º Cargos de Direção	39	39	32	32	32	7	121%	7	122%
N.º de viaturas	49	42	42	42	42	7	117%	7	117%

^(a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 144.º do DLEO 2022

^(b) Se aplicáveis, os impactos excepcionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.^(c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

^(c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

^(d) Faturação extraordinária devido a rutura de conduta de água no Município do Barreiro.

Conforme notas retificativas anexas ao PAO 2022, o GO/VN aprovado pelas tutelas e refletido no orçamento da Sociedade, cifra-se em 55,5%. O rácio GO/VN apresenta um valor de 54,41%, 1,2% abaixo do valor do ano anterior, de acordo com as orientações de cálculo da UTAM.

Verifica-se em 2022 o cumprimento de todos os princípios financeiros em conformidade com o disposto no ponto 3.I do Despacho n.º 682/2021 - SET, com as seguintes exceções as quais se encontram superiores ao valor verificado no ano de 2021:

- Os gastos com o pessoal registados em 2022 são superiores aos do ano de 2021 em 330 mil euros:
 - O aumento verificado resulta da integração das infraestruturas do Município de Setúbal, da aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) em resultado das avaliações de desempenho e da aplicação da cláusula 21^a. do ACT (a mais materialmente relevante e cujo valor se encontra identificado no quadro abaixo), e da aplicação do Despacho n.º 397/2022-SET, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 21 de novembro de 2022.
- Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamentos e os gastos associados à frota automóvel: Esta situação decorre do facto de estarem programadas substituições com novos contratos (AOV) de 42 viaturas por término dos contratos atuais, as quais não se verificaram até à data, pelo que o valor gasto em rendas é contabilizado como FSE e não seja aplicada a norma IFRS 16, bem como pelo efeito do aumento dos gastos com combustíveis (consequência do cenário geopolítico atual);
 - O conjunto de gastos realizados com estudos, pareceres, projetos e consultorias se encontra superior ao valor verificado no 4º trimestre de 2021, em virtude de alguns dos gastos com trabalhos especializados de consultoria considerados essenciais para o normal funcionamento da Empresa e para o cumprimento das orientações emanadas tanto pela tutela como pelo acionista maioritário, nomeadamente ao nível da certificação energética e dos ativos, da implementação e apoio a projetos de inovação e desenvolvimento, críticos para o aumento da eficiência dos processos de tratamento e transporte de efluentes e de avaliação funcional das infraestruturas, nomeadamente as de Setúbal, e da segurança das mesmas, terem sido sujeitos a cortes e a reprogramações temporais.

Verifica-se, no entanto, o disposto no PAO 2022 aprovado pelas tutelas.

#14 PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, ARTIGO 136.º DA LOE 2022 E ARTIGO 102.º DO DLEO 2022)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das Empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as Empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 420 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas Empresas existentes, a decorrer até 2024, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.

Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de manuseio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do Grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Foram constituídos no Grupo AdP depósitos a prazo no IGCP (CEDICs) em dezembro de 2022, no valor de 403,5 milhões de euros, com vencimento em 2 de janeiro de 2023.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

IGCP	1º. Trimestre	2º. Trimestre	3º. Trimestre	4º. Trimestre
Disponibilidades	6 096 581	3 618 110	3 169 664	2 211 608
Aplicações Financeiras	2 340 811	2 340 811	2 340 811	2 340 811
	8 437 392	5 958 921	5 510 474	4 552 419

Banca Comercial	1º. Trimestre	2º. Trimestre	3º. Trimestre	4º. Trimestre
BANCO BPI, SA	4 577	12 385	20 321	20 777
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	29 858	29 858	29 676	29 676
BANCO BANKINTER, SA	2 876	2 795	2 713	2 581
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL	25 579	25 579	25 382	25 296
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	14 611	14 611	14 611	14 611
Total	77 501	85 227	92 704	92 941
Juros auferidos	-	-	-	-

A SIMARSUL detém 98% das suas disponibilidades no IGCP e 2% na Banca Comercial.

#15 DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS E O RESPECTIVO RESULTADO

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à Empresa nos últimos três anos.

#16 ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE (ANUAL) CONFORME DETERMINA O ARTIGO 7º DA LEI N.º 62/2017 DE 1 DE AGOSTO, E INDICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ÀS COMISSÕES COMPETENTES, NOS TERMOS CONJUGADOS DO ARTIGO 3º E DO N.º 3 DO ARTIGO 6º DO DESPACHO NORMATIVO N.º 18/2019, DE 21 DE JUNHO.

A SIMARSUL, reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

Assim, de forma a dar cumprimento ao Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e face à publicação de um Guião para a elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos da já referida Lei, a SIMARSUL realizou, em 2022, o Diagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2023. O Diagnóstico foi submetido no Portal da Igualdade no Trabalho e nas Empresas e o Plano foi enviado para a CITE e para o SIOE.

Relativamente ao cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3º e do n.º 3 do artigo 6º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, mais se informa que foi efetuada até ao dia 15 de novembro de 2022, conforme Despacho Normativo n.º 12/2022, de 29 de setembro.

Por forma a garantir o cumprimento do estabelecido, o Plano para a Igualdade é publicitado no sítio de Internet da SIMARSUL.

#17 DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º - B ou 508.º - G do CSA, contendo, no mínimo, a informação indicada no n.º 2 dos mencionados artigos, é apresentada nos capítulos relativos à Sustentabilidade e Capital Humano, do presente Relatório de Gestão e Contas, onde consta a informação mínima requerida.

#18 QUADRO COM INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE

Conforme orientações da DGTF a SIMARSUL não divulga informação no sítio do SEE na internet, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais referidas, apresenta-se o quadro seguinte:

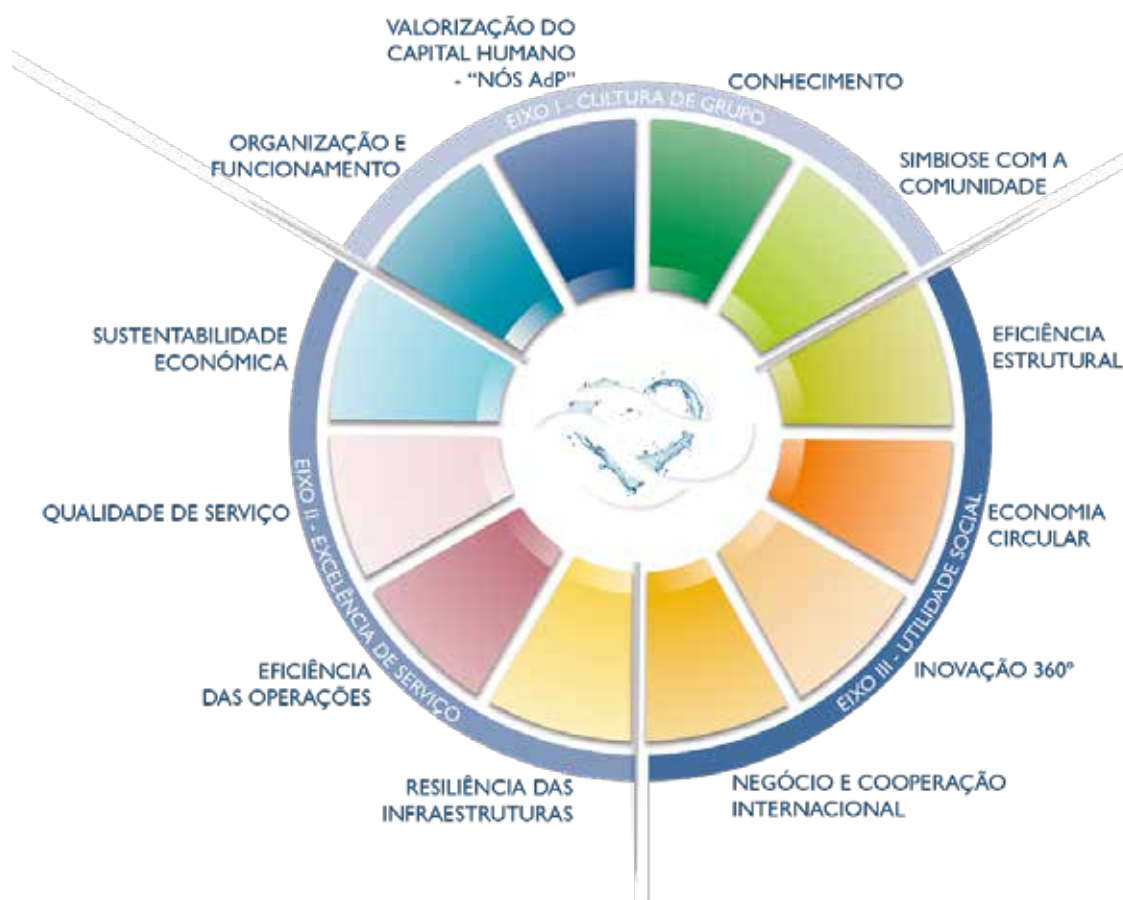
Orientações Legais - 2022	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório	
	S	N	NA			
Objetivos de Gestão						#1
Eficiência de Gestão - Promover a eficiência da gestão na empresa, tendo em atenção o PRC, comparativamente ao PAO proposto	X			-2,66	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Dívida Comercial de devedores municipais - Não incremento do stock de dívida vencida municipal	X			97,5%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Limite ao endividamento - Redução do stock da dívida	X			-6,8%	O indicador foi atingido de acordo com as metas definidas	#1
Respeito Prazos de Pagamento - Variação do PMP face ao PAO	X			-9	O indicador foi atingido de acordo com as metas definidas	#1
Rentabilidade - Variação do RL face ao PAO		X		1800,1%	O indicador não foi atingido de acordo com as metas definidas	#1
Qualidade das Águas Residuais - Não deterioração da qualidade da água residual tratada no sistema multimunicipal	X			91,7%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Plano de Manutenção - Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	X			98,3%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Metas a atingir constantes no PAO 2021						#1
Princípios Financeiros de Referência	X			-	Ponto 1 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#1
Investimento	X			-229 023 €	Ponto 1 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#1
Endividamento	X			-4,7%	Ponto 1 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#1
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			X	-	-	#1
Gestão do Risco Financeiro	X			3,21%	Ponto 2 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#2
Limites de Crescimento do Endividamento	X			-5,10%	Ponto 3 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#3
Evolução do PMP a fornecedores	X			4	Ponto 4 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (arrears)	X			8 525 €	Ponto 4 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#4
Recomendações do Acionista na aprovação de contas			X	-	Não foram emitidas recomendações	#5
Remunerações/Honorários:						#6
Não atribuição de prémios de gestão	X			-	-	#6
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2022	X			8 623 €	Valor da reduções remuneratórias efetuadas em 2022	#6
Fiscalização - redução e reversões remuneratória vigentes em 2022	X			#REF!	Valor da reduções remuneratórias efetuadas em 2022	#6
Auditor Externo - redução e reversões remuneratória vigentes em 2022			X	-	-	#6

Orientações Legais - 2022	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório	
	S	N	NA			
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP						#7
Não utilização de cartões de crédito	X			-	A empresa não dispõe de cartões de crédito	#7
Valor máximo de despesas associadas a comunicações	X			-721 €	Ponto 7 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#7
Valor máximo de combustíveis e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X			-6 199 €	Ponto 7 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#7
Despesas não documentadas – n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e art.º 11.º do EGP						#8
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X			-	A empresa não procedeu à realização de despesas não documentadas ou confidenciais	#8
Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres – n.º 2 da RCM n.º 18/2014						#9
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	X			-	Ponto 9 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#9
Prevenção da Corrupção – n.º 1 do artigo 46º do RJSPE						#10
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	X			-	Ponto 10 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#10
Contratação Pública						#11
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X			-	Ponto 11 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#11
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X	-	Não foram submetidos contratos a visto prévio do Tribunal de Contas	#11
Adesão do Sistema Nacional de Compras Públicas	X			-	Ponto 12 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#12
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X			-	Ponto 13 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#13
Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria (artº49 do DLEO 2019)		X		45 266 €	Ponto 13 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#14
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)						#15
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			98%	% disponibilidades e aplicações junto do IGCP em 31 de dezembro de 2022	#15
Disponibilidades e aplicações centralizadas na Banca Comercial	X			92 941 €	Saldo a 31 de dezembro de 2022	#15
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			-	Ponto 14 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#15
Auditorias do Tribunal de Contas						#16
Recomendações			X	-	Ponto 16 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#16
Elaboração do Plano para a Igualdade (artº7 da Lei 62/2017, de 1 de agosto)	X			-	Ponto 17 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#17
Apresentação da demonstração não financeira	X			-	Ponto 18 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#18

PERSPETIVAS FUTURAS

A SIMARSUL continuará a realizar o seu serviço essencial de saneamento centrado na geração de valor, com as prioridades bem definidas, para consolidar a sua missão pública e continuar o caminho rumo a um futuro cada vez mais sustentável, circular e inovador que contribua para o Pacto Europeu para o Clima, assumindo compromissos de Integridade e de Sustentabilidade com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

O Conselho de Administração continuará a desenvolver a sua atividade gestionária para o cumprimento do estabelecido no Contrato de Concessão assinado com o Estado Português, prosseguindo as orientações estratégicas e específicas que lhe são transmitidas, nomeadamente as aprovadas e determinadas em Assembleia Geral de Acionistas, bem como outras que lhe são pontualmente transmitidas. Revendo-se no quadro estratégico de compromisso, assumido pelo Grupo AdP, a SIMARSUL projeta o seu futuro assumindo como suas as linhas gerais de orientação estratégica que se consubstanciam em 3 eixos fundamentais e que englobam 12 desafios estratégicos como segue.



Construir, explorar e gerir o sistema de saneamento de águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental com um elevado grau de competência, capaz de responder localmente, com eficácia e eficiência, aos grandes desafios que se colocam, em Portugal e no Mundo, no setor do ambiente são também um objetivo.

Desta forma, a SIMARSUL pretende desenvolver a sua atividade em torno dos valores de eficiência, produtividade, inovação e desenvolvimento, e da qualidade. Pretende-se que estes valores sejam assumidos como motivação das atividades do dia-a-dia para vencer os desafios que se colocam à Empresa, entre os quais se destacam a modernização e manutenção eficaz dos seus sistemas de transporte e tratamento dos efluentes da Península de Setúbal, num quadro de racionalização do investimento e proteção do ambiente, a aposta na economia circular e combate às alterações climáticas e a continuação da implementação de políticas sociais requeridas para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030

Em particular, ciente das especificidades do Sistema e do contexto regional onde este se insere, também continuará a privilegiar o permanente contacto e o são relacionamento com os Municípios, seus acionistas e clientes, de forma próxima com as partes interessadas e em estreita colaboração com as indústrias locais, procurando encontrar sempre as melhores soluções para problemas e desafios comuns.

A nível global da Empresa, será prosseguida a atitude de contínua otimização dos recursos da organização, com vista a melhorar a eficiência do seu desempenho e a resiliência das infraestruturas, assim como uma política de sensibilização ambiental que promova a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

Além do continuado contributo da Empresa para a conservação e melhoria da condição do estuário do Tejo e do Sado, bem como das restantes massas de água da região, constitui como outro grande desafio a renovação continuada de um vasto parque de equipamentos, capazes de responder também às necessidades da reutilização de água residual tratada e da neutralidade carbónica. Neste âmbito, encontram-se previstos no plano de investimentos a conclusão de investimentos de reabilitação e melhoria em infraestruturas que permitirão melhorar a sua fiabilidade e resiliência e que, no plano da eficiência energética, permitirão minimizar consumos de energia.

No âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso e do seu propósito de fazer a diferença na vida das pessoas - comuns às Empresas do Grupo AdP - a SIMARSUL encetará as medidas preconizadas para reforço da capacidade de resposta à dinâmica associada às alterações climáticas, à descarbonização, à transformação digital e à economia circular nos próximos anos.

O ano de 2023 ficará também marcado, quer pela revisão profunda ao Sistema de Gestão Integrado, que contemplará a avaliação da documentação do sistema e práticas a implementar, por forma a robustecer o Sistema e adequá-lo, cada vez mais, à realidade da SIMARSUL, quer pela prossecução de estratégias de gestão de eficiência energética e pelos trabalhos para a certificação da Empresa na norma de Energia e na norma de Gestão de Ativos. Deverá ser dado continuidade, também, ao trabalho para a transição para a nova norma de gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001) assim como o reforço e promoção da cultura de segurança.

Em paralelo, a Empresa prosseguirá a promoção da Inovação sustentada na sua visão estratégica que valorize os trabalhadores/as e os seus clientes e acionistas, com o objetivo de inovar quer nos seus serviços como nos seus processos de gestão interna e contribuir para o cumprimento dos objetivos da Empresa.

A SIMARSUL continuará empenhada em desenvolver interna e externamente o seu plano de Inovação, em participar nos projetos de investigação e de inovação em que participa, a nível científico e académico, como a nível corporativo, nacional e europeu, destacando-se a análise de novas ideias e/ou produtos que poderão reunir os requisitos necessários para serem devidamente desenvolvidas e patenteadas.

A Empresa prosseguirá a sua atividade num quadro de respeito pelas exigências legais e de governação com os mais elevados padrões éticos e de compromisso de Integridade e Sustentabilidade. Reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais, bem como na vida familiar, a SIMARSUL prosseguirá também com o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade, através do desenvolvimento do seu Plano Para a Igualdade do Género.

O sucesso das organizações depende das pessoas, estando a Empresa convicta que também depende da capacidade de se estabelecerem relações de proximidade e de valorizar quem diariamente desempenha as suas funções, dando o melhor de si para tornar possível a realização da missão da SIMARSUL e alcançar o compromisso da Empresa com o ambiente e a valorização da região. Por fim, a Empresa reafirma que continuará a ser um parceiro empenhado na procura e concretização de soluções que conduzam a uma melhoria e proteção do ambiente na defesa da saúde pública na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2022 ficou marcado não somente por um período conturbado pela continuidade da pandemia, mas, também, pelo início de uma nova crise geopolítica mundial.

Num cenário exigente, a Empresa e os seus trabalhadores e trabalhadoras continuaram a assegurar o tratamento das águas residuais, os investimentos e os trabalhos em curso para a reabilitação de infraestruturas, previstos no plano de investimento em empreitadas, bem como assegurar os trabalhos adicionais para a integração das infraestruturas de Setúbal, assim como a qualidade e a continuidade do serviço público.

É com satisfação que o Conselho de Administração da SIMARSUL entende renovar o seu profundo reconhecimento a todos aqueles/as que, direta ou indiretamente, contribuíram, de forma empenhada e com sentido de missão acrescida, para ultrapassar os desafios e as dificuldades e assegurar a ininterruptibilidade do serviço essencial prestado pela Empresa, a proteção do ambiente e a saúde pública no exercício em análise.

Assim, é devido um agradecimento a todos/as quantos contribuíram para que a SIMARSUL cumpra, com espírito de responsabilidade reforçada pela pandemia e pela crise mundial, a sua missão e os objetivos no desempenho diário do serviço público de saneamento da Península de Setúbal, com qualidade, eficiência e segurança, seguindo-se, também, um profundo reconhecimento a todas as partes interessadas.

Aos membros dos restantes Órgãos Sociais, pelo acompanhamento da gestão da Empresa e espírito de colaboração evidenciado nas suas atividades próprias.

À Tutela Governamental, pela sua permanente disponibilidade habitual e empenho no acompanhamento das atividades e dos desafios da Empresa, assim como pelo clima de reconhecimento e confiança mantidos.

Aos Municípios e à AdP – Águas de Portugal, pela cooperação estabelecida assim como pelo permanente e empenhado acompanhamento das atividades e evolução dos projetos do sistema multimunicipal e da SIMARSUL.

À entidade reguladora do setor, a ERSAR, à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, bem como aos diversos organismos e serviços da Administração Pública, que são igualmente merecedores de reconhecimento pela interajuda, disponibilidade e interesse evidenciados nas relações mantidas.

O nosso agradecimento aos fornecedores e prestadores de serviços, assim como às seguradoras e instituições bancárias, pela eficiência das suas respostas às necessidades da Empresa e às contingências deparadas.

Aos utilizadores do sistema, o registo do nosso renovado apreço pela compreensão, pelo diálogo e pela confiança demonstrados, sem esquecer a permanente cooperação que estabelecemos, sem a qual não teríamos ultrapassado os desafios e alcançado os resultados e objetivos apesar do continuado impacto da pandemia e de uma nova crise mundial.

Por fim, e em especial, aos trabalhadores e trabalhadoras da Empresa e aos seus familiares, em mais um ano atípico de desafios que se revelou igualmente difícil, a todos/as agradecemos a coesão e resiliência demonstradas que permitiram assegurar em continuidade e com excelência e segurança, nas mais diversas atividades operacionais e de suporte, o serviço essencial de saneamento, tendo de inovar e fazer sempre melhor de forma eficiente e sustentável.

Porque o futuro das próximas gerações depende do que é feito no presente, é responsabilidade de todos, e de cada um, continuar a fazer a sua parte, para que juntos continuemos No Presente a Tratar o Futuro.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto no artigo 30.º dos Estatutos da SIMARSUL, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2022, no montante de 2.243.435,49 euros (dois milhões duzentos e quarenta e três mil quatrocentos e trinta e cinco euros e quarenta e nove centimos), tenha a seguinte distribuição:

- **112.171,77 euros** (cento e doze mil cento e setenta e um euros e setenta e sete centimos) para constituição da Reserva Legal;
- **2.131.263,72 euros** (dois milhões cento e trinta e um duzentos e sessenta e três euros e setenta e dois centimos) para **Resultados Transitados**.

Seixal, 01 de março de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura
Presidente Executivo

Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança
Vogal Executivo

João Afonso Almeida da Silva Luz
Vogal Executivo

Isidro Durão Heitor
Vogal Não Executivo

Rute Isabel Talhadas Cesário
Vogal Não Executivo

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

1. INTRODUÇÃO

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2022.

2. ATIVIDADE

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da Empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. PARECER

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da Empresa.

Seixal, 01 de março de 2023

Os Administradores Não Executivos

Isidro Durão Heitor

Rute Isabel Talhadas Cesário

ANEXO AO RELATÓRIO

Nos termos do n.º4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de acionistas à data de 31 de dezembro de 2022:

Acionistas	Nº. de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
Total	25 000 000	25 000 000	100,00%

Nos termos do referido artigo do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que nenhum dos acionistas deixou de ser titular das referidas frações do capital, no decorrer de 2022.

Nos termos do n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que nenhum dos membros dos órgãos da administração e fiscalização, são detentores de ações ou obrigações da Empresa, diretamente ou por interposta pessoa.



"VALORIZAR OS TERRITÓRIOS"

R&C 2022 | Simarsul | 110

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022





CONTAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (EUROS)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Ativos não Correntes			
Ativos Intangíveis	5	152 071 449	145 667 008
Ativos Fixos Tangíveis	5	30 363	31 987
Ativos sob direito de uso	6	83 906	99 617
Outros Ativos Financeiros	7	2 353 148	2 351 161
Impostos Diferidos Ativos	31	4 561 367	4 451 101
Clientes	9	757 173	995 772
Desvio Tarifário Ativo	8	64 799 963	64 281 168
Total dos Ativos não Correntes		224 657 369	217 877 813
Ativos Correntes			
Inventários	11	405 008	199 140
Clientes	9	6 317 614	5 966 864
Outros Ativos Correntes	10	2 706 535	2 338 546
Outros Ativos Financeiros	7	47 500	47 500
Caixa e seus Equivalentes	12	2 304 649	6 564 479
Total dos Ativos Correntes		11 781 306	15 116 529
Total do Ativo		236 438 675	232 994 342
Capital Próprio			
Capital Social	13	25 000 000	25 000 000
Reservas e Outros Ajustamentos	13	652 660	605 507
Resultados Transitados	13	42 193 041	41 297 125
Resultado Líquido do Exercício	13	2 243 435	943 070
Total do Capital Próprio		70 089 137	67 845 701
Passivos não Correntes			
Empréstimos	17	61 534 576	66 643 131
Passivos da locação	6	39 178	1 554
Fornecedores	18	10 633 714	2 997 426
Impostos Diferidos Passivos	31	15 720 969	15 655 909
Acréscimos de Gastos do Investimento Contratual	15	16 049 027	15 584 151
Subsídios ao Investimento	16	53 504 624	55 345 356
Total dos Passivos não Correntes		157 482 088	156 227 528
Passivos Correntes			
Empréstimos	17	5 197 897	5 017 313
Passivos da locação	6	17 340	72 787
Fornecedores e Outros Passivos Correntes	18	3 430 131	3 513 510
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	31	222 081	317 503
Total dos Passivos Correntes		8 867 450	8 921 113
Total do Passivo		166 349 538	165 148 641
Total do Passivo e do Capital Próprio		236 438 675	232 994 342

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL (EUROS)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Prestações de Serviços	20	18 101 783	18 409 162
Rédito da Construção	20	11 492 047	2 131 999
Defice/superavit tarifário recup. custo	20	518 795	-160 601
Gasto das Vendas/Variação dos Inventários	21	-351 177	-296 959
Gastos da Construção	20	-11 492 047	-2 131 999
Fornecimentos e Serviços Externos	22	-5 843 558	-6 267 163
Gastos com Pessoal	23	-3 654 174	-3 323 972
Amortiz., Depreciações e Reversões do Exercício	24	-5 636 670	-6 358 282
Provisões e Reversões do Exercício	25	-	-
Perdas por Imparidade e Reversões	26	-1 006	-
Subsídios ao Investimento	16	1 849 605	1 864 727
Outros Gastos e Perdas Operacionais	27	-161 081	-147 095
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	28	118 023	137 286
Resultados Operacionais		4 940 539	3 857 102
Gastos Financeiros	29	-2 139 876	-2 661 128
Rendimentos Financeiros	30	197 171	194 617
Resultados Financeiros		-1 942 705	-2 466 511
Resultados Antes de Impostos		2 997 835	1 390 591
Imposto do Exercício	31	-799 605	-797 608
Imposto Diferido	31	45 206	350 088
Resultado Líquido do Exercício		2 243 435	943 070

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado Líquido do Exercício	2 243 435	943 070
Rendimento Integral	2 243 435	943 070

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO (EUROS)

	Capital Social	Reserva Legal	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	25 000 000	605 507	41 297 125	943 070	67 845 701
Aplicação do Res. Líquido do Exercício 2021	-	47 153	895 916	-943 070	-
Res. Líquido do Exercício 2022	-	-	-	2 243 435	2 243 435
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	25 000 000	652 660	42 193 041	2 243 435	70 089 137

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. ATIVIDADE ECONÓMICA DA SIMARSUL, S.A.

1.1. INTRODUÇÃO

A SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal S.A. (adiante designada também por SIMARSUL ou Empresa ou Sociedade) com um capital social de 25.000.000 euros, e sede social em Sesimbra, foi criada através do Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, sendo responsável pela exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

Este sistema abrange a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

1.2. ATIVIDADE

A SIMARSUL tem como atividade principal o tratamento e a rejeição de efluentes.

O Sistema integra como utilizadores no saneamento de águas residuais sete municípios, a saber:

Os municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal. A atividade da SIMARSUL vigorará por um período de 30 anos, período definido para a concessão que termina no último dia civil do trigésimo ano, i.e., 31 de dezembro de 2046. A atividade é regulada pelo contrato de concessão outorgado entre o Estado Português e a SIMARSUL, à data de 17 de abril de 2017. Este contrato, previsto no decreto-lei da constituição da sociedade, integra um estudo de viabilidade económica e financeira que fixa um conjunto de pressupostos relevantes, entre os quais se destacam as regras e os valores definidos para as tarifas e o cálculo dos desvios de recuperação de gastos

De acordo com o contrato de concessão, o valor do desvio de recuperação de gastos a reconhecer anualmente fica sujeito a aprovação pela entidade reguladora do setor (ERSAR) até ao final de fevereiro do ano seguinte a que respeita.

1.3. ACIONISTAS

A SIMARSUL é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um Capital Social de 25.000.000 euros, integralmente realizado.

São acionistas da SIMARSUL:

Acionistas	Nº. de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
Total	25 000 000	25 000 000	100,00%

1.4. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 01 de março de 2023. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário. Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da SIMARSUL foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS (DUI)

2.2.1. CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma as Empresas concessionárias do Grupo prestam dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor; e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das Empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da Empresa é o do intangível. Deste modo, as Empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) como concessionárias classificam as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.2.2. RECONHECIMENTO e MENSURAÇÃO

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos aos ativos intangíveis em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Concessão	Prazo	Período	Renumeração acionista	
			Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Concessão	30 anos	2017-2046	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal

(1) A remuneração OT 10 anos + 3% incide sobre o capital social e reserva legal. Adicionalmente sobre os dividendos em dívida incide remuneração equivalente à OT 10 anos.

2.2.3. AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira, tendo como base os caudais (água e efluentes) faturados nesse exercício e os caudais a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Contrato de Concessão - Investimento (euros)	Prazo do Contrato de Concessão	Caudais (EVEF não submetido) (m³)	Taxa média Amortização 2022
268 508 343,00	30 anos	1.091.510.823 m³	3,21%

2.2.4. ACRÉSCIMOS DE GASTOS PARA INVESTIMENTOS CONTRATUAIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da SIMARSUL, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Salienta-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que

constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.5. DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção da sociedade concessionária extinta em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. A SIMARSUL regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal, registando, me simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção da sociedade concessionária do sistema agregado nos termos do presente Decreto-Lei, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais da sociedade.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção da sociedade concessionária do sistema agregado em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de demonstração de posição financeira, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.2.6. ÉDITO – SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da SIMARSUL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 5.4.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 6.2 – vida útil de locações
- Nota 8.2. – Estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 9.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 14.2 – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 31.1 – estimativa de impostos e impostos diferidos

2.4. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração de posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração de posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração de posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração de posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS

3.1. ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentada nos comparativos.

3.2. NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2022

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data Efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades Empresariais	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da SIMARSUL.

3.3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2023 ou posteriores e que a SIMARSUL não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela UE

Descrição	Alteração	Data Efetiva
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de abril de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023

- Ainda não endossadas pela UE

Descrição	Alteração	Data Efetiva
IAS 1 - Passivos não correntes com “covenants”	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da SIMARSUL após 1 de janeiro de 2023.

3.4. NORMAS EM REVISÃO

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o Exposure Draft da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, caso a taxa regulatória não permita compensar a Empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a Empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao Exposure Draft identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e em 2023 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao Exposure Draft. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do Exposure Draft.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

4.1. FATORES DE RISCO

As atividades da SIMARSUL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2. RISCO DE MERCADO

4.2.1. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da SIMARSUL advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da SIMARSUL.

		31.12.2022	31.12.2021
Juros Suportados	Real	2 139 876	2 661 128
Juros Suportados	Tx Média +1%	2 807 201	3 376 563
Juros Suportados	Tx Média -1%	1 472 551	1 945 693

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de um ano.

4.2.2. RISCO DE PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais da SIMARSUL em energia e combustíveis, representam aproximadamente 17% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP Valor negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato. A SIMARSUL estima que para o próximo ano os custos com eletricidade venham a aumentar significativamente decorrente do término do contrato que se encontrava em vigor e da atual conjuntura.

4.3. RISCO DE LIQUIDEZ DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da SIMARSUL pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A SIMARSUL efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da SIMARSUL por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos não Correntes	61 534 576	66 643 131
Empréstimos Correntes	5 197 897	5 017 313
Disponibilidades	-2 304 649	-6 564 479
Dívida	64 427 824	65 095 965
Subsídios ao Investimento	53 504 624	55 345 356
Total do Capital Próprio	70 089 137	67 845 701
Total do Capital (Subsídios + Total Capital Próprio)	123 593 761	123 191 057
Dívida/Total do Capital	0,52	0,53

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que a SIMARSUL escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos obrigacionistas) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 30 de junho de 2022 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 30 de junho de 2022 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Em setembro de 2017 a AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. Em 30 de junho de 2021, o Grupo tem utilizados 30 milhões de euros de tranche A e 41,8 milhões de euros de tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a SIMARSUL não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a SIMARSUL dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

	31.12.2022	31.12.2021
Expira num ano (taxa fixa)		
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	1 000 000	1 000 000
	1 000 000	1 000 000

O objetivo da SIMARSUL em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração de posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da SIMARSUL, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da SIMARSUL é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da SIMARSUL assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

4.4. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a SIMARSUL estando sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de saneamento).

A composição da carteira de clientes do SIMARSUL tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados; (ii) particulares, institucionais e Empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 9) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 30).

O Conselho de Administração da SIMARSUL continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da SIMARSUL a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração de posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração de posição financeira.

Activos Financeiros Bancários	31.12.2022
Depósitos à Ordem	2 304 549
Depósitos Prazo ⁽¹⁾	2 340 811
Caixa	100
	4 645 460

(1) Valor inclui ao antigo Fundo de Reconstituição do Capital Social aplicado no IGCP

Rating	31.12.2022
BCP	BB
BPI	BBB
Montepio Geral	Ba2
CGD	Baa2
Bankinter	A-
IGCP	BBB+

Fonte - Moody's

Activos Financeiros Bancários	Rating	31.12.2022
BCP	BB	14 611
BPI	BBB	20 777
Montepio Geral	Ba2	25 296
CGD	Baa2	29 676
Bankinter	A-	2 581
IGCP	BBB+	2 211 608
Depósitos à Ordem		2 304 549
BCP	BB	-
BPI	BBB	-
Montepio Geral	Ba2	-
CGD	Baa2	-
Bankinter	A-	-
IGCP	BBB+	2 340 811
Depósitos a Prazo		2 340 811

4.5. RISCO DE EXPLORAÇÃO

4.5.1. RISCO DE CATASTROFE

A SIMARSUL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a SIMARSUL têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2. RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Direito de Utilização de Infraestruturas (“DUI”)

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.2.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

Imparidade

Os ativos da SIMARSUL são analisados à data de cada demonstração de posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da SIMARSUL. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a SIMARSUL efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2. ESTIMATIVA E JULGAMENTO

Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com os respetivos contratos de concessão. No fim das concessões o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da concessão da SIMARSUL de rendimento garantido, alterações nos caudais não tem impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 2.2.5).

Na determinação do investimento contratual a SIMARSUL utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da SIMARSUL.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SIMARSUL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas a SIMARSUL.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

A SIMARSUL não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

	31.12.2022	31.12.2021
Direitos de Utilização de Infra-Estruturas (DUI)	152 071 449	145 667 008
Outros Intangíveis	152 071 449	145 667 008

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 é como segue:

Valor Bruto	31.12.2021	Aumentos	Abates	Alienaç.	Reclass.	Transfer	31.12.2022
DUI	214 067 401	7 737 243	-	-	-	2 776 073	224 580 718
DUI em Curso	687 126	3 754 804	-	-	-	-2 776 073	1 665 857
	214 754 527	11 492 047	-	-	-	-	226 246 575

Valor Bruto	31.12.2020	Aumentos	Abates	Alienaç.	Reclass.	Transfer	31.12.2022
DUI	-69 087 520	-4 718 325	-	-	-	-369 281	-74 175 125
	-69 087 520	-4 718 325	-	-	-	-369 281	-74 175 125
	145 667 008	6 773 722	-	-	-	-369 281	152 071 449

No ano de 2022 a transferência no montante 2.776.073 euros para a rubrica "Direito de utilização de infraestruturas" é explicada essencialmente pela entrada em funcionamento ou término das obras em várias infraestruturas da SIMARSUL (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de saneamento). Na sequência da entrada em funcionamento ou término de obras destas infraestruturas, foi reclassificado da rubrica "Acréscimo de gastos de investimento contratual" para amortizações acumuladas do Direito de utilização de infraestruturas. Um montante de 369.281 euros.

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica "Ativos intangíveis em curso" corresponde a obras em curso em infraestruturas da SIMARSUL (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de saneamento).

Os 7.737.243 euros de aumentos de DUI diz respeito à integração de Setúbal conforme previsto. Sendo que este montante é a melhor estimativa da Administração a 31 de dezembro de 2022 por ser o valor que se encontra aprovado no EVEF, não obstante deste ainda se encontrar em avaliação e deverá ser aprovado por uma Comissão de avaliação.

5.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.4.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor da demonstração de posição financeira.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

Depreciações

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de Anos
Equipamento básico	8 - 33
Ferramentas e utensílios	33
Equipamento administrativo	4

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela SIMARSUL. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contábilística e alvo de aplicação prospectiva.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contábilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

5.4.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SIMARSUL tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas a SIMARSUL.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.4.3. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Outros Tangíveis	30 363	31 987
	30 363	31 987

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 é como segue:

Valor Bruto	31.12.2021	Aumentos	Abates	Alienaç.	Reclass.	Transfer	31.12.2022
Ativos Tangíveis - Outros	37 684			-	-	-	37 684
	37 684	-	-	-	-	-	37 684
Valor Bruto	31.12.2021	Aumentos	Abates	Alienaç.	Reclass.	Transfer	31.12.2022
Ativos Tangíveis - Outros	-5 697	-1 624	-	-	-	-	-7 321
	-5 697	-1 624	-	-	-	-	-7 321
Valor Líquido	31 987	-1 624	-	-	-	-	30 363

6. LOCAÇÕES

6.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As locações nas quais a SIMARSUL é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a SIMARSUL reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A SIMARSUL reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso. A SIMARSUL apenas tem locações enquanto locatária.

A) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a SIMARSUL reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- I. Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- II. Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de Anos
Licenças de software	3
Equipamento de transporte	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a SIMARSUL mensura o passivo da locação por:

- I. Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- II. Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- III. Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela SIMARSUL enquanto locatário

A SIMARSUL utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- IV. Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- V. Contratos de locação com término contratual até 12 meses são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- VI. Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a SIMARSUL é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

6.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

6.3. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 e o respetivo movimento ocorrido naquelas datas é como segue:

01.01.2021			
Ativos sob Direito de Uso	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Ativos sob direito de uso que em 31.12.2018 estavam classificados como locações operacionais (IAS 17)			
Equipamento de transporte	387 162	(344 719)	42 443
Licenças	89 490	(32 316)	57 174
	476 651	(377 035)	99 617

Exercícios de 2022			
Aumentos do Exercício no Valor Bruto	Amortizações do Exercício	Abates e Diminuições do Exercício no Valor Bruto	Abates e Diminuições do Exercício nas Amortizações
387 162	(344 719)	42 443	-
89 490	(32 316)	57 174	-
476 651	(377 035)	99 617	-

31.12.2022		
Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
80 954	(24 392)	56 562
89 490	(62 146)	27 344
170 444	(86 538)	83 906

6.4. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Passivos da Locação	31.12.2022	31.12.2021
Correntes	17 340	72 787
Não correntes	39 178	1 554
	56 518	74 341

Capital em Dívida do Ativo sobre Direito de Uso	31.12.2022	31.12.2021
Terrenos e Edifícios e outras construções	56 518	44 490
Equipamento de transporte e outros equipamentos	-	29 851
	56 518	74 341

Futuros Pagamentos Mínimos	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	19 784	73 511
De 1 a 5 anos	40 664	1 534
Mais de 5 anos	-	-
	60 449	75 045

Juros	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	2 444	724
De 1 a 5 anos	1 487	-21
Mais de 5 anos	-	-
	3 931	704

Valor Presente dos Pagamentos Mínimos	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	17 340	72 787
De 1 a 5 anos	39 178	1 554
Mais de 5 anos	-	-
	56 518	74 341

6.5. PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO

Total de Pagamentos da Locação	31.12.2022	31.12.2021
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	84 878	149 269
Contabilizadas como despesa em resultados	71 512	-
	156 390	149 269

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

7.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na respetiva nota 13.1.

7.2. DETALHE

O detalhe dos outros ativos financeiros não correntes em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos a Prazo	2 348 148	2 346 161
Investimento Financeiro	5 000	5 000
	2 353 148	2 351 161

A aplicação do IGCP no montante de 2.348.148€ está classificada como não corrente pelo seu prazo de vencimento em 15 de fevereiro de 2024.

O detalhe dos outros ativos financeiros correntes em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Juros a receber aplicação IGCP	47 500	47 500
	47 500	47 500

8. DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

8.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.2.5

8.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 92, 93 e 94/2015 de 29 de maio ('DL das Agregações'), DL 16/2017 de 1 de fevereiro, DL 34/2017 de 24 de março e dos contratos de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

8.3. DETALHE E MOVIMENTO

	DRG 31.12.2021	DRG gerado 2022	DRG 31.12.2022
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	64 281 168	518 795	64 799 963

Relativamente ao DRG de 2022, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

9. CLIENTES

9.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da Empresa, a SIMARSUL apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da SIMARSUL).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a SIMARSUL determina se os fluxos de caixa que serão

gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a SIMARSUL não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a SIMARSUL valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da SIMARSUL, a SIMARSUL apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a SIMARSUL recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela SIMARSUL no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A SIMARSUL reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela SIMARSUL se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a SIMARSUL aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da demonstração de posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de demonstração de posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a SIMARSUL não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a SIMARSUL alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido da demonstração de posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração de posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração de posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.

- Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração de posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

9.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da SIMARSUL não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor da demonstração de posição financeira do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da SIMARSUL.

Conforme divulgado na nota 4.4. face à tipologia de clientes da SIMARSUL para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas nas concessões ou parcerias serem considerados como um gasto aceite no Desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da SIMARSUL.

9.3. DETALHE MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe de Clientes é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Clientes Municípios	6 716 769	6 748 688
Clientes Outros	357 688	213 313
Clientes Empresas Subsidiárias	330	635
	7 074 787	6 962 636

A rubrica "Clientes municípios" corresponde a saldos a receber no âmbito da atividade de tratamento de águas residuais, a rubrica de "Clientes Outros" corresponde a clientes diretos.

A decomposição da Rubrica "Clientes municípios" é a que se segue a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	31.12.2022	31.12.2021
Clientes Municípios	3 353 245	3 108 995
Clientes Municípios TRH e/ou TGR	87 384	83 116
Clientes Municípios Injunções	1 859 231	1 859 231
Clientes Municípios Juros de Mora	421 137	469 556
Clientes Municípios Cobrança Duvidosa	1 304	-
Clientes Municípios Imparidades	-1 304	-
Clientes Municípios Acordos	995 772	1 227 791
	6 716 769	6 748 688

A rubrica "Municípios Acordos", corresponde a saldos a receber no âmbito do acordo assinado com o Município do Barreiro em 16 de dezembro de 2021 (acordo de regularização de dívida não enquadrado no DL 5/2019, de 14 de janeiro).

	31.12.2022	31.12.2021
Cientes Municípios não Correntes	757 173	995 772
Cientes Municípios Correntes	5 959 596	5 752 916
	6 716 769	6 748 688

A rubrica "Clientes Municípios Não Correntes", corresponde a saldo a receber após 31 de dezembro de 2022 no âmbito do acordo assinado com o Município do Barreiro em 16 de dezembro de 2021.

As rubricas de "Clientes Outros" e "Clientes Empresas Subsidiárias" são integralmente compostas de montantes correntes (até 1 ano).

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

	Vencido até 2019	Vencido até 2020	Vencido até 2021	Vencido até 2022	Total vencido	Não vencido	Total
Município Alcochete	-	-	-	2 280 368	2 280 368	96 717	2 377 085
Município Barreiro	-	-	-	260 464	260 464	1 571 110	1 831 574
Município Moita	-	-	-	-	-	252 343	252 343
Município Montijo	-	-	-	-	-	280 742	280 742
Município Palmela	-	-	-	-	-	381 817	381 817
Município Seixal	-	-	-	-	-	1 101 149	1 101 149
Município Sesimbra	-	-	-	-	-	278 450	278 450
Município Setúbal	-	-	-	-	-	213 610	213 610
	-	-	-	2 540 831	2 540 831	4 175 938	6 716 769

R&C 2022 | Simarsul | 137

Na data de elaboração deste relatório, a dívida do Município do Barreiro já se encontrava liquidada.

Risco de Crédito

Em 31 de dezembro de 2022 evidencia-se no quadro abaixo os riscos de crédito por tipo de clientes da SIMARSUL.

Tipologia de clientes	Municípios (1)	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	Total
Risco	Baixo	Médio	Baixo	
Exposição bruta	6 718 073	358 694	330	7 077 098
Imparidade	-1 304	-1 006		-2 311
Exposição líquida (31.12.2022)	6 716 769	357 688	330	7 074 787

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

10. OUTROS ATIVOS

10.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 9.1 – Clientes

10.2. DETALHE MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe de Outros ativos é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Fundos Comunitários	2 302	2 302
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Outros Devedores	5 685	5 103
Acréscimos de Rendimentos e Gastos Diferidos	1 513 060	1 283 016
Empréstimo Casa Mãe	-	-
	1 521 047	1 290 420

	31.12.2022	31.12.2021
IVA a Receber	1 185 488	1 048 126
IVA Reembolsos Pedidos	-	-
Outras Contribuições	-	-
EOEP Ativo	1 185 488	1 048 126

11. INVENTÁRIOS

11.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

11.2. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Mercadorias	-	-
Peças de Manutenção	203 943	100 466
Matérias Subsidiárias	201 065	98 674
	405 008	199 140

12. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

12.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

12.2. DETALHE

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	100	100
Depósitos à Ordem	2 304 549	6 564 379
	2 304 649	6 564 479

13. CAPITAL PRÓPRIO

13.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

13.2. CAPITAL SOCIAL

O capital no montante de 25.000.000 euros é constituído por 25.000.000 ações de 1 euro cada e encontra-se integralmente realizado.

		Capital Subscrito 31.12.2022	Capital Realizado 31.12.2022
AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	12 750 000	12 750 000
Município Alcochete	1,50%	375 455	375 455
Município Barreiro	9,10%	2 274 305	2 274 305
Município Moita	3,57%	893 590	893 590
Município Montijo	4,51%	1 127 290	1 127 290
Município Palmela	4,62%	1 156 040	1 156 040
Município Seixal	11,28%	2 819 950	2 819 950
Município Sesimbra	2,12%	529 585	529 585
Município Setúbal	12,30%	3 073 785	3 073 785
	100,00%	25 000 000	25 000 000

13.3. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o resultado líquido por ação é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado Líquido	2 243 435	943 070
Número Médio de ações (1,00Eur/cada)	25 000 000	25 000 000
Resultado por ação	0,09	0,04

13.4. RESERVAS E OUTROS AJUSTAMENTOS

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	31.12.2021	Afect. Res. Líquido	Ajustamentos	Res. Líquido	31.12.2022
Capital	25 000 000	-	-	-	25 000 000
Reservas e Outros Ajustamentos	605 507	47 153	-	-	652 660
Resultados Transitados	41 297 125	895 916	-	-	42 193 041
Resultado Líquido do Exercício	943 070	-943 070	-	2 243 435	2 243 435
	67 845 701	-	-	2 243 435	70 089 137

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica Outras reservas, no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

14.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a SIMARSUL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração de posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da SIMARSUL. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A SIMARSUL procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da SIMARSUL que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A SIMARSUL procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

14.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A SIMARSUL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. Com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

14.3. PROVISÕES

A Simarsul não tem qualquer montante para provisões.

Processos judiciais em curso

A SIMARSUL faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas pela SIMARSUL demonstram-se como se segue:

Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
Montepio Geral	Indemnizações relativas a expropriações	21 956	01/09/2009
Bankinter	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	3 450	24/10/2018
		25 406	

15. ACRESCIMOS DE GASTO DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

15.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Ver política contabilística na nota 2.2.4.

15.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe do acréscimo de gastos de investimento contratual é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	16 049 027	15 584 151
	16 049 027	15 584 151

Movimentos do período

O movimento ocorrido no acréscimo de gastos de investimento contratual no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 é como segue:

	31.12.2021	Aumentos	Abates	Aumentos	Diminuições	31.12.2022
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	15 584 151	-	-	834 156	369 280	16 049 027
	15 584 151	-	-	834 156	369 280	16 049 027

16. SUBSIDIOS DE INVESTIMENTO

16.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a SIMARSUL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

16.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Fundos Comunitários	50 057 642	51 752 229
Integração de Património	3 446 982	3 593 127
	53 504 624	55 345 356

	31.12.2021	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2022
Fundos Comunitários	51 752 229	-1 678 681	-	-15 907	50 057 642
Integração de Património	3 593 127	-146 145	-		3 446 982
Outros Subsídios	-	-24 780	-	-	-
	55 345 356	-1 849 605	-	-15 907	53 504 624

17. EMPRÉSTIMOS

17.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos" e "Fornecedores e outros passivos". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A SIMARSUL apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a SIMARSUL liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração de posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

17.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe dos empréstimos obtidos é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos Bancários BEI	61 534 576	66 643 131
Não Correntes	61 534 576	66 643 131
Empréstimos Bancários BEI	5 197 897	5 017 313
Correntes	5 197 897	5 017 313
Total de Empréstimos	66 732 473	71 660 445

	31.12.2021	Aumentos (1)	Reembolsos	31.12.2022
Empréstimos Bancários BEI	71 660 445	32 445	4 960 416	66 732 473
	71 660 445	32 445	4 960 416	66 732 473

(1) Os aumentos em 2022 não são contratação de novos financiamentos mas relevação contabilística do custo amortizado do ano no montante de € 32.445.

Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital dos empréstimos BEI a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte maturidade:

	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	5 197 897	5 017 313
De 1 a 2 anos	5 523 315	5 141 000
De 2 a 3 anos	5 771 585	5 523 315
De 3 a 4 anos	6 114 490	5 771 585
De 4 a 5 anos	6 416 570	6 114 490
Superior a 5 anos	37 708 616	44 092 741
	66 732 473	71 660 445

Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os empréstimos BEI apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

Taxa de Juro Fixa	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 anos	5 197 897	5 017 313
De 1 a 2 anos	5 523 315	5 141 000
De 2 a 3 anos	5 771 585	5 523 315
Superior a 3 anos	50 239 676	55 978 816
	66 732 473	71 660 445

18. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

18.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a SIMARSUL adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

18.2. DETALHE

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores de Investimentos	223 338	464 406
Fornecedores Gerais	1 123 094	1 231 142
Fornecedores Empresas do Grupo	-	-
Fornecedores Facturas em Receção e Conferência	13 526	17 006
	1 359 958	1 712 553

Em 31 de dezembro de 2022 encontra-se em dívida não corrente o montante de 10.633.714 euros relativo a dívidas a liquidar aos municípios pela integração do património.

	31.12.2022	31.12.2021
Dívida ao Município Alcochete	108 620	112 352
Dívida ao Município Barreiro	107 618	111 625
Dívida ao Município Moita	110 560	114 358
Dívida ao Município Montijo	200 666	207 560
Dívida ao Município Palmela	508 021	483 451
Dívida ao Município Seixal	1 067 036	1 103 696
Dívida ao Município Sesimbra	835 674	864 384
Dívida ao Município Setúbal	7 695 520	
	10 633 714	2 997 426

O valor em dívida ao Município de Setúbal teve por base a melhor estimativa considerada no EVEF em vigor na Empresa sendo que este montante é a melhor estimativa da Administração a 31 de dezembro de 2022 por ser o valor que se encontra aprovado no EVEF, não obstante deste ainda se encontrar em avaliação e deverá ser aprovado por uma Comissão de avaliação.

	31.12.2022	31.12.2021
Acréscimos com Férias e Subsídio de Férias	487 898	367 696
Empresas do Grupo	-	-
Outros Acréscimos e Diferimentos	636 132	474 803
Outros Credores	276 091	252 132
	1 400 121	1 094 631

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Retenções - IRS	24 457	-
Retenções - Segurança Social	46 947	59 238
Outras Contribuições	634 921	684 639
EOEP Passivo	706 325	743 877

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

R&C 2022 | Simarsul | 146

	31.12.2021	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2022
Ativos intangíveis	-	-	-	152 071 449	152 071 449
Ativos Fixos Tangíveis	-	-	-	30 363	30 363
Ativos sobre direito de uso	-	-	-	83 906	83 906
Investimentos financeiros	2 353 148	-	2 353 148	-	2 353 148
Impostos diferidos ativos	-	-	-	4 561 367	4 561 367
Desvio Tarifário Ativo	-	-	-	64 799 963	64 799 963
Inventários	-	-	-	405 008	405 008
Clientes	7 074 787	-	7 074 787	-	7 074 787
Estado e outros entes públicos	-	-	-	1 185 488	1 185 488
Outros ativos correntes	1 568 547	-	1 568 547	-	1 568 547
Caixa e seus equivalentes	-	-	-	2 304 649	2 304 649
Total do Ativo	10 996 482	-	10 996 482	225 442 193	236 438 675
Empréstimos não correntes	-	61 534 576	61 534 576	-	61 534 576
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	10 672 892	10 672 892	-	10 672 892
Impostos diferidos passivos	-	-	-	15 720 969	15 720 969
Acréscimos custos inv. contratual	-	-	-	16 049 027	16 049 027
Subsídios ao investimento	-	-	-	53 504 624	53 504 624
Desvio Tarifário Passivo	-	-	-	-	-
Empréstimos correntes	-	5 197 897	5 197 897	-	5 197 897
Fornecedores	-	1 359 958	1 359 958	-	1 359 958
Outros passivos correntes	-	1 417 462	1 417 462	-	1 417 462
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	222 081	222 081
Estado e outros entes públicos	-	-	-	670 052	670 052
Total do Passivo	-	80 182 785	80 182 785	86 166 754	166 349 538

20. RÉDITO DE CONTRATO COM CLIENTES

20.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da SIMARSUL. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a SIMARSUL avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a SIMARSUL efetua a sua melhor estimativa. Na maioria das prestações de serviços efetuadas pela SIMARSUL, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato com a prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados ;

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.6.

20.2. DETALHE

O rédito de contratos com clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Prestação de Serviços a Municípios	18 101 783	18 409 162
Rédito da Construção	11 492 047	2 131 999
Desvio de Recuperação de Gastos	518 795	-160 601
	30 112 625	20 380 560

21. GASTO DAS VENDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
CMVMC - Matérias Subsidiárias	351 177	296 959
	351 177	296 959

22. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

22.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria Empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração de posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

22.2. DETALHE

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhos Especializados	2 095 638	1 543 662
Conservação e Reparação	1 879 360	2 035 809
Energia	918 317	1 937 344
Combustíveis	91 429	58 730
Rendas	160 535	70 012
Seguros	128 613	107 877
Outros FSE's	569 666	513 729
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
	5 843 558	6 267 163
FSE's Capitalizados	-	-
	5 843 558	6 267 163

A rubrica de energia representa cerca de 16% do peso total dos fornecimentos e serviços, sendo uma das componentes mais representativa. A rubrica de trabalhos especializados tem um peso de cerca de 36% do total desta rubrica.

23. GASTOS COM PESSOAL

23.1. DETALHE

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações	234 497	247 032
Encargos Sociais sobre Remunerações	54 502	57 898
Encargos com Pensões	-	-
Outros Gastos com Pessoal	-	-
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
	288 999	304 930
Gastos com Pessoal Capitalizados		
	288 999	304 930

No ano de 2022 procedeu-se a reclassificação de uma serie de trabalhadores em conformidade com o previsto no ACT da SIMARSUL e após aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2022- a 2024.

Remunerações dos Órgãos Sociais da SIMARSUL

	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações	2 552 660	2 282 813
Encargos Sociais sobre Remunerações	571 522	509 160
Encargos com Pensões	-	-
Outros Gastos com Pessoal	240 993	227 070
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
	3 365 175	3 019 042
Gastos com Pessoal Capitalizados		
	3 365 175	3 019 042

Número médio de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2022	31.12.2021
Órgãos Sociais	8	8
Trabalhadores Efetivos e Outros	100	100
	108	108

Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2022	31.12.2021
Órgãos Sociais	8	8
Trabalhadores Efetivos e Outros	121	100
	129	108

24. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as amortizações, e depreciações têm o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Amortizações de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis (notas 5.3 e 5.4.3)	4 719 949	4 851 318
Amortização de Ativos sob Direito de Uso (nota 6.3)	82 565	145 210
Acréscimos de Custos do Investimento Contratual (nota 15.2)	834 156	1 361 755
	5 636 670	6 358 282

25. PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Não foram constituídas e revertidas provisões no ano de 2022.

26. PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Foram constituídas perdas por imparidade no montante de 1.006€.

27. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos	138 858	135 796
Donativos	16 143	1 500
Outros Gastos Operacionais	6 080	9 798
	161 081	147 095

Os impostos e taxas representam a quase totalidade da rubrica em análise, e respeitam sobretudo às taxas de regulação a pagar à ERSAR.

28. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Os outros rendimentos e ganhos operacionais são decompostos da seguinte forma:

	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos Suplementares	111 043	83 097
Subsídios à Exploração	-	-
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	6 980	54 189
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
	118 023	137 286

A principal rubrica que representa o valor de referência desta nota comporta essencialmente valores referentes a venda de energia.

29. GASTOS FINANCEIROS

	31.12.2022	31.12.2021
Juros Suportados	1 573 687	2 138 395
Comissões Bancárias	879	396
Outros Gastos Financeiros	565 310	522 337
	2 139 876	2 661 128
Gastos Financeiros Capitalizados	-	-
	2 139 876	2 661 128

Os gastos financeiros totalizam em 2022 um montante de 2,1 milhões de euros.

30. RENDIMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2022	31.12.2021
Juros Bancários	63 454	63 334
Juros de Mora	133 718	131 283
Outros Juros	-	-
	197 171	194 617

Os rendimentos financeiros ascenderam a 0,2 milhões de euros. Os juros de mora relativos a dívidas de clientes foram de 0,1 milhões de euros.

31. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

31.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Imposto sobre o rendimento

A SIMARSUL encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável

A SIMARSUL é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de euros até ao limite de 7,5 milhões de euros, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de euros até ao limite de 35 milhões de euros, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de euros aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a SIMARSUL cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A SIMARSUL entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades Empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração de posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a SIMARSUL seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

	01.01.2022	Efeito taxa	Adições	Diminuições	Transfer.	31.12.2022
Efeito IFRC 12 (Transição)	-	-	-	-	-	-
Investimento amortização firme						
Efeito IFRC 12 (Transição)	555 948	-	-	-	-	555 948
Investimento subsídio firme						
Efeito IFRC 12 (Transição)	-	-	-	-	-	-
Investimento amortização futuro						
Efeito IFRC 12 (Transição)	1 302 804	-	-	52 112	-	1 250 692
Investimento Subsidio futuro						
Efeito IFRC 12 Exercício	1 092 431	-	-	-	-	1 092 431
Amort IFRC 12 vs Fiscal						
Efeito IFRC 12 Exercício	13 897 975	-	834 156	816 008	-	13 916 123
Investimento futuro						
Efeito IFRIC Exercício	2 933 511	-	524 037	-	-	3 457 548
Subsidio. IFRIC 12 vs Fiscal						
Efeito IFRS 16	-	-	-	-	-	-
Passivos da Locação						
Base de incidência (imposto diferido Ativo)	19 782 669	-	1 358 193	868 120	-	20 272 742
Taxa IRC	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Derrama estadual	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%
Imposto diferido Ativo	4 451 101	-	305 593	195 327	-	4 561 367

	01.01.2022	Efeito taxa	Adições	Diminuições	Transfer.	31.12.2022
Efeito IFRC 12 (Transição)						
Investimento amortização futuro	5 740 909	-	-	229 636	-	5 511 273
Efeito IFRC 12 (Transição)						
Investimento Subsídio futuro	-442 522	-	-	-	-	-442 522
Efeito IFRC 12 Exercício						
Subsídio futuro	2 261	-	-	-	-	2 261
IFRIC 12 - subsídio contab vs fiscal (exercício)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Desvio de recuperação de gastos	64 281 168	-	518 795	-	-	64 799 963
Efeito IFRS 16 - Ativos sob Direito de Uso	-	-	-	-	-	-
Base de incidência (imposto diferido Passivo)	69 581 817	-	518 795	229 636	-	69 870 975
Taxa IRC	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Derrama estadual	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%
Imposto diferido Passivo	15 655 909	-	116 729	51 668	-	15 720 969

31.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo corresponde ao valor do IRC a pagar referente a 2022. Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

	31.12.2022	31.12.2021
Estimativa de Imposto a Pagar	799 605	718 783
Retenções de Terceiros	-15 863	-15 833
Pagamentos por conta	-561 660	-385 446
	222 081	317 503

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto Corrente	799 605	718 783
Excesso estimativa IRC ano anterior	-	-
Insuficiência de estimativa IRC ano anterior	-	78 826
	799 605	797 608
Imposto Diferido	-45 206	-350 088
	754 399	447 521

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Resultado Antes de Impostos	2 997 835	1 390 591		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,50%	22,50%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	0%	0%		
Variação Patrimonial	-	-		
Variação Patrimonial negativa	-52 112	-52 112		
Variação Patrimonial positiva	229 636	229 636		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	1 358 193	1 802 254		
Donativos	-	-		
Multas, coimas e juros compensatórios	77 518	5 057		
Amortizações para além dos limites fiscalmente aceites	-	-		
Amortizações de investimentos contratuais futuros	-	-		
Dedução de amortizações de investimentos contratuais	-	-		
Subsídios ao investimento	-	-		
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-		
Outros (Inclui Desvio de Recuperação de Gastos)	-1 339 309	-421 043		
	-1 261 791	-415 985		
Lucro tributável	3 271 761	2 954 383		
Dedução prejuízos fiscais	-	-		
Matéria coletável	3 271 761	2 954 383		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	687 070	620 420	22,92%	44,62%
Tributação autónoma	10 306	10 415	0,34%	0,75%
Derrama Municipal (1,5%)	53 153	44 316	1,77%	3,19%
Derrama Estadual	49 076	43 632	1,64%	3,14%
Insuficiência estimativa impostos	-	78 826	0,00%	5,67%
Excesso estimativa impostos			0,00%	0,00%
Utilização de perdas fiscais	-	-	0,00%	0,00%
Efeito do aumento/reversão de impostos diferidos	-45 206	-350 088	-1,51%	-25,18%
	67 329	-172 900	2,25%	-12,43%
Imposto sobre o rendimento	754 399	447 521	25,16%	32,18%

32. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

32.1. PARTES RELACIONADAS

As transações com os Municípios acionistas da SIMARSUL resultam da atividade normal da Empresa (serviços de saneamento).

As transações com outras Empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à SIMARSUL

32.2. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
ADP SGPS	149	907 133	-	953 458
ADP Valor, S.A.	-	25 600	-	17 745
ADP Energias, S.A.	250	36 559	250	12 584
Águas do Vale do Tejo, S.A.	-	-	-	-
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	297	11 381	-	7 770
Águas do Centro Litoral, S.A.	149	919	-	1 308
Águas do Norte, S.A.	149			
Águas Públicas do Alentejo, S.A.	149			
SIMDOURO, S.A.	149	446		
EPAL	-	11 500	-	11 950
Município Alcochete	801 402	5 941	848 396	7 294
Município Barreiro	2 830 850	14 811	2 885 070	19 036
Município Moita	1 893 764	5 632	1 957 127	6 845
Município Montijo	2 261 050	22 009	2 372 034	16 913
Município Palmela	1 851 670	20 519	1 816 499	19 766
Município Seixal	5 372 383	43 834	5 654 369	47 282
Município Setúbal	196 414	-		
Município Sesimbra	1 941 195	39 657	1 881 121	42 483
	17 150 019	1 145 939	17 414 867	1 164 433

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
ADP SGPS	-	-	-	53 407
ADP Valor, S.A.	-	-	-	21 826
ADP Energias, S.A.	-	15 113	-	14 839
Águas do Vale do Tejo	182	-	182	-
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	-	3 195	-	2 968
Águas do Centro Litoral, S.A.	-	-	-	1 378
EPAL	-	369	453	13 223
Município Alcochete	2 377 085	112 352	2 400 807	116 018
Município Barreiro	1 831 574	112 632	1 752 180	117 055
Município Moita	252 343	114 849	537 401	118 156
Município Montijo	280 742	207 560	267 740	214 521
Município Palmela	381 817	484 103	323 226	501 453
Município Seixal	1 101 149	1 104 166	988 252	1 140 514
Município Sesimbra	278 450	864 515	479 082	893 019
Município Setúbal	213 610	7 737 243	-	-
	6 716 950	10 756 097	6 749 323	3 208 377

33. INVESTIMENTO CONTRATUAL

A Empresa possui os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração de posição financeira apresentada:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira perfazem cerca de 268 milhões de euros, dos quais cerca de 225 milhões de euros já se encontram realizados.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela Empresa, bem como outros serviços, foi celebrado um conjunto de contratos, constando do quadro seguinte os valores superiores a 100 mil euros:

Estudos, Projectos e Outros Fornecimentos	Entidade	Valor Contrato de Adjudicação	Data de Adjudicação	Valor já facturado p/c/ de adjudicação 2021	Responsabilidades c/ empreitadas e Projectos n/ relevadas no Balanço
Projectos					
Aquisição de Serviços para a Revisão e Elaboração de Projectos de Saneamento da Área da Península, Lote 1 - Península Este	CTGA	37 500	23/01/2019	16 925	20 576
Aquisição de Serviços para a Revisão e Elaboração de Projectos de Saneamento da Área da Península, Lote 2 - Península Oeste	CTGA	39 000	23/01/2019	18 454	20 547
Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudos e Projectos de Saneamento	Consulgal/Sisaqua	130 000	04/09/2019	96 202	33 798
Serviços					
Prestação de serviços para elaboração de topografia e levantamento cadastral	Viamapa, S.A.	95 000	21/01/2020	31 754	63 246
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Coordenação de Segurança em Obra e de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico de empreitadas da SIMARSUL	RIPÓRTICO ENGENHARIA Lda. (506782328)	173 160	12/08/2021	92 680	80 480
Aquisição de serviços de auditorias energéticas	CMFG – Energia e Ambiente, Lda. (505180006)	24 970	24/03/2022	-	24 970
Empreitadas					
Empreitada de Reabilitação e Substituição de Infraestruturas da Simarsul nos Municípios de Palmela e Sesimbra – Emissário de Palmela, Pinhal Novo Norte, Poceirão e Intercetor Quinta do Conde 2A	SADE - Compagnie Générale de Travaux d'Hydraulique (980176352)	443 367	22/09/2022	-	443 367
Empreitada de Beneficiações em Infraestruturas na Área de Concessão e Reabilitação dos Decantadores Secundários da ETAR da Zona Industrial da Autoeuropa (ZIA)	Metalcário - Construções, Lda. (505126311)	144 843	19/03/2021	123 299	21 544
Empreitada de reabilitação no âmbito do período de garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR da Quinta do Conde	Wikibuild, S.A. (509723560)	1 125 154	29/12/2022	-	1 125 154,1 (*)
Bens					
Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL	Cegelec Instalações e Sistemas de Automação, Lda. (503591831)	1 099 404	18/11/2021	721 502	377 902

(*) - Deste valor, 663 mil euros serão provenientes da ativação de Garantias Bancárias

34. HONORARIOS DE AUDITORIA E REVISÃO LEGAL

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da SIMARSUL no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram os seguintes:

Remuneração paga à SROC

Valor dos serviços de revisão de contas	7 203	100%
Total pago pela entidade à SROC	7 203	100%

35. PROCESSOS JUDICIAIS

A SIMARSUL, com referência à data de 31 de dezembro de 2022, tinha as seguintes reclamações e ações judiciais em curso:

- **PROC. N.º 952/13.0BEALM** – ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAF), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de € 138.327,50. Por sentença de 10 de julho de 2017, o Município de Alcochete foi condenado a pagar à SIMARSUL a quantia de 134.236,18€, acrescendo juros de mora, à taxa comercial em vigor, à quantia de 126.492,90€, desde a data da citação até efetivo e integral pagamento. Réu recorreu para Tribunal Central Administrativo do Sul, aguardando-se a prolação de acórdão. No final de dezembro de 2018, o Município pagou as faturas 3170380870, no valor de 63.246,48€ e 3170380890, no valor de 63.246,42€.
- **PROC. N.º 415/15.0BEALM** – ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 68.204,02€. **PROC. N.º 1851/15.7BEALM** - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAF), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 474.829,58€. Os dois processos foram apensados no proc. N.º 415/15.0BEALM. No final de dezembro de 2018, o Município pagou a fatura 3170380854, no valor de 63.246,48€, referente ao proc. n.º 415/15.0BEALM. Em 6 de Fevereiro, relativamente ao proc. n.º 415/15.0BEALM o Tribunal considerou-se incompetente para apreciar o mérito da causa. Em 11 de Março a SIMARSUL apresentou recurso daquela decisão. Em 5 de Janeiro de 2021, a SIMARSUL foi notificada da decisão do TCA Sul, de 31 de dezembro de 2020, em dar provimento ao recurso jurisdicional, revogando-se a sentença recorrida e ordenando-se a baixa dos autos para o prosseguimento dos mesmos. Em 5 de Janeiro de 2021, a SIMARSUL foi notificada da decisão do TCA Sul em dar provimento ao recurso jurisdicional, revogando-se a sentença recorrida e ordenando-se a baixa dos autos para o prosseguimento dos mesmos. Por sentença de 10 de Dezembro de 2021, Tribunal decidiu que o Município de Alcochete deveria pagar à SIMARSUL os juros de mora peticionados, que perfazem o valor total de 5.037,54€, que são devidos à taxa legal de juros comerciais.
- **PROC. N.º 57/16.2BEALM** – ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 900.304,82€. **PROC. N.º 1142/16.6BEALM** - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAF), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 755.529,74€. **PROC. N.º 946/17.7BEALM**- ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAF), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 145.998,71€. Em 10 de Janeiro de 2018, relativamente ao Proc. 946/17.7BEALM, a SIMARSUL tomou conhecimento do pagamento de 109.870,58€ (obrigações legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de Julho). Permanece em dívida a quantia de 36.118,13€, acrescidas dos juros de mora vincendos. Os três processos foram apensados no proc. N.º 57/16.2BEALM.
- **PROC. N.º 947/17.5BEALM** – ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAF), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 1.123.264,43€. Em 10 de Janeiro de 2018, a SIMARSUL tomou conhecimento do pagamento de 634.489,11€ (obrigações legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de Julho). Permanece em dívida a quantia de 488.775,32€, acrescidas dos juros de mora vincendos. Em 4 de Julho de 2022, a SIMARSUL foi notificada da sentença que condena o Município de Alcochete a pagar o valor de capital de 378.078,84€, acrescido dos juros de mora vencidos, no valor de 74.336,45€, e dos juros de mora vincendos, desde 22/12/2017 e até à respetiva e concreta data de pagamento de cada fatura, à taxa de juros comerciais. A 23 de Setembro a SIMARSUL foi notificada do recurso interposto pelo Município de Alcochete. Em 25 de Outubro a SIMARSUL apresentou as suas contra-alegações.

- **PROC. N.º 73539/20.0YIPRT** – injunção interposta contra a VALORSET reclamando-se o pagamento de 1276,18€, referentes a capital em dívida, juros, custas e outras despesas. Em 23 de Outubro de 2020 foi aposta fórmula executória na injunção. No entanto, a VALORSET foi declarada insolvente no Proc.º 5867/19.6STB - Juízo de Comércio de Setúbal – Juiz 2. Nesse processo foi considerada a dívida à SIMARSUL no valor de 934,99€, que foi o capital reclamado pela SIMARSUL na injunção. A massa insolvente, até à data, não pagou qualquer quantia à SIMARSUL.
- **PROC. N.º 693/20.2BEALM** – injunção interposta contra a LABOPLASTE reclamando-se o pagamento de 328,62€, referentes a capital em dívida, juros, custas e outras despesas. A LABOPLASTE contestou a dívida, tendo o processo sido distribuído para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada. Em 9 de Dezembro de 2020 o Tribunal considerou-se incompetente para apreciar o mérito da causa. A SIMARSUL requereu a remessa para o Tribunal da Comarca de Setúbal. Julgamento marcado para 17 de janeiro de 2023.
- **PROC. N.º CO/001159/18.6CGI** – relativamente à monitorização das emissões gasosas da ETAR Barreiro/Moita, sendo imputada à SIMARSUL uma contraordenação grave à qual poderá caber uma coima de € 5.000 a € 44.800, em caso de dolo, e de € 2.500,00 a € 22.400,00, em caso de negligência. A SIMARSUL apresentou a sua defesa em 28 setembro 2018. Aguarda-se decisão.
- **PROC. N.º CO/01317/20** – a SIMARSUL é acusada, relativamente à ETAR do Seixal, sendo-lhe imputada uma contraordenação muito grave por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo. A SIMARSUL apresentou a sua defesa em 23 de novembro 2020. Aguarda-se decisão.
- **PROC N.º CO/01086/21** – a SIMARSUL é acusada, relativamente à ETAR do Seixal, sendo imputada à SIMARSUL uma contraordenação muito grave por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo, assim como uma contraordenação muito grave por inexistência de garantia sólida e em vigor, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo. A SIMARSUL apresentou a sua defesa em 12 de outubro 2021. Aguarda-se decisão.
- **PROC N.º DJUR.DCCO.00207.2021** – a SIMARSUL é acusado, relativamente à ETAR do Seixal, sendo imputada à SIMARSUL uma contraordenação muito grave por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo. A SIMARSUL apresentou a sua defesa até 22 de novembro 2021. Nos dias 17 e 22 de Dezembro de 2021, as testemunhas da SIMARSUL foram ouvidas. Aguarda-se decisão.
- **PROC. N.º 57/17.5BEALM** – ação de processo comum interposta por Florido Bragadeste Ferreira & Filhos, Lda contra a LVT, S.A. reclamando uma indemnização por danos em viatura acidentada em coletor, no valor de 7.615,41€. A LVT requereu a intervenção principal provocada da AIG, uma vez que transferiu para esta a responsabilidade civil extracontratual. A SIMARSUL sucedeu à LVT, nos termos do art.º 33º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. O julgamento já se realizou em 24 de Janeiro de 2019, aguardando-se a prolação da sentença.
- **PROC. N.º 1121/18.9BEALM** – ação de processo comum interposta pelo Município de Alcochete reclamando o equilíbrio económico-financeiro da concessão. A SIMARSUL contestou em 26 de abril de 2019. Aguarda julgamento.
- **PROC. N.º 10/20.1BEALM** – ação interposta pela Aquino Construções, S.A. com vista à anulação do ato administrativo que decretou o acionamento de garantia bancária, no valor de 14.287,00€. A SIMARSUL apresentou contestação em 16 de fevereiro de 2020. Aguarda julgamento.
- **Proc.º 60/22.3BEALM** – ação interposta por José António Silva Saúde requerendo a remoção do emissário da Carrasqueira do terreno.
- **PROC N.º 1992/21.T8STB** – ação interposta pelo trabalhador Luís Miguel Sousa, requerendo a sua reclassificação profissional. Julgamento já efetuado. Aguarda sentença.
- **PROCESSO n.º 243/19.3BELSB**

Descrição do litígio: impugnação do ato de aplicação de sanção contratual pela Empresa SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A., no âmbito da execução do contrato de “Fornecimento, Ligação e Colocação em Serviço de Postos de Carregamento para Veículos Elétricos” celebrado com a Empresa EFACEC ELECTRIC MOBILITY, S.A., no dia 21 de dezembro de 2017 e pedido de indemnização no valor de €15.195,00 (quinze mil, cento e noventa e cinco euros).

Tribunal: Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Valor do processo: € 35.336,69 (trinta e cinco mil trezentos e trinta e seis euros e sessenta e nove cêntimos).

Fase do processo: terminou a fase dos articulados e decidida a apensação ao processo n.º 1099/19.1BEPRT, aguardando-se os ulteriores termos processuais

- **PROCESSO n.º 865/20.0BELSB**

Descrição do litígio: impugnação do ato de adjudicação proferido no âmbito do procedimento de concurso público, com publicidade internacional, para a “celebração de contrato de seguros de pessoas e aquisição de serviços de corretagem para as Empresas do Grupo Águas de Portugal”, quanto ao Lote I - Seguros de Saúde.

Tribunal: Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Valor do processo: €3.329.296,26 (três milhões, trezentos e vinte e nove mil, duzentos e noventa e seis euros e vinte e seis cêntimos).

Fase do processo: por sentença do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de 10/11/2020 foi julgada totalmente improcedente a ação intentada pelas Empresas AON Portugal, S.A. e OCIDENTAL – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., tendo estas interposto recurso jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo Sul, que aguarda decisão.

36. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Art.º 324º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade SIMARSUL, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade SIMARSUL, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa SIMARSUL ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

37. RENDIMENTO GARANTIDO

A remuneração adequada dos capitais próprios da SIMARSUL corresponde à aplicação, ao capital social realizado, titulado por ações de categoria A e B da sociedade, e à reserva legal, desde as datas da sua realização e constituição, respetivamente, ainda que no âmbito das concessionárias extintas, de uma taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que venha a substituir por acordo escrito entre o Concedente e a Concessionária, acrescida de três pontos percentuais.

A remuneração em dívida é remunerada à rentabilidade média Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que venha a substituir por acordo escrito entre o Concedente e a Concessionária.

37. RENDIMENTO GARANTIDO

A remuneração adequada dos capitais próprios da SIMARSUL corresponde à aplicação, ao capital social realizado, titulado por ações de categoria A e B da sociedade, e à reserva legal, desde as datas da sua realização e constituição, respetivamente, ainda que no âmbito das concessionárias extintas, de uma taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que venha a substituir por acordo escrito entre o Concedente e a Concessionária, acrescida de três pontos percentuais.

A remuneração em dívida é remunerada à rentabilidade média Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que venha a substituir por acordo escrito entre o Concedente e a Concessionária.

	31.12.2022	31.12.2021
Capital Social Realizado	25 000 000	25 000 000
Reserva Legal a 01 de Janeiro 2022	605 507	553 754
Reforço da Reserva Legal	47 153	51 753
Remuneração em Dívida	42 193 041	41 297 125
Base de Incidência	67 798 548	66 850 879
Taxa de Juro OT	2,18%	0,30%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
	5,18%	3,30%
Capital Social Realizado	1 295 000	825 000
Reserva Legal a 01 de Janeiro	7 132	3 505
Reforço da Reserva Legal	26 120	16 150
Remuneração em Dívida	204 597	23 194
Remuneração em Dívida	710 646	100 131
Remuneração Accionista do Ano	2 243 496	967 980
Ajustamento da ERSAR	-60	-24 910
Resultado Líquido	2 243 435	943 070

Em 2022 o valor da remuneração garantida apurada foi de 2.243.435 euros.

A sua liquidação deverá ocorrer, nos termos do Contrato de Concessão, sob a forma de dividendos, quando a tal houver lugar.

38. OUTROS ASSUNTOS

O ano de 2022 fica fortemente marcado pela guerra na Ucrânia, que foi e será marcante para a atividade socioeconómica do país, conforme disposto no capítulo relativo à "Atividade Operacional - IMPACTO DA CRISE GEOPOLÍTICA" do Relatório de Gestão.

39. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em 31 de dezembro de 2022 não se encontram reconhecidas nem divulgadas quaisquer contingências ambientais, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem, a esta data, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

A Administração confirma igualmente que não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de carácter ambiental.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da SIMARSUL, não tem conhecimento, em 01 de março de 2023, data da aprovação destas contas, de qualquer evento subsequente com impacto significativo nas contas apresentadas.

O valor de Desvio de Recuperação de Gastos(DRG) de 2022 foi submetido à aprovação da ERSAR em 31 de janeiro de 2023 devendo a ERSAR emitir o respectivo projeto de decisão até ao final de fevereiro.

Relativamente ao DRG de 2022, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

Seixal, 01 de março de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Rui Miguel Grilo Ramos
Contabilista Certificado

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura
Presidente Executivo

Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança
Vogal Executivo

João Afonso Almeida da Silva Luz
Vogal Executivo

Isidro Durão Heitor
Vogal Não Executivo

Rute Isabel Talhadas Cesário
Vogal Não Executivo

RELATÓRIO e PARECER do CONSELHO FISCAL
Sobre os DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
da SIMARSUL-SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A.

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade SIMARSUL-Saneamento da Península de Setúbal, S.A (SIMARSUL), apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2022, o qual foi aprovado em 1 de março de 2023.
2. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, no âmbito das suas competências, procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do Estado, designadamente do cumprimento das orientações legais, entre outras, as relativas às remunerações vigentes em 2022, encontrando-se convenientemente divulgadas no Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário.
3. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da SIMARSUL e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença de membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu o Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2023. Verificou também o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido os respetivos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental.
5. O Conselho Fiscal analisou o Relatório do Governo Societário aprovado pelo Conselho de Administração em 1 de março de 2023, segundo o previsto no artigo 54º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido parecer autónomo sobre o mesmo.
6. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
7. Adicionalmente, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a análise apresentada no Relatório de Gestão sobre o cumprimento das orientações legais não esteja correta.
8. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas emitida, nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, sem reservas e com duas ênfases e obteve deste, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

Conselho de Administração que a referida estimativa é a melhor na presente data e que os eventuais ajustamentos após contraditório não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

ii) Conforme divulgado nas notas 5 e 18 do Anexo às demonstrações financeiras, a Entidade reconheceu em dezembro de 2022 a integração do património do Município de Setúbal conforme previsto no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF). A integração representou um incremento de 7.737 milhares de euros da rubrica de Ativo Intangível por contrapartida da rubrica de Fornecedores e outros passivos. O referido montante encontrava-se aprovado no EVEF da Entidade e representa a melhor estimativa da Administração à presente data, não obstante ainda se encontrar em avaliação para posterior aprovação por uma Comissão de Avaliação.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 236.438.675 euros e um total de capital próprio de 70.089.137 euros, incluindo um resultado líquido de 2.243.435 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Salientamos o seguinte:

- i) Conforme divulgado nas notas 8 e 20 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Concessão, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica de "Defice/superavit tarifário recuperação de custos" da Demonstração dos resultados e do rendimento integral, a Entidade apresenta um défice de 518.795 euros.

Esta quantia foi estimada pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovada pelo Regulador. Conforme divulgado na nota 40 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção de

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Conselho de Administração que a referida estimativa é a melhor na presente data e que os eventuais ajustamentos após contraditório não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

ii) Conforme divulgado nas notas 5 e 18 do Anexo às demonstrações financeiras, a Entidade reconheceu em dezembro de 2022 a integração do património do Município de Setúbal conforme previsto no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF). A integração representou um incremento de 7.737 milhares de euros da rubrica de Ativo Intangível por contrapartida da rubrica de Fornecedores e outros passivos. O referido montante encontrava-se aprovado no EVEF da Entidade e representa a melhor estimativa da Administração à presente data, não obstante ainda se encontrar em avaliação para posterior aprovação por uma Comissão de Avaliação.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

3 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com nº 20200003



